



João José Horta Nobre

A DIPLOMACIA PORTUGUESA NA TURQUIA DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1939-1945)

Dissertação de Mestrado em História, na área de especialização em História Contemporânea, orientada pelo Doutor João Paulo Avelãs Nunes e apresentada ao Departamento de História, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2013



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

A Diplomacia Portuguesa na Turquia Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945)

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	A Diplomacia Portuguesa na Turquia Durante a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945)
Autor	João José Horta Nobre
Orientador	João Paulo Avelãs Nunes
Identificação do Curso	2º Ciclo em História
Área científica	História
Especialidade	História Contemporânea



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

*Em memória de Roberto Nobre (1903 – 1969),
pintor, ilustrador, cineasta, crítico de cinema e modernista.*

Índice

Agradecimentos.....	6
Resumo/Abstract.....	8
Introdução.....	9
Capítulo I - O Império Otomano Reforma-se (1703 – 1911).....	15
Capítulo II - O Império Otomano e Portugal (1912 – 1922).....	22
Capítulo III – O Fenómeno Autoritário e Totalitário nas Décadas de 1920 e 1930.....	30
Capítulo IV – A Turquia e Portugal (1923 – 1939).....	40
Capítulo V – António Ferro na Turquia Kemalista.....	45
Capítulo VI – A Acção Diplomática Portuguesa na Turquia Durante a Segunda Guerra Mundial.....	55
Considerações Finais.....	100
Anexos.....	106
Documentação.....	120
Referências Bibliográficas.....	121
Webgrafia.....	124
Índice dos Anexos.....	125

Agradecimentos

Ao Doutor João Paulo Avelãs Nunes, orientador desta dissertação, que tão prontamente respondeu sempre às minhas solicitações e dúvidas surgidas durante o percurso de elaboração da mesma.

Ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e aos funcionários do Instituto Diplomático que sempre se mostraram disponíveis para me ajudar naquilo que fosse preciso e sem os quais eu não teria conseguido escrever esta dissertação.

Finalmente, aos meus pais e a todas as pessoas que me ajudaram de uma forma ou de outra durante este percurso que muitas vezes não foi fácil.

Resumo/Abstract

Resumo

Nesta dissertação, orientada para o estudo da diplomacia portuguesa na Turquia durante a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), tenta-se fazer referência à acção exercida pela Legação de Portugal em Ankara durante a Segunda Guerra Mundial. Como tal, é oferecida uma perspectiva dos acontecimentos ocorridos durante o conflito e são analisados vários períodos e fases da guerra. É proposta também uma análise contextualizadora do fim do Império Otomano e do Kemalismo que fundou a República Turca.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial, Diplomacia, Turquia, Portugal, História Diplomática, História Contemporânea.

Abstract

In this dissertation, orientated into the study of portuguese diplomacy in Turkey during the Second World War (1939 – 1945), it is attempted to make reference to the action undertaken by the Legation of Portugal in Ankara during World War Two. On this behalf, a perspective of the events that occurred during the conflict is offered and various phases and periods of the war are analyzed. A contextualizing analysis of the end of the Ottoman Empire and the Kemalist foundation of the Turkish Republic is also proposed.

Keywords: World War II, Diplomacy, Turkey, Portugal, Diplomatic History, Contemporary History.

Introdução

Portugal foi um país que se manteve relativamente distante em termos diplomáticos do Mediterrâneo Oriental até ao século XIX, não tendo nenhum monarca português celebrado relações político-diplomáticas de espécie alguma com o Império Otomano¹, por estas não serem nem necessárias à política geoestratégica praticada por Portugal na época, nem economicamente apeteceíveis à burguesia nacional que se mostrava mais favorável a investir e procurar riqueza no Brasil e em África.

Em 1843 foi assinado o Tratado de Comércio e Navegação, que estabelecia relações diplomáticas com o Império Otomano. Este convénio estipulou o princípio das vantagens e privilégios das nações mais favorecidas para os súbitos de Portugal nos mesmos moldes que para os demais países europeus, estabelecendo uma jurisdição geral consular segundo o regime das capitulações². Praticamente os únicos portugueses que tinham ido para o Levante até então tinham sido os judeus que foram forçados a sair de Portugal no século XVI.

A 26 de Junho de 1844, tomou posse da Legação em Constantinopla, José Maurício Correia Henriques, que foi o primeiro representante português residente na capital otomana. Portugal aprofundou posteriormente as suas relações diplomáticas com o Império Otomano, tendo assinando um Tratado complementar em 1868, um Protocolo relativo à concessão a estrangeiros do direito de propriedade imobiliária em 1863 e uma declaração comercial em 1890 que assentava no princípio de nação mais favorecida.³

¹ Cfr. INSTITUTO DIPLOMÁTICO - *Turquia*, Ministério dos Negócios Estrangeiros. [Em Linha] Disponível em: <http://idi.mne.pt/pt/relacoesdiplomaticas/348-turquia.html>. Data da última consulta: 04 de Setembro de 2013.

² O regime das capitulações determinava a concessão ou o reconhecimento de certas imunidades, faculdades especiais de jurisdição e, às vezes, poderes policiais aos cônsules dos países a cujos nacionais aplicava-se. Já não existe mais.

³ Cfr. INSTITUTO DIPLOMÁTICO - *Turquia*, Ministério dos Negócios Estrangeiros. [Em Linha] Disponível em: <http://idi.mne.pt/pt/relacoesdiplomaticas/348-turquia.html>. Data da última consulta: 04 de Setembro de 2013.

Entre o reinado de D. Maria II e os finais do séc. XIX, acompanhando o movimento das potências europeias para o Levante, Portugal abriu uma Legação em Constantinopla e criou uma série de postos consulares nos pontos mais atractivos para o comércio e navegação na Europa Oriental, nomeadamente em Atenas (1839), nos Principados Danubianos (1862 e anos seguintes) e na parte europeia e oriental do Império Otomano (consulados «honorários» que tratavam de informar Lisboa das condições de comércio e navegação, davam assistência a portugueses de passagem, cobravam taxas a navios sob pavilhão português e «criaram colónias portuguesas», fazendo matrículas consulares e emitindo patentes de protecção a judeus descendentes de famílias exiladas de Portugal no século XVI).⁴

O relacionamento diplomático Luso-Turco foi apenas interrompido durante a Primeira Grande Guerra, devido ao facto de o Império Otomano se ter aliado à Alemanha. As relações diplomáticas vieram posteriormente a ser restabelecidas em 1926.⁵ Desde a abertura da Legação e Consulado, em 1844, que os arquivos estiveram entregues a pessoal consular recrutado localmente. Basicamente, Portugal tinha face ao Império Otomano, uma diplomacia virtual, com laços políticos nulos, interesses não explorados e uma comunidade inexpressiva. Através de um despacho datado de 18 de Setembro de 1890, foi pedido ao Governo Italiano para que a Legação de Itália em Constantinopla ficasse encarregada dos negócios de Portugal.⁶

A 06 de Fevereiro de 1912 tomou posse da Legação em Constantinopla, Alfredo de Mesquita⁷, que exerceu as funções de Cônsul Geral até 1917. Entre 1917 e 1941, os documentos registam apenas a existência de pessoal consular na Turquia. A 16 de Abril de 1941, apresentou credenciais o Ministro Conselheiro Francisco de Assis Maria de

⁴ Cfr. INSTITUTO DIPLOMÁTICO - *Turquia*, Ministério dos Negócios Estrangeiros. [Em Linha] Disponível em: <http://idi.mne.pt/pt/relacoesdiplomaticas/348-turquia.html>. Data da última consulta: 04 de Setembro de 2013.

⁵ Cfr. INSTITUTO DIPLOMÁTICO - *Turquia*, Ministério dos Negócios Estrangeiros. [Em Linha] Disponível em: <http://idi.mne.pt/pt/relacoesdiplomaticas/348-turquia.html>. Data da última consulta: 04 de Setembro de 2013.

⁶ Cfr. INSTITUTO DIPLOMÁTICO - *Turquia*, Ministério dos Negócios Estrangeiros. [Em Linha] Disponível em: <http://idi.mne.pt/pt/relacoesdiplomaticas/348-turquia.html>. Data da última consulta: 04 de Setembro de 2013.

⁷ Nomeado cônsul de 2ª classe em Durban por decreto com força de lei de 26 de Maio de 1911. Louvado por portaria de 5 de Outubro de 1912, pelos relevantes serviços prestados durante o movimento monárquico na fronteira.

Almeida Calheiros e Meneses⁸, residente na Legação em Ankara e que se manteve na mesma até ao fim da Segunda Guerra Mundial.⁹ O primeiro secretário de legação durante este período foi Luiz de Castro e Almeida Mendes Norton de Matos.¹⁰

A diplomacia da Segunda Guerra Mundial é um tema que pode ser estudado em contextos políticos e disciplinas académicas tão diversas que se torna imperativo e necessário delimitar a perspectiva de análise a partir da qual a pretendemos estudar. Tendo assim em conta as contribuições dos documentos obtidos no arquivo do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros e considerando o profundo desconhecimento que existe em torno das relações diplomáticas entre Portugal e a Turquia, torna-se pertinente que se faça uma análise das mesmas durante a Segunda Guerra Mundial.

Durante o decurso da presente investigação, deparei-me com várias dificuldades, a primeira das quais foi a dificuldade no acesso a documentação que em alguns casos ainda estava classificada, como já foi referido. Foi por isso, necessário pedir a sua desclassificação. Noutros casos, esta documentação já não existia. Por exemplo, não me foi possível encontrar um único documento diplomático relativo ao período de 1939-1940 e ninguém com quem falei no Ministério dos Negócios Estrangeiros sabe o que é feito dessa documentação que poderá eventualmente ter-se perdido ou até mesmo sido destruída. Num último recurso para tentar encontrar documentação sobre este período, enviei um *email* para a embaixada portuguesa em Ankara a inquirir se tal documentação estaria por lá e a resposta foi negativa. Não me sendo assim possível descortinar o paradeiro dos documentos em falta, tive de me cingir aos documentos existentes que são relativos ao período 1941 - 1945 e seguir em frente com a investigação cujos resultados aqui apresento.

O «*estado da arte*» era e continua a ser muito insuficiente no presente campo, pois durante todo o meu percurso de investigação, tive de caminhar sobre terreno virgem, explorando fontes documentais que nalguns casos nunca tinham sido

⁸ Nasceu em 4 de Maio de 1891. É licenciado em filosofia e letras pela Universidade de Madrid e foi aprovado em concurso para o quadro diplomático e consular, em 11 de Junho de 1915.

⁹ Cfr. INSTITUTO DIPLOMÁTICO – *Turquia*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Link: <http://idi.mne.pt/pt/relacoesdiplomaticas/348-turquia.html>. Data da última consulta: 04 de Setembro de 2013.

¹⁰ Nasceu em 24 de Janeiro de 1903. É licenciado em direito e filosofia pela Universidade de Lisboa. Foi aprovado em concurso para o quadro diplomático e consular, em 28 de Abril de 1931.

desclassificadas e consultadas desde que foram enviadas para o Ministério dos Negócios Estrangeiros na década de 1940. Também não existiam publicações nenhuma em português sobre o papel da Turquia durante a Segunda Guerra Mundial e muito menos sobre as suas relações diplomáticas com Portugal.

O estudo das relações diplomáticas luso-turcas é portanto um tema que até ao momento tem despertado muito pouco interesse nos meios académicos nacionais. Em termos de história diplomática, os temas que têm sido sempre mais abordados pelos historiadores são os que se relacionam com a «velha aliada» Grã-Bretanha e com a vizinha Espanha.¹¹ O motivo para este desinteresse pela história da diplomacia luso-turca prende-se com o facto de por um lado, devido à distância geográfica, a Turquia sempre ter ocupado um papel muito lateral na história de Portugal e por outro lado, quando existiu alguma aproximação, como foi o caso dos Conflitos Luso-Turcos travados entre o século XV e o século XVIII, a historiografia portuguesa menorizou os acontecimentos, não passando os mesmos de uma mera «nota de rodapé» na maioria dos livros de história. Aludindo estritamente ao período contemporâneo, podemos dizer que a história diplomática hegemonizou «*o campo das relações internacionais, subalternizando o relacionamento cultural.*»¹² Porém, fora do mundo da diplomacia existiu sempre uma interacção extremamente intensa, e muitas vezes, mais eficaz entre os vários agentes históricos.¹³ Curiosamente, na Turquia o «*estado da arte*» também não está muito melhor, a crer nas palavras de Murat Metin Hakki, que tem explorado o tema a fundo e, afirma não existirem publicações académicas em número suficiente sobre o papel da Turquia na Segunda Guerra Mundial.¹⁴ Por outro lado, no sistema educativo turco os alunos aprendem pouco sobre a Segunda Guerra Mundial, pois o

¹¹ Cfr. NINHOS, Cláudia – *Em Torno da Revista “Junges Europa”: A Propaganda, A Cultura e a Ideologia ao Serviço das Relações Luso-Alemãs (1933 – 1945)*. Dissertação de Mestrado em História, área de especialização em História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, Junho de 2010. p. 10

¹² Cfr. NINHOS, Cláudia – *Em Torno da Revista “Junges Europa”: A Propaganda, A Cultura e a Ideologia ao Serviço das Relações Luso-Alemãs (1933 – 1945)*. Dissertação de Mestrado em História, área de especialização em História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, Junho de 2010. p. 10

¹³ Cfr. NINHOS, Cláudia – *Em Torno da Revista “Junges Europa”: A Propaganda, A Cultura e a Ideologia ao Serviço das Relações Luso-Alemãs (1933 – 1945)*. Dissertação de Mestrado em História, área de especialização em História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, Junho de 2010. p. 10

¹⁴ Cfr. HAKKI, Murat Metin – *Surviving The Pressure of The Superpowers: An Analysis of Turkish Neutrality During The Second World War*. Center For Middle Eastern Studies, Harvard University, 2007.

tema acaba normalmente relegado para segundo plano ou é pura e simplesmente esquecido pelos professores.¹⁵

A guerra deve ser apenas um último recurso para resolver disputas entre nações e a diplomacia consiste na arte de tentar resolver essas mesmas disputas de forma pacífica sem que se necessite de atingir o estado de guerra. Neste sentido, o estudo da história diplomática não pode ser descurado de forma a que se consiga aprender com os erros do passado. A historiografia portuguesa sobre a Segunda Guerra Mundial tem-se centrado sobretudo em torno da questão do «ouro nazi» e dos refugiados judeus em Portugal.¹⁶ A este propósito destacam-se obras como o livro *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial: Em Fuga de Hitler e do Holocausto*, da Irene Flunser Pimentel. *A Neutralidade Portuguesa e o ouro Nazi e Portugal na Segunda Guerra Mundial (1941 – 1945)* ambas as obras de António José Telo, Numa perspectiva mais económica temos a dissertação de Doutoramento de João Paulo Avelãs Nunes, *O Estado Novo e o Volfrâmio (1933 – 1947)*. Na perspectiva cultural, temos a dissertação de Mestrado da Cláudia Ninhos, *Em Torno da Revista “Junges Europa”: A Propaganda, a Cultura e a Ideologia ao Serviço das Relações Luso-Alemãs (1933 – 1945)*. O Ministério dos Negócios Estrangeiros editou ainda a obra *Dez Anos de Política Externa: A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial*, publicada em 15 volumes, que tem ampla informação sobre as relações entre Portugal e as principais potências beligerantes da guerra, mas que neste caso peca pela ausência de informações úteis em relação à Turquia.

Através deste breve «Estado da Arte» pudemos constatar que as relações lusoturcas continuam a ser um tema muito pouco estudado e aprofundado quer pela historiografia portuguesa, quer por outras áreas das ciências sociais. A existência de vários obstáculos, como o linguístico e a escassez de documentos históricos, também contribuem para impedir o aprofundamento do tema. Esta dissertação não tem, como é óbvio, a ambição de colmatar todas as lacunas nesta área, mas pretende pelo menos contribuir para reduzir o desconhecimento existente neste campo.

¹⁵ Cfr. ÖNSOY, Murat – *The World War Two Allied Economic Warfare: The Case of Turkish Chrome Sales*. Aus der Türkei: Inaugural-Dissertation in der Philosophischen Fakultät und Fachbereich Theologie des Friedrich-Alexander-Universität Erlangen Nürnberg.

¹⁶ Cfr. NINHOS, Cláudia – *Em Torno da Revista “Junges Europa”: A Propaganda, A Cultura e a Ideologia ao Serviço das Relações Luso-Alemãs (1933 – 1945)*. Dissertação de Mestrado em História, área de especialização em História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, Junho de 2010. p. 10

Tratando-se de uma dissertação que aborda duas nações que se mantiveram neutras durante a Segunda Guerra Mundial, importa clarificar melhor o conceito de «país neutro». Sucintamente, um «país neutro» é aquele que não toma partido numa determinada guerra entre outras partes e em retorno espera não ser atacado por nenhuma das partes em conflito. Convém salientar também que o conceito de «país neutro» é distinto do conceito de «país não-alinhado», pois este último define-se pela recusa de participação em alianças militares de forma a conservar a sua neutralidade num possível conflito futuro. Por sua vez, uma «política de neutralidade» define-se pelo facto de visar preservar a neutralidade em caso de ocorrência de um conflito armado que possa envolver a parte em questão. A Turquia, mais ainda do que Portugal, pautou-se por uma rígida «política de neutralidade» durante quase toda a Segunda Guerra Mundial, tendo esta sido interrompida apenas em Fevereiro de 1945 quando declarou formal e simbolicamente guerra à Alemanha e ao Japão.

De forma a poder sistematizar metodologicamente esta abordagem, é necessário esclarecer que esta dissertação se encontra no âmbito da área científica da história diplomática. Em termos de estrutura, a mesma será dividida em seis capítulos. Nos primeiros dois serão abordadas as reformas do Império Otomano efectuadas entre 1703 e 1911 e o colapso do mesmo em 1923 a par da fundação da República Turca por Mustafa Kemal Atatürk. De seguida será analisado o fenómeno de alastramento dos autoritarismos e totalitarismos no Mundo durante as décadas de 1920 e 1930. No quarto capítulo será analisada a situação política na Turquia e em Portugal entre 1923 e 1939. No quinto capítulo serão analisadas as impressões de António Ferro em relação à Turquia, com base na obra *Viagem à Volta das Ditaduras*. Por fim, o sexto capítulo, será dedicado à análise da documentação histórica obtida no Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Capítulo I - O Império Otomano Reforma-se (1703 – 1911)

O Império Otomano foi um dos mais vastos e duradouros impérios da história. Este incluía dentro de si uma larga parte dos antigos territórios pertencentes ao Império Romano e exercia o domínio sobre largas faixas no Norte dos Balcãs e da costa norte do Mar Negro, regiões estas que nem sequer o Império Bizantino alguma vez havia conseguido dominar. No século XVI, o Império Otomano partilhava a ribalta com toda uma série de impérios europeus que concorriam entre si pelo domínio e pela partilha do Mundo. Os otomanos foram, em larga medida, moldados e formados por outros povos. Aliás, o Império Otomano era em si uma miscelânea de culturas e etnias muito diversas entre si. No entanto, os otomanos também tiveram um papel muito significativo na formação de muitos estados da Europa Central, Oriental e até mesmo Ocidental. No imaginário popular dos povos da Europa Central e Oriental, é muito relevante a marca deixada pelos otomanos.¹⁷

Donald Quataert considera que o «*estilo paranóico*» da política soviética, foi, em larga medida, o fruto de séculos de terror otomano às portas do Império Russo. Para a Rússia da época dos czares, o Estado Otomano, no seu auge, tinha o poder de travar o acesso aos portos de águas tépidas do mar Negro e do Mediterrâneo. Durante séculos, os otomanos foram o archi-inimigo do Império Russo, o mais temido e o mais ameaçador.¹⁸ No imaginário popular de muitos europeus, os otomanos eram considerados como sendo «*terríveis*» e «*selvagens*», com um gosto particular pela devassidão total e pelo deboche. O oriente otomano era considerado por muitos europeus do ocidente como «*um antro de degenerada perdição dos prazeres pretensamente ausentes ou proibidos no salutar e civilizado Ocidente.*»¹⁹ Na Inglaterra

¹⁷ Cfr. QUATAERT, Donald - *O Império Otomano: Das Origens ao Século XX*. Edições 70, 2000. pp. 23-33.

¹⁸ Cfr. QUATAERT, Donald - *O Império Otomano: Das Origens ao Século XX*. Edições 70, 2000. pp. 23-33.

¹⁹ Cfr. QUATAERT, Donald - *O Império Otomano: Das Origens ao Século XX*. Edições 70, 2000.

vitoriana do século XIX, o otomano libidinoso e com órgãos sexuais de tamanho desproporcionado era um elemento muito comum da literatura pornográfica da época.²⁰

A generalidade dos europeus ocidentais e cidadãos americanos não conhece, porém, os contributos do Império Otomano para a civilização Ocidental. O tão apreciado café e a vacina da varíola são dois dos mais famosos contributos da civilização otomana, entre muitos outros.²¹ A música, a arte, a matemática, a ciência e a astronomia são tudo áreas que beneficiaram com contributos vindos do Império Otomano antes de o mesmo entrar em declínio. Apesar de o Império Otomano ter desaparecido, as suas heranças permanecem vivas na cultura europeia e nas suas várias ramificações espalhadas pelo Mundo.²²

O resultado das derrotas militares dos Otomanos deu origem a um período de reformas iluminadas que ficaram conhecidas para a história como o Período das Tulipas.²³ O Sultão Ahmed III que tinha tomado o poder em 1703 era um homem de largas perspectivas e grandes ambições. Ele sabia perfeitamente bem que o Império Otomano tinha de mudar se queria sobreviver e chegou à conclusão que a solução para os problemas do Império Otomano estava na Europa. Basicamente, Ahmed III acreditava que havia algo de «*superior*» na civilização europeia que carecia de imitação pelos otomanos e por isso tratou de enviar embaixadores para as mais importantes Cortes da Europa. Estes embaixadores turcos enviaram de volta para o Império Otomano relatos fascinantes sobre aquilo que observavam na Europa. Os relatos em causa com grande admiração os palácios barrocos, os jardins sumptuosos das cortes e os bailes de gala em que as mulheres podiam dançar com os homens (algo chocante para um turco na época).²⁴

O resultado destes contactos otomanos com a cultura europeia deu origem ao primeiro processo de ocidentalização do Império Otomano. O resultado foi o já referido Período das Tulipas durante o qual a elite otomana adoptou muitos elementos da cultura europeia, especialmente da cultura francesa. Os altos funcionários otomanos adoptaram

²⁰ Cfr. QUATAERT, Donald - *O Império Otomano: Das Origens ao Século XX*. Edições 70, 2000. pp. 23-33.

²¹ Cfr. QUATAERT, Donald - *O Império Otomano: Das Origens ao Século XX*. Edições 70, 2000. pp. 23-33.

²² Cfr. QUATAERT, Donald - *O Império Otomano: Das Origens ao Século XX*. Edições 70, 2000. pp. 23-33.

²³ Cfr. MCCARTHY, Justin, *The Ottoman Turks: An Introductory History To 1923*, Longman, United States of America, New York, 1997. p. 147.

²⁴ Cfr. MCCARTHY, Justin, *The Ottoman Turks: An Introductory History To 1923*, Longman, United States of America, New York, 1997. p. 184.

o vestuário europeu e o gosto pela mobília europeia. Quem tinha dinheiro para tal, encomendou retratos aos pintores mais famosos da Europa da época. Foram mandados construir em Istambul vários palácios e jardins ao estilo francês e acima de tudo adotou-se o cultivo de tulipas em larga escala. Aliás, é daqui que advém o nome dado a este período, pois o cultivo de tulipas tornou-se uma moda muito difundida durante o reinado de Ahmed III e até o Paxá do Sultão tinha a sua própria horta com tulipas.²⁵

O reinado de Ahmed III foi uma época de esperança para muitos otomanos, especialmente para a elite do Império. Era costume fazerem-se inúmeras festas e diversões ao estilo europeu. No entanto, e se nos colocarmos na pele do típico súbdito turco da época, será muito provável que este tenha considerado que a aristocracia do Império havia perdido o juízo!²⁶ Em termos militares também se importaram durante este período ideias da Europa e os embaixadores otomanos espalhados por toda a Europa enviavam para Istambul relatos a descrever as fortificações, a organização dos exércitos e os métodos de treino utilizados. Também foram enviadas para Istambul informações sobre a indústria europeia da época e a pujança do capitalismo europeu. Claro que os otomanos na época nem sequer ainda falavam propriamente em capitalismo, mas eles tinham noção de que as economias europeias tinham algo de diferente da otomana, algo que lhes conferia maior dinâmica e vantagens competitivas.²⁷

Uma das maiores consequências positivas do Período das Tulipas para o Império Otomano foi a introdução da imprensa, que começou a produzir os primeiros livros em turco. Algumas destas obras eram de carácter científico e por isso importantíssimas para que os otomanos saíssem do “lamaçal” em que se encontravam atolados no domínio das ciências.²⁸ No entanto, o Período das Tulipas, apesar de tudo o que teve de bom, trouxe um pesado encargo financeiro para os povos do Império Otomano. Todos os palácios, jardins e demais obras grandiosas e muito dispendiosas tiveram de ser financiadas em grande parte com impostos cobrados aos súbditos otomanos e isso levou a uma onda de

²⁵ Cfr. MCCARTHY, Justin, *The Ottoman Turks: An Introductory History To 1923*, Longman, United States of America, New York, 1997. p. 184.

²⁶ Cfr. MCCARTHY, Justin, *The Ottoman Turks: An Introductory History To 1923*, Longman, United States of America, New York, 1997. p. 184.

²⁷ Cfr. MCCARTHY, Justin, *The Ottoman Turks: An Introductory History To 1923*, Longman, United States of America, New York, 1997. p. 184.

²⁸ Cfr. MCCARTHY, Justin, *The Ottoman Turks: An Introductory History To 1923*, Longman, United States of America, New York, 1997. p. 184.

descontentamento que rapidamente ditou o fim deste despesismo sem limites. O excesso foi tanto da parte da elite que chegaram mesmo a registar-se revoltas populares em várias zonas do Império. Em alguns casos só foram dominadas recorrendo à intervenção de unidades militares.²⁹

Em 1839 chega ao poder o Sultão Abdülmecid, que dá imediatamente início a um conjunto de reformas radicais que ficariam conhecidas como as «reformas Tanzimat». Na sua essência, as reformas Tanzimat deram origem a uma concepção de Estado totalmente nova para o Império Otomano. Tradicionalmente o Estado Otomano tinha como funções apenas a manutenção da segurança interna e externa e a promoção da religião Islâmica. Agora, porém, tudo isso mudava. As reformas Tanzimat vieram ditar que o Estado Otomano passaria a ter um papel muito mais activo na vida dos seus súbditos.³⁰ Com as reformas Tanzimat, o Estado Otomano passou a intervir activa e directamente no governo da economia do Império, levaram-se a cabo reformas no sistema judicial e levaram-se também a cabo grandes projectos de obras públicas.³¹ Do ponto de vista económico não deixa de ser interessante notar-se algumas semelhanças entre as reformas Tanzimat e o Mercantilismo.

Vistas de uma forma geral, é justo afirmar-se que o maior sucesso das reformas Tanzimat foi no campo da administração pública. Porém, apesar de todas as boas intenções que estiveram por detrás deste «pacote» de mudanças, a área que urgia transformar de forma mais profunda no Império Otomano acabou por ser a menos afectada pelas reformas Tanzimat: a economia. Os arquitectos das reformas Tanzimat nunca foram capazes de levar a cabo as mudanças necessárias no campo financeiro e do ponto de vista económico.³² O sistema otomano continuou a ser caracterizado por aquilo a que Justin McCarthy defeniu como um «capitalismo conservador».

Como é que podemos explicar o fracasso das reformas Tanzimat? Basicamente este fracasso deve-se a dois factores. Em primeiro lugar o Império Otomano estava demasiado atrasado em termos de infraestruturas essenciais e estas, apesar de todas as

²⁹ Cfr. MCCARTHY, Justin, *The Ottoman Turks: An Introductory History To 1923*, Longman, United States of America, New York, 1997. p. 184.

³⁰ Cfr. MCCARTHY, Justin, *The Ottoman Turks: An Introductory History To 1923*, Longman, United States of America, New York, 1997. p. 296-297.

³¹ Cfr. MCCARTHY, Justin, *The Ottoman Turks: An Introductory History To 1923*, Longman, United States of America, New York, 1997. p. 296-297.

³² Cfr. MCCARTHY, Justin, *The Ottoman Turks: An Introductory History To 1923*, Longman, United States of America, New York, 1997. p. 298-299.

boas intenções, levariam décadas a serem construídas, tal era a sua dimensão. Em segundo lugar, muito poucos comerciantes e burgueses muçulmanos do Império Otomano percebiam, de facto, como funcionavam as novas economias capitalistas emergentes dos finais do século XVIII e inícios do século XIX. Na prática, apenas a minoria de comerciantes e burgueses cristãos e judeus do Império Otomano tinha contactos com os seus congéneres europeus. Eram por isso aquelas que estavam em melhor posição económica dentro do Império. A elite otomana sabia disto e reforçou a posição privilegiada em termos económico-sociais destas minorias.³³

O século XIX é o período em que o Exército otomano passa a depender, de forma praticamente total, da tecnologia e dos métodos ocidentais. Simultaneamente, o tamanho do exército otomano aumentou de forma muito considerável, em 1837 o exército contava com 24,000 soldados, porém, na década de 1880, este número já ascendia a 80,000. Vale a pena referir que o exército otomano era composto exclusivamente por homens, sendo recusada a participação de mulheres no exército.³⁴ Em 1865 foi criada aquela que viria a ser uma das mais influentes e revolucionárias organizações políticas do Império Otomano, a *Sociedade dos Jovens Turcos*.³⁵

Os Jovens Turcos caracterizavam-se pelo seu ardente nacionalismo e espírito modernizador. Admiravam a tecnologia e o mundo moderno, assim como as instituições e os valores políticos da Europa.³⁶ De certa forma, pode mesmo dizer-se que os Jovens Turcos eram verdadeiramente os «*futuristas*» otomanos da época, pois a sua visão, para além de radical, propunha mudanças com as quais a elite política e económica do Império nunca havia sequer sonhado. Na prática os Jovens Turcos não eram verdadeiros revolucionários prontos a pegar em armas e derrubar os poderes instituídos. Eles realmente tentavam «*vender*» essa imagem de si próprios como forma de seduzir os sectores mais radicais da sociedade e manter simultaneamente a aura de vanguardismo à sua volta. No entanto, a esmagadora maioria dos Jovens Turcos eram provenientes da classe média e alta do Império Otomano. Muitos dos Jovens Turcos nunca tinham

³³ Cfr. MCCARTHY, Justin, *The Ottoman Turks: An Introductory History To 1923*, Longman, United States of America, New York, 1997. p. 299-300.

³⁴ Cfr. QUATAERT, Donald - *O Império Otomano: Das Origens ao Século XX*. Edições 70, 2000. p. 86.

³⁵ Cfr. MCCARTHY, Justin, *The Ottoman Turks: An Introductory History To 1923*, Longman, United States of America, New York, 1997. p. 302-303.

³⁶ Cfr. MCCARTHY, Justin, *The Ottoman Turks: An Introductory History To 1923*, Longman, United States of America, New York, 1997. p. 302-303.

sequer pegado em armas e eram muito mais filósofos do que soldados e/ou guerrilheiros revolucionários.

Os Jovens Turcos, apelavam principalmente àqueles que desejavam reformas políticas de estilo europeu no Império e que desejavam também reformas ao papel e peso da religião Islâmica dentro do Estado Otomano. Neste aspecto, a verdade era que o Islão constituía, de facto, um factor pesadíssimo no Estado Otomano e muitos otomanos começavam a perceber que era necessário limitar o papel da religião dentro do Estado, pois esta apesar de ter aspectos benéficos para a sociedade otomana, servindo nomeadamente como elemento unificador no Império, era simultaneamente um entrave terrível para o progresso técnico e científico de que o Império tanto carecia.

O movimento dos Jovens Turcos conseguiu construir uma rica tradição de contestação, que marcou a vida artística, intelectual e política do final do período otomano. Porém, as suas ideias andavam bastante distantes do espírito do típico súbdito otomano, pois é preciso não esquecer que os Jovens Turcos não eram membros da plebe, mas sim membros da elite otomana e por isso mesmo a sua visão da realidade era diferente da visão da realidade que muitos otomanos possuíam.³⁷ Um dos pilares do pensamento dos jovens turcos era como já foi dito, o nacionalismo. Os Jovens Turcos desejavam fomentar um «*espírito nacional otomano*» dentro do Império que incutisse a todos os súbditos do Império um espírito de união e harmonia independentemente da sua etnia e/ou religião. Esta seria uma «revolução» do espírito cujo objectivo seria manter a unidade do Império através de um «*espírito nacional comum*».³⁸

Porquê esta necessidade de criar um «*espírito nacional otomano?*» Bem, na sua essência, os Jovens Turcos perceberam que a diversidade étnica, cultural e religiosa eram a grande ameaça para o Império Otomano. Os Jovens Turcos tinham uma clara noção de que toda a referida diversidade eram uma grande vantagem e riqueza para o Império, mas paradoxalmente existia um profundo receio de que pudesse haver sublevações dentro do Império e reivindicações nacionalistas que condenassem o mesmo à morte. Neste aspecto os Jovens Turcos conseguiram prever o futuro, pois no pós-primeira Guerra Mundial seria isso mesmo que aconteceria ao Império Otomano,

³⁷ Cfr. MCCARTHY, Justin, *The Ottoman Turks: An Introductory History To 1923*, Longman, United States of America, New York, 1997. pp. 304-305.

³⁸ Cfr. MCCARTHY, Justin, *The Ottoman Turks: An Introductory History To 1923*, Longman, United States of America, New York, 1997. pp. 304-305.

fruto das reivindicações nacionalistas dos árabes e das políticas imperialistas dos aliados.

Capítulo II – O Império Otomano e Portugal (1912 – 1922)

Ao chegar ao século XX, o Império Otomano não estava minimamente preparado para enfrentar os modernos Exércitos industriais da Europa. Os otomanos careciam de tudo o que é decisivo em termos militares: tecnologia, universidades, economia e ciência. Por este motivo, o desastre militar que o Império Otomano começaria a sofrer de 1912 em diante era algo que já há muito tempo se esperava. Aliás, não é por mera coincidência que o Império Otomano era conhecido na Europa, já desde o século XIX, como o “homem doente da Europa.”

Em Outubro de 1912 inicia-se a primeira grande provação para os otomanos em termos económicos e militares, a Guerra dos Balcãs. A Grécia, a Bulgária, a Sérvia e o Montenegro uniram-se numa coligação e declararam simultaneamente guerra ao Império Otomano. Estes países desejavam acima de tudo conquistar e partilhar entre si as terras que o Império Otomano possuía na Europa e conseguiram-no. O Império Otomano, apanhado de surpresa e mal defendido na parte europeia, colapsou rapidamente em termos militares, tendo a derrota sido inevitável e pesadíssima para os turcos que viram assim perdidas algumas das províncias mais valiosas e estrategicamente importantes. A 30 de Maio de 1913, o Império Otomano vê-se obrigado a assinar o Tratado de Londres, onde reconhece a perda, na sua quase totalidade, da Europa Otomana.³⁹

A Guerra dos Balcãs teve ainda um pesado custo em termos de refugiados. Cerca de 400,000 muçulmanos fugiram com o Exército Otomano as zonas orientais do Império, por temor de uma eventual perseguição grega, sérvia e búlgara.⁴⁰ Em 1914, os súbditos otomanos totalizavam quase 26 milhões de pessoas. No entanto, este número

³⁹ Cfr. MCCARTHY, Justin - *The Ottoman Turks: An Introductory History To 1923*, Longman, United States of America, New York, 1997. pp. 352-354.

⁴⁰ Cfr. MCCARTHY, Justin - *The Ottoman Turks: An Introductory History To 1923*, Longman, United States of America, New York, 1997. pp. 363-388.

era idêntico ao registado em 1800. Ou seja, devido à constante perda de territórios e população até 1914, na sua etapa final o Império Otomano tinha a sua população concentrada numa área muito mais pequena (de 3 milhões de quilómetros quadrados em 1800 para 1,3 milhões em 1914). Por outras palavras, a densidade populacional do Império duplicou entre 1800 e 1914.⁴¹

Quando a Primeira Grande Guerra teve início, os otomanos sabiam que, mais tarde ou mais cedo, teriam de optar por se juntar a uma das partes. Na realidade, os otomanos não queriam entrar no conflito, pois eles sabiam que isso traria custos pesados e ainda não tinham esquecido as amargas lições da derrota nos Balcãs apenas dois anos antes.⁴² Os otomanos não demoraram muito a perceber que se a sua entrada na Primeira Grande Guerra era inevitável, indiscutível era também que teriam de se posicionar ao lado da Alemanha no conflito. Neste aspecto não tinham outra opção, pois não podiam correr o risco de a Rússia ser um dos vencedores.⁴³

A Rússia havia sido durante séculos o arqui-inimigo dos otomanos e estes não desejavam ter nas suas fronteiras um Império Russo fortalecido por uma vitória sobre a Alemanha na Primeira Grande Guerra. Os interesses por isso convergiam. Os alemães precisavam dos otomanos para enfraquecer os russos militarmente e os otomanos precisavam dos alemães para enfraquecer e, se possível, derrotar a Rússia. Tratava-se de uma coligação que à partida parecia ter todos os motivos para triunfar sobre o inimigo. No entanto, os otomanos estavam demasiado mal equipados e treinados para enfrentar uma guerra desta envergadura e intensidade. Por outro lado, a liderança militar otomana inicialmente conduziu a guerra de forma desastrosa, tendo como resultado baixas desnecessárias em combate e sofrendo pesadas derrotas que poderiam ter sido evitadas.⁴⁴

Enver Paxá foi um dos responsáveis por estas derrotas maciças sofridas inicialmente pelos otomanos. Em lugar de ordenar aos seus generais que colocassem o Exército na defensiva, Enver Paxá, adoptou uma atitude irresponsável, ordenando vários

⁴¹Cfr. QUATAERT, Donald - *O Império Otomano: Das Origens ao Século XX*. Edições 70, 2000. p. 138.

⁴²Cfr. MCCARTHY, Justin - *The Ottoman Turks: An Introductory History To 1923*, Longman, United States of America, New York, 1997. pp. 363-388.

⁴³ Cfr. MCCARTHY, Justin - *The Ottoman Turks: An Introductory History To 1923*, Longman, United States of America, New York, 1997. pp. 363-388.

⁴⁴ Cfr. MCCARTHY, Justin - *The Ottoman Turks: An Introductory History To 1923*, Longman, United States of America, New York, 1997. pp. 363-388.

ataques contra a Rússia em pleno Inverno. Os soldados otomanos foram literalmente escorraçados nestas batalhas contra o Exército russo. A partir de 1915, a situação militar desesperante determinou que os otomanos passariam o resto da guerra na defensiva. O apoio militar alemão em termos materiais e estratégicos, muito contribuiu também para que o desastre não fosse ainda superior para os otomanos.⁴⁵ O ponto alto e, provavelmente, o mais decisivo para os otomanos foi a Batalha de Galipoli⁴⁶, durante a qual o Exército otomano derrotou uma coligação militar franco-britânica e humilhou aquelas duas potências ocidentais de uma forma que estas nunca julgaram ser possível. Mustafa Kemal Atatürk destacou-se nesta batalha pela sua coragem e tenacidade em combate. Terá alegadamente dito aos seus soldados em plena batalha: «*Eu não vos ordeno que lutem, eu ordeno-vos que morram.*»

Os arménios aproveitaram o caos gerado pelo conflito para se revoltarem contra o Império Otomano, como já haviam feito por diversas vezes no passado. O resultado desta revolta em plena Primeira Grande Guerra, foi o assassinato de cerca de 600,000 a 1,800,000 arménios civis. Os guerrilheiros arménios, armados e prontos a levarem a sua sublevação até ao fim, massacraram milhares de muçulmanos. Em resposta, os otomanos deportaram todos os arménios da Anatólia para a Síria. Daí resultou a morte de cerca de 600,000 a 1,800,000 adultos, crianças e idosos. Sabe-se que conseguiram chegar à Síria cerca de 200,000 arménios. A esmagadora maioria dos que morreram foram vítimas de marchas forçadas e da falta de apoio logístico pelo Estado que tinha imposto a deportação da população arménia.⁴⁷

O Império Otomano cessou a sua existência na prática a 27 de Outubro de 1918, quando foi obrigado pelos britânicos, franceses e norte-americanos a assinar um armistício humilhante. A 10 de Agosto de 1920, os otomanos foram desconsiderados de forma ainda mais dura com a assinatura do Tratado de Sèvres. O Tratado de Sèvres era comparável ao Tratado de Versalhes, imposto à Alemanha no imediato pós-guerra. As condições do Tratado eram, no entanto, ainda mais duras para os otomanos do que o

⁴⁵Cfr. MCCARTHY, Justin - *The Ottoman Turks: An Introductory History To 1923*, Longman, United States of America, New York, 1997. pp. 363-388.

⁴⁶Cfr. MCCARTHY, Justin - *The Ottoman Turks: An Introductory History To 1923*, Longman, United States of America, New York, 1997. pp. 363-388.

⁴⁷ Cfr. MCCARTHY, Justin - *The Ottoman Turks: An Introductory History To 1923*, Longman, United States of America, New York, 1997. pp. 363-388.

Tratado de Versalhes para os alemães.⁴⁸ O Tratado de Sèvres foi na prática, um instrumento que visava subjugar o Império Otomano por completo perante as potências europeias. De facto, tratou-se de colocar em prática uma estratégia de partilha pelos Ocidentais das províncias do Império depois do seu oportuno desmantelamento.

O Tratado de Sèvres foi, por isso, apenas o primeiro grande passo na direcção da destruição do Império Otomano. Este humilhante tratado impunha que o Exército não pudesse exceder os 50,000 homens, colocava as finanças do Estado otomano sob o controle das potências vencedoras, acabava com o direito de os otomanos controlarem os seus próprios tribunais e obrigava a que todas as políticas económicas tivessem de ser previamente aprovadas pela Sociedade das Nações. Ou seja, em resumo, este tratado não passava de um documento que retirava praticamente toda a soberania ao Estado Otomano e o colocava na dependência das grandes potências europeias.⁴⁹

Face à deslegitimação do Império Otomano, os nacionalistas turcos começam a organizar formas de resistência nacional. São criados em segredo depósitos de armas, espalhados por toda a península da Anatólia e inicia-se uma campanha de ataques de guerrilha contra os anglo-franceses e aqueles que colaboravam com o ocupante.⁵⁰ É nesta época, profundamente conturbada para os turcos, que emerge a figura de Mustafa Kemal Atatürk, o que se viria a destacar como o «*salvador da Turquia*». Atatürk consegue granjear desde o início uma boa imagem junto do povo turco e isso vale-lhe imediatamente a fidelidade do mesmo. Por outro lado, as muitas histórias que circulavam sobre a bravura de Atatürk durante a Batalha de Galipoli e outras criaram um mito em seu torno que nunca mais o abandonaria.⁵¹

Em 1919, os vencedores da Primeira Grande Guerra colocam em marcha aquilo que veio a ser o golpe final para destruir a Turquia. Com o apoio dos ingleses e franceses, a Grécia dá início a uma invasão devastadora da Turquia. O objectivo desta intervenção militar era efectivamente conquistar parcelas importantes do território turco para a Grécia. Durante algum tempo, a superioridade inicial dos gregos em termos

⁴⁸ Cfr. MCCARTHY, Justin - *The Ottoman Turks: An Introductory History To 1923*, Longman, United States of America, New York, 1997. 363-388.

⁴⁹ Cfr. MCCARTHY, Justin - *The Ottoman Turks: An Introductory History To 1923*, Longman, United States of America, New York, 1997. pp. 363-388.

⁵⁰ Cfr. MCCARTHY, Justin - *The Ottoman Turks: An Introductory History To 1923*, Longman, United States of America, New York, 1997. pp. 363-388.

⁵¹ Cfr. MCCARTHY, Justin - *The Ottoman Turks: An Introductory History To 1923*, Longman, United States of America, New York, 1997. pp. 363-388.

militares criou a ilusão de que a Grécia poderia de facto vir a dominar a Turquia.⁵² As tropas gregas cometeram toda a espécie de sevícias contra a população turca durante a invasão. Abateram olivais, mataram milhões de animais de criação, incendiaram cidades e levaram a cabo uma verdadeira política de terra queimada. Pretendia-se reduzir a população turca, criando assim condições para a colonização e ocupação da Turquia por parte da Grécia. No entanto, a partir de 1921, o avanço dos invasores foi travado e em 1922 o Exército grego estava já a retirar do território turco, tendo sofrido pesadas derrotas às mãos do Exército liderado por Atatürk. Foi nesta altura que a esmagadora maioria das sevícias contra os turcos foram cometidas pelos gregos. Antes de retirarem de uma determinada região, as tropas gregas, faziam questão de destruir, pilhar e vandalizar ao máximo. O objectivo era fazer com que a Turquia, mesmo que vencesse a guerra, acabasse na mesma totalmente devastada do ponto de vista económico.⁵³

A invasão grega acabou por ver o seu fim definitivo em 1922, com a assinatura do Tratado de Lausanne, que constituiu uma grande vitória para os nacionalistas turcos. Porém, estes mesmos nacionalistas turcos, liderados por Mustafa Kemal Atatürk, tinham clara noção de que estavam a herdar um país totalmente devastado por 10 anos de guerra. É necessário ter-se em conta que a Turquia esteve em guerra desde 1912 até 1922, praticamente sem interrupção. Os danos socioeconómicos foram profundos e traumatizantes. Atatürk venceu ao conseguir manter a independência do povo turco, porém, herdou uma nação de rastos.⁵⁴

A República Turca acabou por ser formalmente proclamada a 29 de Outubro de 1923. Iniciava-se assim uma época de mudanças em todos os sectores da sociedade turca e para trás ficavam séculos de história imperial. O Império Otomano havia cessado oficialmente e agora Atatürk tinha em cima de si a responsabilidade de transformar e abrir o caminho para a transformação da Turquia republicana num Estado viável e próspero.⁵⁵ Os factores e as condicionantes históricas que levaram ao colapso do Império Otomano são muitos e para se fazer um retrato verdadeiramente completo, seria

⁵² Cfr. MCCARTHY, Justin - *The Ottoman Turks: An Introductory History To 1923*, Longman, United States of America, New York, 1997. pp. 363-388.

⁵³ Cfr. MCCARTHY, Justin - *The Ottoman Turks: An Introductory History To 1923*, Longman, United States of America, New York, 1997. pp. 363-388.

⁵⁴ Cfr. MCCARTHY, Justin - *The Ottoman Turks: An Introductory History To 1923*, Longman, United States of America, New York, 1997. pp. 363-388.

⁵⁵ Cfr. MCCARTHY, Justin - *The Ottoman Turks: An Introductory History To 1923*, Longman, United States of America, New York, 1997. pp. 363-388.

necessário escrever milhares de páginas. A Queda do Império Otomano, como se viu, deveu-se em larga medida ao fracasso da sua estrutura económica. O próprio tamanho e a diversidade intensa criaram dificuldades à sua governação adequada. Por outro lado, a tecnologia do Império em termos de comunicações era extremamente rudimentar e dificultava imenso a gestão de um território tão vasto e geograficamente diverso.

Alguns historiadores sustentam que se pode estabelecer uma comparação entre os factores e as circunstâncias que levaram à derrocada do Império Otomano e os factores e circunstâncias que levaram à queda do Império Romano. De facto, encontram-se muitas semelhanças, como já foi referido. Vistos os acontecimentos sob este prisma analítico, o facto de terem existido tantas tensões entre os diferentes grupos étnicos do Império, foi algo que, levou no longo prazo ao seu desgaste de forma catastrófica. Os otomanos aperceberam-se deste problema ainda durante o período das reformas Tanzimat. No entanto, nesta altura era já demasiado tarde para se inverter a situação. O cataclismo confirmou-se a partir dos finais do século XIX, com a disseminação das ideias nacionalistas e separatistas entre muitos grupos étnicos do Império. Face a tantas divisões e rivalidades, é até surpreendente e admirável que o Império Otomano tivesse conseguido resistir durante tanto tempo às investidas das potências europeias e à desordem interna em todas as áreas.

De qualquer forma, não restam dúvidas de que o Império Otomano foi um dos grandes impérios da História e um dos mais cultural e etnicamente diversos. É necessário ter-se também em conta que o Império Otomano, apesar das suas fraquezas internas, não colapsou devido a estas. O que levou ao colapso do Império Otomano foi principalmente o imperialismo rival das potências europeias e as fortes economias da Europa que, a partir do final do século XVIII, superaram por completo e em larga escala a economia do Império Otomano.⁵⁶

Para Portugal, outro Império em crise, as negociações do pós-Primeira Grande Guerra foram bastante difíceis e infrutíferas em muitos aspectos, especialmente no que diz respeito aos objectivos que Portugal tinha em termos coloniais. Na prática, os sonhos e aspirações em alguns aspectos megalómanas com que Portugal entrou no conflito estiveram longe de ser atingidos. A Conferência de Paz tornou-se em larga

⁵⁶ Cfr. MCCARTHY, Justin - *The Ottoman Turks: An Introductory History To 1923*, Longman, United States of America, New York, 1997. p. 391.

medida, um rotundo fracasso para os políticos portugueses.⁵⁷ Portugal desfilou na parada da vitória em Paris entre os vencedores sob o Arco do Triunfo. Porém, na Conferência de Paz, esta suposta «igualdade» já não teve grande importância para as grandes potências que foram para a mesma com o objectivo de prosseguir as mesmas políticas imperialistas que já tinham sido responsáveis pelo deflagrar da Primeira Grande Guerra e dos horrores correspondentes à mesma.⁵⁸

Portugal tinha três objectivos principais na Conferência de Paz: o objectivo económico, o objectivo político e o objectivo colonial. Em relação ao objectivo económico, o esforço dos representantes portugueses foi no sentido de anular as dívidas de guerra de Portugal, obter o direito a reparações por parte da Alemanha, levar à redistribuição da tonelagem alemã e ainda, criar uma frota de marinha mercante através da expropriação de parte dos navios alemães confiscados. Por fim, Portugal também pretendia que os aliados financiassem um reequipamento das Forças Armadas portuguesas.⁵⁹ Este objectivo económico foi conquistado apenas de forma parcial e ficou muito aquém das expectativas iniciais dos diplomatas portugueses.

Quanto ao objectivo político, Portugal pensava poder obter um lugar de destaque entre o concerto europeu das nações. Assim sendo, pretendia-se ter um papel activo no reordenamento da cena internacional e, em particular, na futura Sociedade das Nações. Foi precisamente em relação a este objectivo que se deu o maior fracasso da diplomacia portuguesa do pós-guerra. O objectivo político foi um fracasso em termos absolutos, pois a candidatura portuguesa ao Conselho Executivo da Sociedade das Nações nem sequer chega a ser considerado. A situação ainda se torna mais humilhante para Portugal devido ao facto de a Espanha, que se manteve neutral durante a guerra, conseguir o lugar pretendido por Portugal na Sociedade das Nações. Vence, assim, a Espanha neutra onde o Portugal beligerante falhou por completo.⁶⁰

Por fim, restava a Portugal apenas o objectivo colonial. Este foi o único campo onde Portugal conseguiu ter sucesso em termos relativos. O Presidente da delegação

⁵⁷ Cfr. BETHANCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti - *História da Expansão Portuguesa*, Volume 4, Círculo de Leitores, Setembro de 1998, Espanha. pp. 513-517.

⁵⁸ Cfr. BETHANCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti - *História da Expansão Portuguesa*, Volume 4, Círculo de Leitores, Setembro de 1998, Espanha. p. 518.

⁵⁹ Cfr. BETHANCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti - *História da Expansão Portuguesa*, Volume 4, Círculo de Leitores, Setembro de 1998, Espanha. p. 518.

⁶⁰ Cfr. BETHANCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti - *História da Expansão Portuguesa*, Volume 4, Círculo de Leitores, Setembro de 1998, Espanha. p. 518.

portuguesa presente na Conferência de Paz, Egas Moniz, inicialmente ainda julgou ser possível não apenas manter a integridade colonial, mas absorver territórios coloniais pertencentes ao agora derrotado Império Alemão.

Capítulo III - O Fenómeno Autoritário e Totalitário nas Décadas de 1920 e 1930

O Fascismo constituiu um verdadeiro fenómeno internacional nas décadas de 1920 e 1930. Sendo muito apelativo para as classes médias que temiam o Comunismo e, viam o seu poder de compra a reduzir-se muito de dia para dia, o Fascismo não tardou também a ganhar apoio nas zonas rurais de todos os países onde se instalou, muitas vezes fruto da iliteracia da população camponesa e do gosto que esta nutria pelo tradicionalismo, um factor que sem dúvida facilita o sucesso a qualquer demagogo e/ou populista. No entanto, é necessário referir-se que o Fascismo, apesar de apregoar que defende as tradições nacionais, na prática, acabou por ser uma ideologia que apregoava a «*revolução nacional*» e propunha mudanças radicais na sociedade que nada tinham de tradicional.

O Fascismo é o fruto de uma época de profunda crise económica e social. As dificuldades económicas e sociais provocadas pela Primeira Guerra Mundial criaram o terreno fértil para a disseminação das ideias fascistas. Por outro lado, a incapacidade das elites e das democracias liberais de resolverem os problemas do pós-guerra contribuíram imenso para a descredibilização das mesmas aos olhos de muitos europeus que, em desespero, se viraram para o Fascismo. Acima de tudo e julgo que é justo afirmá-lo, o Fascismo é uma ideologia do desespero, que se alimenta do medo e do temor dos homens. O desespero criado pelas dificuldades económicas do pós-guerra, aliado ao medo profundo que muitos membros da classe média tinham do Comunismo, criou as condições sociais perfeitas para a instalação do «*bacilo fascista*»⁶¹ na sociedade europeia.

A tentação do Fascismo é a tentação da facilidade e esta, tal como a história nos demonstra, constitui um caminho aberto e directo para a escravidão. Emmanuel

⁶¹ Cfr. RIEMEN, Rob - *O Eterno Retorno do Fascismo*, Bizâncio, 2012.

Mounier considerava que os regimes fascistas tiveram, de facto, o seu momento de grandeza, mas que esta era uma grandeza carnal, desprovida de humanismo e justiça.⁶²

De acordo com F. L. Lucas, os ditadores fascistas utilizam, por norma dois argumentos para se justificarem: Só eles conseguem mostrar resultados e fazer o que é preciso fazer. Apenas eles conseguem manter a ordem necessária e se saírem do poder a nação cairá de novo.⁶³ Os ditadores fascistas prometem a eficiência e a ordem em troca da veneração total por parte do seu povo. A adoração, que se realiza através do culto da personalidade, é uma componente essencial e característica básica do Fascismo.⁶⁴

No entanto, há várias características que F. L. Lucas aponta como sendo fraquezas fundamentais em qualquer ditadura. Por um lado, um ditador tem sempre dificuldade em consolidar o poder e manter-se no mesmo. Não existem ditaduras fáceis de montar precisamente porque a complexidade social exigida para levar a cabo tal tarefa é sempre muito grande e densa. Aliás, já na Antiga Grécia Aristóteles destacou o facto de as ditaduras, terem por norma, uma existência bastante curta e na maior parte dos casos não conseguirem ultrapassar duas gerações dentro da mesma família.⁶⁵ F. L. Lucas considera no entanto que há uma excepção a esta regra apontada por Aristóteles. Uma ditadura pode manter-se durante séculos se conseguir transformar-se numa monarquia hereditária, legitimada junto do povo. A título de exemplo, actualmente este é o caso da Coreia do Norte, onde o poder passa de pai para filho e onde assistimos à transformação de uma ditadura comunista numa ditadura monárquica totalitária.⁶⁶

Uma ditadura fascista não é apenas difícil de perpetuar (se não mesmo impossível), ela é também muito difícil de manter. Muitas vezes, os sacrifícios a que os ditadores fascistas submeteram os seus povos no passado em nome do «*bem nacional*» acabaram em desastres do ponto de vista humano, material e económico.⁶⁷ Aristóteles e Maquiavel consideravam que a melhor forma de um ditador manter o poder era através do medo. Um ditador até pode ser popular num período inicial, mas esse tipo de boa fama junto do povo é por norma de curta duração. A partir do momento em que um dado ditador deixa de ser popular, a melhor e possivelmente a única arma que ele tem

⁶² Cfr. MOIX, Candide, *O Pensamento de Emmanuel Mounier*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1968, p.236.

⁶³ Cfr. LUCAS, F.L., *The Delights of Dictatorship*, W. Heffer & Sons Ltd., Cambridge, 1938. pp. 14-15.

⁶⁴ Cfr. LUCAS, F.L., *The Delights of Dictatorship*, W. Heffer & Sons Ltd., Cambridge, 1938. p. 17.

⁶⁵ Cfr. LUCAS, F.L., *The Delights of Dictatorship*, W. Heffer & Sons Ltd., Cambridge, 1938. pp. 18-19.

⁶⁶ Cfr. LUCAS, F.L., *The Delights of Dictatorship*, W. Heffer & Sons Ltd., Cambridge, 1938. pp. 18-19.

⁶⁷ Cfr. LUCAS, F.L., *The Delights of Dictatorship*, W. Heffer & Sons Ltd., Cambridge, 1938. pp. 18-19.

para manter o poder é o medo.⁶⁸ Este medo pode ser utilizado de diversas formas. O ditador pode tentar incutir no povo o medo de um determinado inimigo externo ou interno como forma de justificar a necessidade de existência da sua ditadura. Por outro lado, o ditador pode simplesmente recorrer a métodos brutais, colocando em prática o terrorismo de Estado numa escala maciça como forma de tentar manter o poder simplesmente através do terror. Esta última hipótese normalmente apenas funciona durante curtos períodos de tempo.⁶⁹

Para uma grande parte da mentalidade política existente em 1918-1919, os modelos clássicos monárquico-conservadores e demoliberais propostos até então, estavam mortalmente condenados a desaparecer. O Estado liberal, uma criação das Revoluções Holandesa, Inglesa, Americana e Francesa, não seria já capaz de corresponder às exigências da sociedade do pós-guerra.⁷⁰ O sufrágio popular universal e o decadentismo da democracia política durante as décadas de 1920-1930, não foram capazes, de travar, em muitas nações, o emergente movimento nacionalista. Simultaneamente, os grandes interesses económicos, desde a indústria à agricultura, serviram-se dos movimentos ultranacionalistas como uma «força de choque» contra o Comunismo.⁷¹

O Partido Fascista Italiano, fundado por Benito Mussolini em 1919, foi o mais original e o que mais se destacou de todos os partidos ultranacionalistas da época. Este movimento político, congregava uma miscelânea de princípios socialistas e reaccionários, enquanto somava simultaneamente elementos estéticos como a roupa e a arte, elementos violentos e de acção directa.⁷² Em 1922, num acto de desdém total pela democracia, Mussolini fala já abertamente do «*cadáver mais ou menos putrefacto da deusa Liberdade*».⁷³ Como forma de se consolidar, o Estado fascista italiano dá início a um processo de centralização dos poderes que termina com as autonomias locais e regionais que existiam na Itália demoliberal. Ocorreu um crescimento espantoso da burocracia servil e parasitária, emanada dos quadros do Partido Fascista Italiano. No campo da justiça, Mussolini dá início a um processo de depuração da magistratura, sendo expulsos os juízes antifascistas. A liberdade de imprensa é suprimida, em

⁶⁸ Cfr. LUCAS, F.L., *The Delights of Dictatorship*, W. Heffer & Sons Ltd., Cambridge, 1938. p. 19.

⁶⁹ Cfr. NAVARRO, Francesc, *História Universal*, Volume 19, Editorial Salvat, Espanha, 2005. pp. 263-285.

⁷⁰ Cfr. NAVARRO, Francesc, *História Universal*, Volume 19, Editorial Salvat, Espanha, 2005. pp. 263-285.

⁷¹ Cfr. NAVARRO, Francesc, *História Universal*, Volume 19, Editorial Salvat, Espanha, 2005. pp. 263-285.

⁷² Cfr. NAVARRO, Francesc, *História Universal*, Volume 19, Editorial Salvat, Espanha, 2005. pp. 263-285.

⁷³ Cfr. NAVARRO, Francesc, *História Universal*, Volume 19, Editorial Salvat, Espanha, 2005. p. 289.

conjunto com a liberdade de associação e dos jornais da oposição. Por fim, todos os partidos políticos, com exceção do Partido Fascista Italiano são proibidos.⁷⁴ Mussolini considerava que a democracia dividia a nação e era impeditiva do progresso da mesma, colocando as várias classes sociais em confronto umas com as outras, através do jogo dos partidos políticos. Daí que ilegalizar todos os partidos políticos com a exceção do seu próprio não terá sido uma tarefa difícil para o *Duce*.

Mussolini consegue reunir em si os poderes legislativo e executivo e assim impõe a hegemonia do Fascismo em Itália. A partir do início da década de 1930, a Itália Fascista começa a ter uma postura cada vez mais agressiva e imperialista em termos de política internacional⁷⁵, querendo nomeadamente exercer um controlo cada vez maior no Mediterrâneo e aumentar o seu espaço colonial com a invasão da Etiópia. Em termos de segurança, o fascismo italiano tratou de reforçar a segurança interna e fez da mesma uma das suas prioridades máximas. Assim sendo, o aparelho policial acaba reforçado de forma considerável e são redigidas as *leggi fascistissime* em 1926, leis que «*fixavam juridicamente o campo totalitário do poder pessoal de Mussolini e do seu partido.*»⁷⁶

Em Espanha no ano de 1923, o General Miguel Primo de Rivera leva a cabo um Golpe de Estado e começa posteriormente a ensaiar o modelo corporativista italiano nas relações laborais da economia espanhola.⁷⁷ Mais tarde, na década de 1930, após uma sangrenta guerra civil, o general Francisco Franco implementará uma ditadura de estilo fascista, que dominará a Espanha até à década de 1970. O Franquismo foi essencialmente um «*Fascismo Clerical*» que se baseava «*na aliança dos militares com as classes dirigentes, e, mais tarde, com os tecnocratas.*»⁷⁸

Na Turquia, em 1923, Mustafa Kemal Atatürk consegue fazer-se eleger como primeiro Presidente da República Turca e inaugurava um período de reformas radicais sem precedentes na história do povo turco. Tal como Mussolini, a fórmula do partido único foi prontamente seguida por Atatürk, que durante todo o tempo em que governou a nunca permitiu que existisse mais nenhum partido político para além do dele, o

⁷⁴ Cfr. NAVARRO, Francesc, *História Universal*, Volume 19, Editorial Salvat, Espanha, 2005. p. 290.

⁷⁵ Cfr. NAVARRO, Francesc, *História Universal*, Volume 19, Editorial Salvat, Espanha, 2005. p. 290.

⁷⁶ Cfr. NAVARRO, Francesc, *História Universal*, Volume 19, Editorial Salvat, Espanha, 2005. p. 290.

⁷⁷ Cfr. NAVARRO, Francesc, *História Universal*, Volume 19, Editorial Salvat, Espanha, 2005. pp. 263-285.

⁷⁸ Cfr. MICHEL, Henri – *Os Fascismos*, Dom Quixote, Lisboa, 1977. p. 120.

Partido Republicano.⁷⁹ Henri Michel descreveu o Kemalismo como um «*Fascismo de Esquerda*»⁸⁰ diferente de todos os outros fascismos.

Entre 1924 e 1933 seguem-se toda uma série de golpes de estado na Europa, levados a cabo por militares ou políticos de cariz ultranacionalista. Na Bulgária, na Albânia e na Polónia, onde em Maio de 1926 Jozef Pilsuski chega ao poder com o apoio do Exército.⁸¹ Na Lituânia, na Jugoslávia e na Roménia estabelecem-se também ditaduras nacionalistas lideradas pelos respectivos monarcas.⁸² Em Maio de 1926, dá-se um Golpe de Estado em Portugal, liderado pelos Generais Gomes da Costa e Carmona, que acabam assim com a ainda jovem república parlamentar. Oito anos mais tarde, em Julho de 1932, António de Oliveira Salazar forma Governo e apenas um ano depois, em 1933, a ditadura do Estado Novo consolida-se.⁸³ O Estado Novo pode incluir-se na categoria dos «*fascismos clericais*», no entanto, ao contrário do fascismo italiano e alemão, mas em analogia com a experiência austríaca, faltou ao Estado Novo um «*real processo de mobilização de massas*»⁸⁴ e, em particular, faltou-lhe também o elemento revolucionário, pois «*o regime era deliberadamente conservador, tendo uma base de recrutamento da sua camada dirigente muito restrita*».

Na Holanda, as instituições parlamentares já estavam a atravessar uma grave crise no início da década de 1930. A conseqüente crise económica ditou o nascimento do Fascismo na Holanda pela mão de Mussert, um engenheiro civil de renome que fundou em 1931 o Movimento Nacional-Socialista. Em 1933 este movimento contava com apenas cerca de 1000 filiados, porém, em 1935 já contava com 50 000 filiados e conseguiu obter 300 000 votos nas eleições desse ano. Apesar do nome do movimento, a sua doutrina não era uma cópia do Nacional-Socialismo alemão, pois o antissemitismo militante veio apenas mais tarde.⁸⁵

Em Janeiro de 1933 é a vez de Hitler chegar ao poder. Este viria a ser o mais violento e agressivo de todos os ditadores fascistas, colocando em marcha teorias «*raciais*» nunca antes vistas ou ouvidas na Europa. O nazismo buscava construir uma

⁷⁹ Cfr. NAVARRO, Francesc, *História Universal*, Volume 19, Editorial Salvat, Espanha, 2005. pp. 263-285.

⁸⁰ Cfr. MICHEL, Henri – *Os Fascismos*, Dom Quixote, Lisboa, 1977. p. 122.

⁸¹ Cfr. NAVARRO, Francesc, *História Universal*, Volume 19, Editorial Salvat, Espanha, 2005. pp. 263-285.

⁸² Cfr. NAVARRO, Francesc, *História Universal*, Volume 19, Editorial Salvat, Espanha, 2005. p. 290.

⁸³ Cfr. NAVARRO, Francesc, *História Universal*, Volume 19, Editorial Salvat, Espanha, 2005. p. 290.

⁸⁴ Cfr. COLLOTTI, Enzo – *Fascismo, Fascismos*, Editorial Caminho, 1992. p. 164.

⁸⁵ Cfr. MICHEL, Henri – *Os Fascismos*, Dom Quixote, Lisboa, 1977. p. 126-127.

«*nova ordem mundial*» através da violência sem limites, colocando a cultura ao seu serviço através da propaganda e construindo o assim chamado «*espaço vital*», Hitler reclamava-o como um direito do povo alemão.⁸⁶ Abria-se, assim, o caminho para uma era extremamente violenta, agressiva e totalitária na Europa e no Mundo.⁸⁷

Na Grécia, o General Metaxas suprimiu o Parlamento com a aprovação do Rei Jorge em Agosto de 1936. A democracia para o General Metaxas era prejudicial à Grécia devido ao facto de esta conferir uma grande importância ao racionalismo e ao individualismo. As instâncias jurídicas normais foram suprimidas e substituídas por uma «*Comissão de Salvação Pública*» subdividida em comissões regionais e constituídas por juízes e polícias «*que tomavam decisões sem testemunhas nem advogados e das quais não havia recurso.*»⁸⁸ A juventude foi agrupada no plano nacional de forma a poder dar ao partido os seus quadros e à nação as suas elites. Metaxas era um profundo admirador de Mussolini e paradoxalmente acabou por se ver envolvido numa guerra contra o ditador italiano quando este decidiu invadir a Grécia em Outubro de 1940.

Na França, Henri d'Haluin, de alcunha Dorgères, um profundo admirador de Mussolini e Hitler, desenvolveu o «*Fascismo Verde*». Esta corrente fascista era profundamente antirrepublicana e pedia apenas a adesão dos camponeses em prol da ditadura, isto porque nas próprias palavras de Dorgères: «*a ditadura, em toda a parte onde se instalou, colocou o camponês no primeiro plano*».⁸⁹ O «*Fascismo Verde*» inspirava-se na doutrina social católica de La Tour du Pin e de Le Play, advogava o regresso à terra, o voto familiar, o antissemitismo e o Estado corporativo. Em 1938 este movimento fundado por Dorgères já contava com cerca de 200 000 filiados e só não conseguiu ter mais êxito porque a sua base social de apoio constituída por pequenos e médios proprietários rurais era demasiado restrita.⁹⁰

Fora da Europa, o Japão foi inquestionavelmente o país onde o Fascismo obteve maior sucesso sob a forma daquilo que podemos designar de «*Fascismo Japonês*». No Japão, nunca se formou, nem foi necessário que se formasse um partido fascista poderoso para que o «*Fascismo Japonês*» conseguisse chegar ao poder. Aliás, existiam

⁸⁶ Cfr. NAVARRO, Francesc, *História Universal*, Volume 19, Editorial Salvat, Espanha, 2005. p. 321.

⁸⁷ Cfr. NAVARRO, Francesc, *História Universal*, Volume 19, Editorial Salvat, Espanha, 2005. p. 290.

⁸⁸ Cfr. MICHEL, Henri – *Os Fascismos*, Dom Quixote, Lisboa, 1977. p. 123.

⁸⁹ Cfr. MICHEL, Henri – *Os Fascismos*, Dom Quixote, Lisboa, 1977. p. 101.

⁹⁰ Cfr. MICHEL, Henri – *Os Fascismos*, Dom Quixote, Lisboa, 1977. p. 101.

várias facções que se afirmavam como sendo fascistas e estas combatiam-se mutuamente. Do ponto de vista ideológico, o Fascismo era inclusive rejeitado por alguns sectores da elite japonesa por ser considerado um produto estrangeiro vindo da Europa e por isso mesmo contrário às tradições japonesas. No entanto, a sociedade japonesa padecia de um mal-estar autêntico fruto da especulação financeira e dos escândalos de corrupção. O fosso entre pobres e ricos era demasiado grande e o modelo de Capitalismo adoptado no Japão possuía laivos de Feudalismo. O Imperador era teoricamente um soberano todo-poderoso, mas na realidade isto era uma farsa e ele não tinha qualquer poder sobre o que se passava na sociedade. O sistema parlamentar estava enfraquecido por culpa dos próprios partidos políticos que nele tinham assento e falseavam eleições. Tudo isto deveu-se em larga medida ao facto das elites japonesas nunca terem partilhado o mesmo apreço pelas ideias liberais que as suas congéneres europeias tiveram.⁹¹

Os fascistas japoneses distinguiram-se dos vários fascismos europeus devido ao facto de nunca terem constituído um movimento de massas violento a nível interno.⁹² A estratégia para tomar o poder, seguida pelo Fascismo Japonês foi a de atrair gradualmente os círculos dirigentes, começando pelo próprio Imperador. Posteriormente, foram monopolizando o poder, apoiando-se na organização social existente. A crença na «*superioridade da civilização japonesa*»⁹³ era para eles um factor de união e coesão social muito importante.

Na América Latina a «*existência de minorias italianas deu origem ao aparecimento de alguns grupúsculos fascistas ligados à mãe-pátria.*»⁹⁴ No Brasil, em 1932, Plínio Salgado lançou a *Acção Integralista Brasileira*, um movimento inspirado no fascismo italiano e que tinha como principais adeptos os pequenos comerciantes e a classe média em geral. Tratava-se de um movimento com um claro apelo dirigido à juventude e que pretendia combater o Comunismo, o Capitalismo e os judeus. Em conjunto com «*a milícia, o culto do chefe, a organização hierarquizada, o movimento fascista brasileiro reproduzia o fascismo europeu*». No entanto, Plínio Salgado rejeitava o Totalitarismo enquanto simultaneamente pretendia aniquilar os regionalismos e as classes sociais. Por outro lado, a *Acção Integralista Brasileira* pretendia libertar o Brasil

⁹¹ Cfr. MICHEL, Henri – *Os Fascismos*, Dom Quixote, Lisboa, 1977. p. 135-136.

⁹² Cfr. MICHEL, Henri – *Os Fascismos*, Dom Quixote, Lisboa, 1977. p. 136.

⁹³ Cfr. MICHEL, Henri – *Os Fascismos*, Dom Quixote, Lisboa, 1977. p. 137.

⁹⁴ Cfr. MICHEL, Henri – *Os Fascismos*, Dom Quixote, Lisboa, 1977. p. 138.

da influência yankee e transforma-lo numa potência capaz de erguer uma nova ordem na América Latina.⁹⁵ Apesar de nunca ter conseguido chegar ao poder, Plínio Salgado foi a principal inspiração ideológica do Presidente Getúlio Vargas, eleito em 1930.

António Costa Pinto considera que os regimes fascistas foram as primeiras ditaduras de partido único situadas à direita do espectro político europeu⁹⁶, No entanto, há autores que defendem que o Fascismo em si é uma ideologia que não podemos enquadrar na direita ou esquerda tradicionais. Aliás, o próprio Mussolini afirmava que o Fascismo era uma alternativa política à direita liberal e à esquerda socialista. Os fascistas viam-se a si mesmos como a «*terceira via*», ou seja, o Fascismo, para Mussolini era uma ideologia nova que se distanciava tanto da direita como da esquerda. Na prática, ao analisar-se o *corpus* ideológico dos vários fascismos, podemos de facto concluir que estes incorporavam em si elementos ideológicos tanto da direita como da esquerda. Por esse motivo, é possivelmente errado classificar o fascismo como um movimento político exclusivamente de direita.

As ditaduras fascistas das décadas de 1920-1930, foram «*ditaduras personalizadas*»⁹⁷, ou seja, o *Duce*, o *Führer*, o *Caudilho*, etc... encarnavam o próprio regime e tentavam encarnar em si a própria Nação. Isto era claramente visível, por exemplo, na propaganda nazi, onde Hitler era considerado não apenas o salvador da Alemanha, mas a própria Alemanha.

O Fascismo foi uma ideologia que rejubilava com a mobilização das massas enquanto simultaneamente se mantinha sob a forma de teatro público.⁹⁸ Os movimentos fascistas foram portadores de uma *praxis* «*triumfantemente antiliberal*»⁹⁹ que conseguiu conquistar um genuíno apoio por parte das massas trabalhadores pobres. Na Roménia, uma grande parte da base de apoio da Guarda de Ferro era proveniente do campesinato pobre. Na Hungria, a maioria do eleitorado da Cruz em Seta era operário e na Áustria, após a derrota dos sociais-democratas em 1934, houve uma clara viragem política da

⁹⁵ Cfr. MICHEL, Henri – *Os Fascismos*, Dom Quixote, Lisboa, 1977. p. 139.

⁹⁶ PINTO, António Costa, *Ruling Elites and Decision-Making in Fascist-Era Dictatorships*, Columbia University Press, New York, 2009. p. 215.

⁹⁷ PINTO, António Costa, *Ruling Elites and Decision-Making in Fascist-Era Dictatorships*, Columbia University Press, New York, 2009. p. 216.

⁹⁸ HOBBSAWM, Eric – *A Era dos Extremos: História Breve do Século XX - 1914-1991*, Editorial Presença, Lisboa, 1994, p. 123.

⁹⁹ Cfr. HOBBSAWM, Eric – *A Era dos Extremos: História Breve do Século XX - 1914-1991*, Editorial Presença, Lisboa, 1994. p. 124.

classe operária a favor do Partido Nazi.¹⁰⁰ Eric Hobsbawm considera que «*assim que se estabeleceram governos fascistas com legitimidade pública, como na Itália e na Alemanha, muito mais trabalhadores ex-socialistas e comunistas alinharam com os novos regimes do que agrada à tradição da esquerda considerar.*»¹⁰¹

Apesar do seu autoproclamado «*tradicionalismo*», os movimentos fascistas tiveram sempre dificuldade em conseguir atrair os elementos autenticamente tradicionais da sociedade rural e foram sempre inimigos jurados das ideologias e partidos identificados com as classes trabalhadoras organizadas.¹⁰²

Em relação à classe média, é mais difícil de definir até onde chegava o apelo original do Fascismo no seu seio. Não restam dúvidas de que o apelo do Fascismo em relação à juventude da classe média era muito forte, especialmente em relação aos universitários da Europa continental que durante o período entre as guerras foram notoriamente de extrema-direita. Em 1921, 13% dos membros do movimento fascista italiano eram estudantes e na Alemanha entre 5% a 10% de todos os estudantes eram membros do partido já em 1930.¹⁰³

A ascensão da direita radical após a Primeira Guerra Mundial foi acima de tudo uma consequência da Revolução de Outubro e do Leninismo. Hobsbawm considera mesmo que «*sem estes, não teria havido Fascismo*».¹⁰⁴ O que deu ao Fascismo a sua oportunidade “de ouro” após a Primeira Guerra Mundial foi o colapso dos velhos regimes e das velhas classes dominantes em conjunto com a máquina de poder que tinha permitido perpetuar até então a sua influência e hegemonia. Nos países, como a Grã-Bretanha, onde estas velhas classes e velhos regimes conseguiram permanecer em «*boa ordem de funcionamento, não houve necessidade de Fascismo*».¹⁰⁵

¹⁰⁰ Cfr. HOBBSAWM, Eric – *A Era dos Extremos: História Breve do Século XX - 1914-1991*, Editorial Presença, Lisboa, 1994. p. 127.

¹⁰¹ Cfr. HOBBSAWM, Eric – *A Era dos Extremos: História Breve do Século XX - 1914-1991*, Editorial Presença, Lisboa, 1994. p. 127.

¹⁰² Cfr. HOBBSAWM, Eric – *A Era dos Extremos: História Breve do Século XX - 1914-1991*, Editorial Presença, Lisboa, 1994. p. 127.

¹⁰³ Cfr. HOBBSAWM, Eric – *A Era dos Extremos: História Breve do Século XX - 1914-1991*, Editorial Presença, Lisboa, 1994. p. 127.

¹⁰⁴ Cfr. HOBBSAWM, Eric – *A Era dos Extremos: História Breve do Século XX - 1914-1991*, Editorial Presença, Lisboa, 1994. p. 127. p. 130.

¹⁰⁵ Cfr. HOBBSAWM, Eric – *A Era dos Extremos: História Breve do Século XX - 1914-1991*, Editorial Presença, Lisboa, 1994. p. 127. p. 131.

À esquerda, o único fenómeno totalitário relevante durante o período em análise, foi a ascensão da União Soviética. A política do partido único, a censura, a mobilização das massas, a polícia política, a efectiva supressão do Estado de Direito, tudo isto foram elementos que caracterizaram a política soviética desde o início e que atingiram o auge sob a liderança de Estaline durante a década de 1930. Na gigantesca «*máquina burocrática*» da União Soviética, o homem era inevitavelmente reduzido a uma mera «*peça*» de cuja vida o Estado podia dispor a seu belo prazer. A suposta «*igualdade socialista*», tão badalada pela propaganda soviética, também nunca se concretizou, pois os quadros do partido tinham acesso a luxos e privilégios que não estavam ao alcance do comum cidadão soviético. Mais do que uma gigantesca desilusão para muitos que haviam acreditado na revolução bolchevique, a União Soviética acabou por se transformar numa distopia que constitui o primeiro modelo totalitário a ser colocado em prática no século XX e talvez até na história da humanidade.¹⁰⁶

¹⁰⁶ Cfr. BROWN, Archie – *Ascensão e Queda do Comunismo*, Dom Quixote, 2010.

Capítulo IV - A Turquia e Portugal (1923 - 1939)

Ao debruçarmo-nos sobre as reformas levadas a cabo por Mustafa Kemal Atatürk, é perceptível o facto de este ter levado a cabo uma profunda remodelação do sistema político do seu país. Após a proclamação da República no dia 29 de Outubro de 1923 pela Grande Assembleia Nacional e abolido o Sultanato, Atatürk ordena a transferência da capital turca de Istambul para Ancara.¹⁰⁷ Surgia, assim, pela primeira vez no mundo Islâmico contemporâneo, um Estado Republicano. Em Março de 1924 Atatürk dá início à “segunda fase” das suas reformas abolindo o califado, que era o passo necessário para levar a cabo a secularização do país, tida como alta prioridade para Atatürk. Assim sendo, suprimiram-se os tribunais religiosos e os estabelecimentos de ensino também de carácter religioso.¹⁰⁸

A poligamia, uma prática aceite de forma normal na cultura turca, foi também abolida e a nível legislativo são adoptados códigos jurídicos de estilo europeu.¹⁰⁹ É possível confirmar-se através da análise destas medidas que as reformas de Atatürk tinham como objectivo, em larga medida, “europeizar” a Turquia como forma de garantir a independência da mesma face às grandes potências europeias. Atatürk tinha a noção de que só lhe seria possível manter a independência do seu país através de reformas que permitissem a europeização do mesmo. Tratava-se de modernizar a Turquia do ponto de vista económico e, conseqüentemente, militar.

Introduziu-se, também, a obrigatoriedade do casamento civil para todos os cidadãos turcos, já não sendo assim possível celebrar o casamento apenas de forma religiosa. No campo da educação, Atatürk ordenou a introdução do alfabeto latino nas escolas.¹¹⁰ Até então, os turcos tinham usado caracteres árabes para escrever, agora passavam a utilizar os caracteres latinos. Ficava, assim, patente mais uma vez o desejo de aproximação à Europa. Aliás, Atatürk tinha um profundo desejo de trazer a educação ao seu país, que estava muito atrás das grandes potências europeias em matéria

¹⁰⁷ Cfr. NAVARRO, Francesc, *História Universal*, Volume 18, Editorial Salvat, Espanha, 2005, pp. 250.

¹⁰⁸ Cfr. NAVARRO, Francesc, *História Universal*, Volume 18, Editorial Salvat, Espanha, 2005, pp. 350-351.

¹⁰⁹ Cfr. NAVARRO, Francesc, *História Universal*, Volume 18, Editorial Salvat, Espanha, 2005, p. 351.

¹¹⁰ Cfr. NAVARRO, Francesc, *História Universal*, Volume 18, Editorial Salvat, Espanha, 2005, p. 351.

educativa. Em relação a professores ele uma vez terá dito que *«São os professores, somente eles, quem libertam os povos e transformam as coletividades em verdadeiras nações.»*¹¹¹

O ódio de Atatürk em relação à intervenção da religião na política e no aparelho estatal, é provavelmente a marca mais perceptível de todas as suas reformas e é, de facto, raro que surja um líder político capaz de enfrentar o Islão com tanta tenacidade num país de larga maioria muçulmana. Este ódio de Atatürk ía a ponto de o mesmo atacar o profeta Maomé em discursos como este: *«As regras e teorias de um velho sheik árabe chamado Maomé e as abstrusas interpretações de gerações de sujos e ignorantes padrecos fixaram a lei civil e penal da Turquia. Eles determinaram a forma da constituição, as mais pequenas acções e gestos do cidadão, a sua alimentação, as horas para levantar e dormir, tradições e hábitos e mesmo os mais íntimos pensamentos. O Islão, essa absurda teologia de um beduíno amoral, é um cadáver podre que envenena a nossa vida. A população da república turca, que reclama o direito a ser civilizada, tem de demonstrar a sua civilização através das suas ideias, sua mentalidade, através da sua vida familiar e seu modo de vida.»*

Em relação ao clero muçulmano, Atatürk também não hesita em proibir por completo a propaganda religiosa e em desferir-lhe os mais duros golpes: *«Diante do conhecimento, da ciência, e de toda a extensão da radiante civilização, não posso aceitar a presença na comunidade civilizada da Turquia de pessoas tão primitivas a ponto de procurar benefícios materiais e espirituais sob a orientação de xeques. A República Turca não pode ser um país de xeques, dervixes e discípulos. A melhor ordem, a mais verdadeira, é a ordem da civilização. Ser um homem é o bastante para preencher as exigências da civilização. Os líderes das ordens dervixes compreenderão a verdade de minhas palavras, e eles próprios fecharão suas lojas (tekke) e admitirão que as suas disciplinas cresceram»* Torna-se também moda, durante a governação de Atatürk, a adopção de apelidos turcos, o mais famoso dos quais será precisamente o apelido Atatürk que significa *«pai dos turcos.»*¹¹²

O partido político que deu apoio a Atatürk durante este processo todo de reformas foi o Partido Republicano do Povo, normalmente conhecido apenas como

¹¹¹ Cfr. NAVARRO, Francesc, *História Universal*, Volume 18, Editorial Salvat, Espanha, 2005, p. 351.

¹¹² Cfr. NAVARRO, Francesc, *História Universal*, Volume 18, Editorial Salvat, Espanha, 2005, p. 351.

Partido Republicano. A Constituição que Atatürk faz aprovar em 1924 atribuía o poder legislativo à Grande Assembleia Nacional. Em teoria, durante o governo de Atatürk, a Turquia parecia ser um país democrático. Porém, a realidade estava longe disso, pois durante o consulado de Mustafa Kemal Atatürk, que durou até 10 de Novembro de 1938, data da sua morte, a Assembleia e o Partido Republicano limitaram-se a ratificar e a executar as decisões do Presidente.¹¹³

Como forma de manter o apoio ao Partido Republicano, Atatürk depurou a administração do Estado de elementos que fossem contrários às suas políticas realmente radicais para a época e para uma sociedade islâmica. No fundo, as reformas de Atatürk eram um salto gigantesco em pouquíssimo tempo, algo para o qual muitos turcos não estavam preparados. Por isso, Atatürk teve de se confrontar sempre com alguma resistência às suas políticas, especialmente por parte dos sectores mais conservadores e religiosos da sociedade.¹¹⁴

Foram criadas as Casas do Povo que tinham como objectivo levar a cabo uma política cultural para difundir a ideologia kemalista em todo o país.¹¹⁵ Neste aspecto, a similaridade com o Fascismo é clara, pois também os regimes fascistas na Europa colocaram em prática “políticas culturais” que tinham como fim criar o “homem novo” almejado pelo Fascismo. Outra característica que o Kemalismo partilha com o Fascismo é a manipulação da história com fins políticos. É assim fundada a Sociedade de História da Turquia que tinha como objectivo elaborar uma “história nacionalista” e promover o “turco puro” totalmente depurado das “nefastas” influências árabes e persas. São assim elaboradas teses historiográficas que na realidade não têm fundamento científico. Uma das mais célebres destas teorias é a que considerava que a língua turca era a “mãe de todas as línguas”, a assim chamada “língua-sol”.

Em relação à política externa, Atatürk costumava dizer que «*paz em casa, paz no mundo*». E, de facto, a sua política externa foi plenamente pacifista, tendo celebrado vários acordos de amizade com os seus vizinhos¹¹⁶. Neste ponto é impossível comparar Atatürk com os violentos e agressivos regimes fascistas. A República kemalista era corporativista, solidarista e orgânica. Atatürk pretendia que esta fosse uma nação em

¹¹³ Cfr. NAVARRO, Francesc, *História Universal*, Volume 18, Editorial Salvat, Espanha, 2005. p. 351.

¹¹⁴ Cfr. NAVARRO, Francesc, *História Universal*, Volume 18, Editorial Salvat, Espanha, 2005. p. 351.

¹¹⁵ Cfr. NAVARRO, Francesc, *História Universal*, Volume 18, Editorial Salvat, Espanha, 2005, p. 351.

¹¹⁶ Cfr. NAVARRO, Francesc, *História Universal*, Volume 18, Editorial Salvat, Espanha, 2005. p. 352.

armas e a mesma cultivava um sistema de obediência piramidal aos chefes, uma estrutura em tudo semelhante à estrutura militar. Neste ponto é nítida a influência fascista em Atatürk. Aliás, ele enfrentou durante o seu regime várias contestações, como já foi referido, e esmagou-as todas sem hesitação ou piedade. Porém, apesar destas contestações, a verdade é que o regime de Atatürk foi bastante estável tendo em conta o radicalismo das reformas que encetou.¹¹⁷

A República kemalista era antitradicionalista, no sentido em que a mesma rejeitava por completo o passado, o qual considerava inclusive como uma era de corrupção e deboche no seu conjunto. Para Atatürk, apenas o passado turco pré-histórico, que tinha as suas raízes assentes na terra profundamente mística da Ásia Central e oferecia os recursos necessários para «*projectar a turcidade num futuro glorioso era considerado como digno de ser lembrado [sic].*»¹¹⁸ Aqui temos mais uma gritante semelhança com os regimes fascistas, pois também estes enalteciam o passado de povos muito antigos que consideravam como o exemplo a ser seguido. Os nazis veneravam os heróis germânicos do passado, Mussolini enaltecia os heróis da antiga Roma e ele próprio comprava-se em tudo a Júlio César. O Fascismo criava assim os “mitos nacionais” através da manipulação da história, que era distorcida de forma a servir as fantasias de uma determinada ideologia, neste caso a fascista. Atatürk absorveu esta moda europeia da época e tornou-a uma das principais características do seu regime.

O imaginário kemalista baseava-se amplamente na ideia da tábua rasa. Porém, esta ideia está em contradição gritante com a sua realidade. Tal como nos regimes fascistas, a República kemalista confundia-se por completo com o homem que a incarnava: Mustafa Kemal Atatürk.¹¹⁹ Aliás, ele próprio costumava afirmar que «*só o chefe de uma comunidade humana é digno de ser sacralizado.*» Hülya Adak considera mesmo que a «*Eu-nação*» de Atatürk não lhe preexistia.¹²⁰

Em Portugal, a Primeira República Portuguesa já era instável, porém, após a Primeira Grande Guerra a situação ainda se agravou mais para os republicanos portugueses, que se viam desesperados para manter a funcionar o Estado num país em

¹¹⁷ Cfr. BOZARSLAN, Hamit, *A República Kemalista Na Turquia: 1923-1938*, Ler História, Nº59, 2010, p.71.

¹¹⁸ Cfr. BOZARSLAN, Hamit, *A República Kemalista Na Turquia: 1923-1938*, Ler História, Nº59, 2010, p. 72.

¹¹⁹ Cfr. NAVARRO, Francesc, *História Universal*, Volume 18, Editorial Salvat, Espanha, 2005. p. 351.

¹²⁰ Cfr. NAVARRO, Francesc, *História Universal*, Volume 18, Editorial Salvat, Espanha, 2005. p. 351.

profunda crise económica e financeira. É possível ter-se uma ideia bastante clara da gravidade da situação se tivermos em conta que apenas entre 1910 e 1926, Portugal elegeu 7 Parlamentos, escolheu 8 Presidentes da República e teve 45 governos. A Primeira República estava, assim, a estremecer com as convulsões sociais e com os conflitos políticos que ocorriam no país.

A situação para os republicanos portugueses começou a ficar ainda mais complicada quando a partir de meados da década de 1920 entraram na moda as soluções políticas autoritárias. As dificuldades económicas e sociais provocadas pela Primeira Grande Guerra criaram o terreno fértil para a disseminação das ideias fascistas. Por outro lado, a incapacidade das elites, e das democracias de resolverem os problemas do pós-guerra contribuíram imenso para a descredibilização dos mesmos aos olhos de muitos europeus que em desespero se viraram para o Fascismo. O Exército português começou a ser cada vez menos favorável aos republicanos devido ao facto de estes o terem obrigado a combater uma guerra que não desejavam e de não terem conseguido cumprir a maioria das promessas feitas antes de entrar no conflito. A situação acabou por culminar num Golpe de Estado liderado pelo General Manuel Gomes da Costa, no dia 28 de Maio de 1926. Iniciava-se, assim, em Portugal um longo período de ditadura autoritária que só terminaria com outro Golpe de Estado, quase meio-século depois, a 25 de Abril de 1974.

Capítulo V - António Ferro na Turquia

Kemalista

A Turquia que António Ferro¹²¹ visitou nos anos 1920 era um país muito distante em termos ideológicos daquela que tinha existido apenas uma década antes. Após passar 10 anos em guerras devastadoras (1912-1922), a Turquia teria mesmo de se transformar de forma radical se pretendia sobreviver à pressão inerente à economia de mercado capitalista e à nova ordem mundial que então se começava a erguer. Assim sendo, Mustafa Kemal Atatürk encetou um processo de reformas radicais que, nas décadas de 1920 e 1930, mudaram a face da nação turca.

O livro de António Ferro, *Viagem á Volta das Ditaduras*, publicado em 1927, foi prefaciado por Filomeno da Camara¹²² que considerava que Atatürk não era um ditador

¹²¹ António Joaquim Tavares Ferro foi um escritor, jornalista e político português. Aos 19 anos era já o director da *Revista Orpheu* e colaborou em inúmeras outras revistas e jornais como *O Século*, o *Diário de Notícias*, *O Jornal*, o *Diário da Manhã*, a *Ilustração Portuguesa*, a *Alma Nova*, a *Exílio*, e a *Contemporânea*. Para além de toda esta colaboração em revistas e jornais, António Ferro foi também autor de várias obras literárias entre as quais se destacaram *Missal de trovas* (1912), *Grandes Trágicas do Silêncio* (1917), *O Ritmo da Paisagem* (1918), *Teoria da Indiferença* (1920), *Leviana* (1921), *Teoria da Indiferença* (1920), *Batalha de Flores* (1923), *Viagem à Volta das Ditaduras* (1927), *Salazar: O Homem e a Obra* (1933), e *D. Manuel II, o Desventurado* (1954). Inicialmente simpatizante do Partido Republicano, António Ferro gradualmente evoluiu para o Sidonismo e mostrou uma clara simpatia pelos regimes autoritários e totalitários da sua época. Casou em 1922 com a poeta Fernanda de Castro, de quem teve dois filhos: Fernando Ferro e António Quadros. Dirigiu o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) entre 1933 e 1949, ano em que partiu para a legação portuguesa em Berna. Fundou o Museu de Arte Popular, as Pousadas de Portugal, a Sociedade Portuguesa de Autores, o Círculo Eça de Queiroz e a Companhia de Bailados Verde Gaio. Foi comissário-geral das exposições internacionais de Paris (1935) e Nova Iorque (1938) e presidente da direcção da Emissora Nacional (1941). António Ferro, apesar de politicamente com o Estado Novo – um regime conservador – não deixou nunca de travar lutas com os mais conservadores do regime em defesa da arte moderna, apesar de ter renunciado ao modernismo literário que marcou as suas primeiras obras.

¹²² Filomeno da Câmara de Melo Cabral, nasceu em Ponta Delgada a 10 de Março de 1873. Alistado na Armada em 1890, ascendeu a guarda-marinha em 1893, a 2.º tenente em 1895, a 1.º tenente em 1902, a capitão-tenente em 1915, a capitão-de-fragata em 1917 e a capitão-de-mar-e-guerra em 1929. Durante o seu primeiro mandato como governador da Província de Timor, Filomeno da Câmara levou a cabo a pacificação forçada da região de Manufai, região esta onde em 1912 se deu a Rebelião de Manufai que foi o maior levantamento de sempre contra a presença portuguesa em Timor. Em 1931 ascendeu a comodoro, tendo sido governador da província de Timor entre 1911-1913 e 1914-1917. Já antes, ocupou em 1911 o cargo de administrador dos Hospitais da Universidade de Coimbra. Foi um dos chefes do golpe de 18 de Abril de 1925, de que foi absolvido para ser eleito deputado ao Congresso da República (1925-1926). Impulsionou a Cruzada Nun`Álvares, tendo ocupado fugazmente a pasta das Finanças após 28 de Maio de 1926. Em 12 de Agosto de 1929 encabeçou um golpe com Fidelino de Figueiredo procurando imprimir um rumo mais reacçãoário à Ditadura Militar, tendo sido nomeado

«para o nosso entendimento»¹²³ devido à barreira cultural que tradicionalmente separou a Europa da Ásia, o Ocidente do Oriente, o Islão do Cristianismo. Tal divisão etno-religiosa comprometia severamente a capacidade dos ocidentais em compreender a sociedade turca, considerada como sendo exótica e situada já “em plena Asia”.¹²⁴

Filomeno da Camara interroga-se sobre o «*que dizer dêsse ditador cujo nacionalismo parece quasi destruir a tradição?*»

Acaso Kemal – com asiática duplicidade, depois de mandar enforcar na praça pública as suas vítimas, justiçadas pelo único crime de usarem o fêz – se recolherá misteriosamente a ler o Koran, ortodoxamente vestido, de corpo e alma, à turca?!

[...] *Os grandes «Osmanlis» devem estremecer nas suas campas perante este reformador a que não escapam os próprios cemitérios... os cemitérios turcos [sic]!»¹²⁵*

Mustafa Kemal Atatürk foi e como muito bem diz Filomeno da Câmara, um «reformador»¹²⁶. A própria cidade de Constantinopla foi trocada por Ankara que se tornou a capital da jovem República Turca. Ankara era à época uma cidade tida como sendo bastante «deselegante»¹²⁷ com ruas «turtuosas e estreitas»¹²⁸ e casas de barro. Não por mera coincidência, o património tradicional mais importante que se podia encontrar em Ankara não era o islâmico, mas sim o Grego, o Bizantino e o Romano. Atatürk escolheu para nova capital da Turquia uma cidade marcada por uma clara herança clássica europeia e isto inseriu-se claramente na sua política de «*europização*» da Turquia. Ankara foi historicamente uma cidade de raiz cultural europeia, o velho templo Romano em Ankara foi construído em honra de Augusto e nas suas paredes podem ler-se inscrições escritas em grego e em latim, onde são relatados os maiores sucessos da vida do antigo Imperador Romano. Ankara foi também a cidade que serviu de sede a uma das primeiras igrejas da história da cristandade, fundada, segundo a lenda, pelo próprio Profeta São Paulo.

alto-comissário de Angola até 1930, sendo destituído na sequência de uma revolta contra o seu governo. Morreu a 27 de Janeiro de 1934.

¹²³ Cfr. FERRO, António - *Viagem á Volta das Ditaduras*, Diário de Notícias, Lisboa, 1927, p. 44.

¹²⁴ Cfr. FERRO, António - *Viagem á Volta das Ditaduras*, Diário de Notícias, Lisboa, 1927, p. 44.

¹²⁵ Cfr. FERRO, António - *Viagem á Volta das Ditaduras*, Diário de Notícias, Lisboa, 1927. p. 45.

¹²⁶ Cfr. FERRO, António - *Viagem á Volta das Ditaduras*, Diário de Notícias, Lisboa, 1927. p. 45.

¹²⁷ Cfr. FERRO, António - *Viagem á Volta das Ditaduras*, Diário de Notícias, Lisboa, 1927. p. 46.

¹²⁸ Cfr. FERRO, António - *Viagem á Volta das Ditaduras*, Diário de Notícias, Lisboa, 1927. p. 46.

Por outro lado, ao escolher Ankara como a nova capital da Turquia, Atatürk pretendia também recuperar as origens pré-islâmicas do povo turco. Nas próprias palavras de Filomeno da Câmara, este seria assim um «*regresso purificador da Turquia ao seu berço Natal, na Ásia Menor.*»¹²⁹ Filomeno da Câmara considerava que Atatürk apesar de se vestir como um europeu, na realidade era dominado pela “alma de Osman.”¹³⁰ De facto, Mustafa Kemal Atatürk foi um modernizador, considerou que o Estado laico, nacionalista, codificador e unitário era a melhor solução para resolver os problemas da Turquia, a mesma nação que já desde os finais do século XVIII era considerada como sendo o «*doente da Europa*»¹³¹, mas tal não quer, nem quis dizer que Atatürk se tivesse tornado europeu. Bem pelo contrário, se o Império Otomano havia sido multiétnico, multiconfessional e multicultural, a Turquia moderna transformou-se num Estado-império, desrespeitador das minorias que sempre oprimiu. A adaptação de Atatürk ao vestuário europeu foi apenas um elemento do seu processo de modernização da Turquia e foi algo que talvez este tenha decidido imitar ao Japão que tinha já levado a cabo o seu próprio processo singular de modernização durante o século XIX, processo durante o qual, muitos japoneses, especialmente nas cidades, trocaram o vestuário tradicional japonês pelas vestimentas ocidentais. Na China, por sua vez, após a proclamação da República em 1912, chegou-se ao extremo de abolir o tradicional rabicho e até mesmo decapitar os infractores que violassem esta proibição.

O prefaciador da obra de António Ferro conclui demonstrando uma boa dose de desconfiança para com a Turquia e as nações que na época estavam a dar início a processos de modernização económico-social. Filomeno da Câmara considerava mesmo como sendo pérfida esta modernização do terceiro mundo baseada na importação do vestuário e ideias políticas da Europa: «*Turcos de chapéu de feltro, chineses sem rabicho, marquezinhas japonezas em “toilette” parisiense, escondem, porventura, uma grande ameaça para esta velha Europa, exausta pelo esforço de cinco séculos de domínio universal.*

¹²⁹ Cfr. FERRO, António - *Viagem á Volta das Ditaduras*, Diário de Notícias, Lisboa, 1927. p. 46-47.

¹³⁰ António Ferro, *ibidem.*, p. 47.

¹³¹ Cfr. BELLAIGUE, Christopher de – *Turkey’s Hidden Past*, The New York Review of Books, 8 de Março de 2001. Data da última consulta: 25 de Outubro de 2013. Link: <http://www.nybooks.com/articles/archives/2001/mar/08/turkeys-hidden-past/#fnr1>

Ataviar-se como o inimigo para lhe penetrar as linhas é um velho estratageman [sic].¹³²

António Ferro interrogou Ali Fuad Hikmed Bey, o antigo embaixador turco em Belgrado, sobre o porquê do Nacionalismo ter representado na Turquia a morte da tradição e não a vitória da mesma.¹³³ Este respondeu a António Ferro que: «*O nacionalismo turco não tem nada a ver com o nacionalismo ocidental. Nós queremos defender, sobretudo, as nossas fronteiras, queremos impor respeito aos estrangeiros. A tradição, a nossa tradição, era incompatível com êste nacionalismo. Não nos tomavam a sério, não tínhamos a superioridade de nos tomarem a sério. Eramos os bárbaros, os exóticos, os mascarados. Tudo isso acabou. Agora somos iguais* [sic].»¹³⁴

A Europa herdou muitos clichés oitocentistas, vitorianos, puritanos e positivistas. Foi através destes clichés que o Ocidente do século XIX construiu a sua visão do mundo e elaborou uma «pirâmide hierárquica» dos povos e civilizações onde constavam no topo a Europa e os Estados Unidos da América, consideradas como sendo o berço da indústria, das ciências exactas e aplicadas, dos laboratórios, da tecnologia e da organização administrativa e militar capaz de subjugar o mundo. Este Ocidente considerava-se portador daquilo que Kipling descreveu como sendo o «*fardo do homem branco*»¹³⁵. Num patamar intermédio desta «pirâmide hierárquica» das civilizações situavam-se os semicivilizados, aqueles que tinham escrita, leis e Estado, mas que mesmo assim teimavam em agarrar-se à «*tradição*» e recusavam-se ou eram mesmo considerados como sendo incapazes de «*evoluírem*». Era neste campo das sociedades consideradas por muitos como sendo «*estacionárias*», que se incluíam os otomanos em conjunto com os malaios, os persas, os indianos, os birmaneses, os siameses, os chineses e até mesmo nalguns casos a Espanha dos «*ciganos*» e dos «*mouros*», o sul de Itália, e Portugal. Foi contra este estereótipo oitocentista que o Kemalismo lutou, para que como disse Ali Fuad Hikmed Bey, os turcos passassem a ser levados a «*sério*» no concerto das nações e deixassem de ser vistos apenas como «*os bárbaros, os exóticos, os mascarados*»¹³⁶

¹³² Cfr. FERRO, António - *Viagem á Volta das Ditaduras*, Diário de Notícias, Lisboa, 1927. p. 52.

¹³³ Cfr. FERRO, António - *Viagem á Volta das Ditaduras*, Diário de Notícias, Lisboa, 1927. p. 289.

¹³⁴ Cfr. FERRO, António *Viagem á Volta das Ditaduras*, Diário de Notícias, Lisboa, 1927. p. 289.

¹³⁵ Cfr. KIPLING, Rudyard – *The White Man's Burden*. *McClure's Magazine*, 12 de Fevereiro de 1899.

¹³⁶ Cfr. FERRO, António - *Viagem á Volta das Ditaduras*, Diário de Notícias, Lisboa, 1927. p. 289.

Para o Embaixador Ali Fuad Hikamed Bey, o que interessava preservar na Turquia não eram os ritos religiosos em si, mas sim a religião. Isto porque o regime kemalista considerava os ritos religiosos como sendo uma das causas do atraso do país em relação ao Ocidente. Atatürk também não escolheu o caminho do Islão, pois este havia deixado de ser atractivo uma vez terminado o Califado e perdido o domínio imperial sobre o Norte de África e o Médio Oriente. O tratamento e a posição social da mulher foi outro dos aspectos que o Kemalismo quis «*européizar*» no seu amplo processo de reformas sociais. Interessava ao regime kemalista preservar apenas a “essência” dos preceitos religiosos, desde que estes não colidissem com a modernização do país. Para auxiliar estes esforços foi até criado um serviço especial em Ankara dedicado à interpretação do Alcorão e à adaptação do mesmo à política kemalista.¹³⁷ Sobre os progressos que viu na Turquia em relação aos direitos da mulher, António Ferro, elogiou o projecto de emancipação da mesma escrevendo: «*A mulher turca, depois de Mustapha Kemal, é a mais avançada de todo o mundo: igual ao homem perante a lei. O véu, que lhe ocultava o rosto como um pano de boca, levantou-se para não descer mais.*»¹³⁸ É de facto surpreendente o progressismo das reformas de Mustafa Kemal Atatürk em relação à mulher, pois estas foram verdadeiramente revolucionárias e inéditas no mundo islâmico, como foram também bastante avançadas em relação à esmagadora maioria dos países europeus. Pode-se mesmo afirmar que neste campo, Atatürk acabou por ser «*mais papista do que o Papa.*»

António Ferro considerava ter compreendido Atatürk e «*a sua ânsia civilizadora.*»¹³⁹ Ele ia mesmo ao ponto de considerar que Atatürk havia pretendido «*arrancar à Turquia o estigma da barbárie.*»¹⁴⁰ Porém, o processo de modernização da Turquia foi simultaneamente alvo de críticas por parte de António Ferro por este considerar que o mesmo está a alienar o «*carácter*»¹⁴¹ da «*raça*»¹⁴² turca e que «*Mustapha Kemal, muito grande, seria maior se enchesse a Turquia de caminhos de ferro sem tocar nas mesquitas e nos cemitérios. Dar à Turquia uma vontade, uma consciência, uma direcção, mas conservar-lhe a alma! Era difícil mas não era impossível. Assim, com esta mutação completa, não se compreende que no mapa*

¹³⁷ Cfr. FERRO, António - *Viagem á Volta das Ditaduras*, Diário de Notícias, Lisboa, 1927. p. 290.

¹³⁸ Cfr. FERRO, António - *Viagem á Volta das Ditaduras*, Diário de Notícias, Lisboa, 1927. p. 295.

¹³⁹ Cfr. FERRO, António - *Viagem á Volta das Ditaduras*, Diário de Notícias, Lisboa, 1927. p. 294.

¹⁴⁰ Cfr. FERRO, António - *Viagem á Volta das Ditaduras*, Diário de Notícias, Lisboa, 1927. p. 294.

¹⁴¹ Cfr. FERRO, António - *Viagem á Volta das Ditaduras*, Diário de Notícias, Lisboa, 1927. p. 294.

¹⁴² Cfr. FERRO, António - *Viagem á Volta das Ditaduras*, Diário de Notícias, Lisboa, 1927. p. 294.

continue a existir uma nacionalidade que se chama Turquia e que tem ainda, no seu estandarte, a foice do Crescente... A grande verdade é que o Crescente... foi-se...

Os soviets foram mais lógicos quando mudaram para Leninegrado o nome glorioso e evocador de S. Petersburgo.

A Turquia de Mustapha Kemal é uma nacionalidade nova plantada nas ruínas duma velha civilização [sic].»¹⁴³

A questão da preservação da «*alma*», tão referida por António Ferro, é um tema recorrente nos movimentos nacionalistas europeus da época que geralmente tinham como traço comum o objectivo explícito de preservar a «*alma nacional*» e por esse motivo levavam a cabo uma glorificação de um passado muitas vezes idealizado. Para o Kemalismo, o passado pré-Islâmico do povo turco também foi alvo de glorificação, da mesma forma que na Itália fascista se glorificou o passado romano e na Alemanha nazi o passado pagão do povo germânico. Ao invés, o passado islâmico da Turquia foi alvo da «*modernização*» kemalista que via o Islão como uma fonte de atraso e retrocesso para o povo turco. Publicamente o regime kemalista nunca o admitiu de forma explícita, mas a sua acção prática não deixa dúvidas quanto à sua vontade de erradicar ao máximo o Islão da sociedade turca. Sobre este ataque directo à religião, António Ferro afirmou que: «*Hoje, segundo manda Mustapha Kemal, destrói-se a mesquita, se fôr preciso... As mesquitas, na opinião do ditador, ocupam demasiado espaço e opõem-se, pela força das suas cúpulas e dos seus minarettes, ao novo cenário da Tuquia. Kemal, ditador, não suporta a ditadura das mesquitas... Pensa mesmo, segundo me informaram, em modifica-las, em diminui-las... As mesquitas passarão a ser mesquinhas... [sic]»¹⁴⁴*

Como já foi referido, Atatürk optou por transferir a capital da Turquia de Constantinopla para Ankara, algo que foi criticado por Filomeno da Câmara no prefácio da obra *Viagem à Volta das Ditaduras*. Sobre esta transferência de capital, António Ferro considerou que: «*A Turquia tinha a sua capital na Europa: Constantinopla. Mustapha Kemal mudou-a para Ængora. Para quem deseja europeizar a Turquia, êste mergulho na Ásia Menor é um paradoxo [sic].»¹⁴⁵*

¹⁴³ Cfr. FERRO, António - *Viagem á Volta das Ditaduras*, Diário de Notícias, Lisboa, 1927. p. 295.

¹⁴⁴ Cfr. FERRO, António - *Viagem á Volta das Ditaduras*, Diário de Notícias, Lisboa, 1927. pp. 295-296.

¹⁴⁵ Cfr. FERRO, António - *Viagem á Volta das Ditaduras*, Diário de Notícias, Lisboa, 1927. p. 296.

O paradoxo referido por António Ferro é bastante curioso, porém, um dos motivos que terá também levado à transferência da capital de Constantinopla para Ankara é o facto de a cidade de Constantinopla se encontrar demasiado exposta do ponto de vista militar e o próprio António Ferro considera este facto.¹⁴⁶ Constantinopla foi durante séculos cobiçada nações europeias como a Grécia e a Itália que a desejavam «reconquistar». Assim, ao transferir a capital para Ankara o regime kemalista deixava simbolicamente clara a sua indiferença por Constantinopla.

Também a justiça turca é alvo da análise de António Ferro: «*Mustapha Kemal, ditador, voluptuoso da autoridade, criador do célebre Tribunal da Independência – Inquisição Turca – pensa em conceder à Turquia, um código civil. Sabem qual? O código suíço, o mais liberal, o mais generoso de todos... O salto parece-me brusco. O código suíço vai ser posto na Turquia... O Califa foi posto na Suíça... É o que se chama um ovo por um real...[sic]*»¹⁴⁷

O «salto»¹⁴⁸ para o «código suíço»¹⁴⁹ na Turquia não só foi brusco como descreve António Ferro, mas também entrou em total contradição com a própria forma de governar de Mustafa Kemal Atatürk que era tudo menos liberal. O regime kemalista favoreceu o capitalismo que estava a surgir na Turquia por esta altura, mas este «capitalismo turco» era na sua essência autoritário. O Socialismo foi proibido na Turquia, não só devido ao facto de ser uma ideologia considerada pró-russa, como também devido ao facto de o próprio Atatürk nunca ter simpatizado com a mesma. Os poucos comunistas que tentaram fazer frente ao regime foram literalmente «perseguidos»¹⁵⁰. Henri Michel classifica mesmo o Kemalismo como sendo um «fascismo de esquerda»¹⁵¹ munido de uma base popular,¹⁵² isto porque apesar de «capitalista», o regime levou a cabo distribuições de terras e promulgou leis de nacionalização.¹⁵³

Embora reconheça todas as transformações que Atatürk estava a promover na Turquia, António Ferro não acreditava na postura europeia do mesmo:

¹⁴⁶ Cfr. FERRO, António - *Viagem á Volta das Ditaduras*, Diário de Notícias, Lisboa, 1927. p. 297.

¹⁴⁷ Cfr. FERRO, António - *Viagem á Volta das Ditaduras*, Diário de Notícias, Lisboa, 1927. p. 297.

¹⁴⁸ Cfr. FERRO, António - *Viagem á Volta das Ditaduras*, Diário de Notícias, Lisboa, 1927. p. 297.

¹⁴⁹ Cfr. FERRO, António - *Viagem á Volta das Ditaduras*, Diário de Notícias, Lisboa, 1927. p. 297.

¹⁵⁰ Cfr. MICHEL, Henri – *Os Fascismos*, Dom Quixote, Lisboa, 1977. p. 122.

¹⁵¹ Cfr. MICHEL, Henri – *Os Fascismos*, Dom Quixote, Lisboa, 1977. p. 122.

¹⁵² Cfr. MICHEL, Henri – *Os Fascismos*, Dom Quixote, Lisboa, 1977. p. 122.

¹⁵³ Cfr. MICHEL, Henri – *Os Fascismos*, Dom Quixote, Lisboa, 1977. p. 122.

«É um oriental, um oriental com uma casaca talhada no Barclay. [...] Continua a ser um turco, um turco sectário, um turco dissimulado que arrancou o fêz para o inglês ver, mas que teve o cuidado, em seguida, de forrar, com êle, o seu chapéu de côco...»¹⁵⁴

«Mustapha Kemal pode occidentalizar a Turquia. Não duvido. O que êle nunca poderá occidentalizar é a sua alma, a sua alma teimosa.[sic]»¹⁵⁵

Esta desconfiança em relação ao reformismo kemalista professada por António Ferro, advém do facto de durante séculos a Turquia e a Ásia em geral terem sido sempre vistas pelos europeus com bastante desconfiança. Esta desconfiança foi uma consequência directa dos quatrocentos anos de guerras travadas entre o Império Otomano e a Europa cristã. Foram séculos de escaramuças e batalhas que alteraram radicalmente o mapa político, étnico e religioso da Europa danubiana. Com o reformismo baseado nas ideias dos Jovens Turcos, iniciado em 1908¹⁵⁶, o Império Otomano adoptou uma postura ferozmente antieuropeia e posteriormente tentou imitar o processo de modernização do Japão em termos tecnológicos e administrativos. A derrota do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial ditou o fim deste sonho modernizador e antieuropeu iniciado pelos Jovens Turcos.

Mustafa Kemal Atatürk distinguiu-se assim do movimento dos Jovens Turcos pelo seu confessado europeísmo. Porém, para muitos europeus como António Ferro que conheciam a história de séculos de guerras com o Império Otomano, o «trauma» histórico impedia a aceitação deste «oriental» como um europeu, daí que António Ferro tenha considerado Atatürk como sendo «um turco dissimulado que arrancou o fêz para o inglês ver [sic].»¹⁵⁷ Ao assistir a uma sessão da Assembleia Nacional de Ancara, António Ferro fica bastante surpreendido com o que viu e em clara apologia ao autoritarismo escreve: “Devo dizer, no entanto, que encontrei no Parlamento de Ângora, uma disciplina, uma ordem, uma atenção que não encontrei ainda em nenhum parlamento do mundo. Não há dúvida. Os únicos parlamentos que podem manter-se,

¹⁵⁴ Cfr. FERRO, António - *Viagem á Volta das Ditaduras*, Diário de Notícias, Lisboa, 1927. p. 327.

¹⁵⁵ Cfr. FERRO, António - *Viagem á Volta das Ditaduras*, Diário de Notícias, Lisboa, 1927. p. 348.

¹⁵⁶ Cfr. AKÇAM, Taner – *A Shameful Act: The Armenian Genocide and The Question of Turkish Responsibility*, Metropolitan Books, 2006.

¹⁵⁷ Cfr. FERRO, António - *Viagem á Volta das Ditaduras*, Diário de Notícias, Lisboa, 1927. p. 327.

que podem ouvir-se, são os parlamentos fabricados pelos ditadores, os parlamentos manejados como órgãos de Barbaria, os parlamentos de manivela... [sic]»¹⁵⁸

Com efeito, na Turquia Mustafa Kemal Atatürk pretendeu a princípio instituir no seu país uma democracia de estilo europeu, mas acabou por mudar de orientação quando verificou até que ponto a falta de educação política das massas analfabetas dificultava a aplicação dos seus planos de reforma. Na realidade, a intenção de Atatürk foi a de romper completamente com o passado, retirando todo o poder temporal ao «Comandador dos Crentes» (o Sultão), laicizar o Estado e modernizar o mesmo de acordo com algumas ideias que Atatürk tinha importado do ideário dos Jovens Turcos.¹⁵⁹ Para tal, exerceu a ditadura, apoiado pelo partido único que foi denominado de «partido do povo»¹⁶⁰ do qual Atatürk era o «"leader" [sic]»¹⁶¹. O Parlamento foi dissolvido e uma assembleia nova, mais «dócil»¹⁶², elegeu-o por unanimidade para o cargo de Presidente da República. Com efeito, António Ferro observou ele próprio este «teatro democrático» na Assembleia Nacional de Ankara e descreveu a mesma como «a Assembleia Geral dum partido, do grande partido de Kemal. Èle próprio é o "leader" dêsse partido. O Parlamento de Ângora é um centro partidário. Não há discussões, não há projectos, não há luta: há conferências. A sessão a que assisti foi constituída por uma conferência de Ismet Pachá, uma conferência sôbre a questão de Mossul e sôbre os manejos dos reaccionários [sic].»¹⁶³ Dentro de todo este sistema de governação montado por Atatürk, o instrumento de poder era o exército, que sempre serviu como um elo de ligação entre as massas populares, de onde provinham os seus soldados e a burguesia que lhe proporcionava os oficiais.¹⁶⁴

O «romance»¹⁶⁵ do povo turco para com Atatürk também foi destacado por António Ferro. Tal como muitos outros ditadores da sua época, Atatürk teve o apoio incondicional de uma larga fatia da sociedade turca que o viu como um salvador nacional, precisamente por este motivo, António Ferro destacou que: «*Mustapha Kemal, como todos os grandes, tem o seu romance, a sua página de romance. [...]*

¹⁵⁸ Cfr. FERRO, António - *Viagem á Volta das Ditaduras*, Diário de Notícias, Lisboa, 1927. p. 337.

¹⁵⁹ Cfr. MICHEL, Henri – *Os Fascismos*, Dom Quixote, Lisboa, 1977. p. 122.

¹⁶⁰ Cfr. MICHEL, Henri – *Os Fascismos*, Dom Quixote, Lisboa, 1977. p. 122.

¹⁶¹ Cfr. FERRO, António - *Viagem á Volta das Ditaduras*, Diário de Notícias, Lisboa, 1927. p. 336.

¹⁶² Cfr. MICHEL, Henri – *Os Fascismos*, Dom Quixote, Lisboa, 1977. p. 122.

¹⁶³ Cfr. António FERRO, António - *Viagem á Volta das Ditaduras*, Diário de Notícias, Lisboa, 1927. p. 336.

¹⁶⁴ Cfr. MICHEL, Henri – *Os Fascismos*, Dom Quixote, Lisboa, 1977. p. 122.

¹⁶⁵ Cfr. António FERRO, António - *Viagem á Volta das Ditaduras*, Diário de Notícias, Lisboa, 1927. p. 343.

O romance de Mustapha Kemal não é um romance de amor, é um romance de acção. O próprio amor que existe no romance não é amor: é movimento, é atitude, é teatro [sic].»¹⁶⁶

No entanto, a verdade é que este «romance»¹⁶⁷ foi apenas sustentado à custa de uma ditadura que em muitos casos assumiu aspectos cruéis e sangrentos. António Ferro e Claude Farrère¹⁶⁸ mantiveram uma conversa em que este considerava que Atatürk havia sido grande apenas até ao momento em que «*desterrou o Sultão, chefe supremo da religião muçulmana [sic].»¹⁶⁹* A partir daqui, a grandeza de Atatürk assumiu «*aspectos mesquinhos»*, pois tocar no Califa foi, na verdade, tocar na própria «*idéa de Mahomet, foi tocar na Crença, foi tocar em Deus [sic].»¹⁷⁰* Este gesto «*sacrílego»¹⁷¹* praticado por Atatürk conquistou-lhe um ódio permanente por parte dos islamitas turcos que foram desde o início do seu regime em 1923, a principal força de oposição ao mesmo, tendo mesmo até liderado algumas revoltas em vários momentos.

¹⁶⁶ Cfr. FERRO, António - *Viagem á Volta das Ditaduras*, Diário de Notícias, Lisboa, 1927. p. 341.

¹⁶⁷ Cfr. FERRO, António - *Viagem á Volta das Ditaduras*, Diário de Notícias, Lisboa, 1927. p. 343.

¹⁶⁸ Claude Farrère, pseudónimo de Frédéric-Charles Bargone (1876 – 1957), foi um romancista francês. As suas obras eram normalmente ambientadas em locais exóticos como Istambul, Saigão e Nagasaki. Um dos seus romances, *Les civilisés*, rendeu-lhe o *Prêmio Goncourt* de 1905. A 28 de março de 1935 foi eleito para ocupar uma cadeira na Academia Francesa, mas desistiu do cargo para se dedicar exclusivamente à carreira de escritor.

¹⁶⁹ Cfr. FERRO, António - *Viagem á Volta das Ditaduras*, Diário de Notícias, Lisboa, 1927. p. 343.

¹⁷⁰ Cfr. FERRO, António - *Viagem á Volta das Ditaduras*, Diário de Notícias, Lisboa, 1927. p. 343.

¹⁷¹ Cfr. FERRO, António - *Viagem á Volta das Ditaduras*, Diário de Notícias, Lisboa, 1927., p. 343.

Capítulo VI – A Acção Diplomática Portuguesa na Turquia Durante a Segunda Guerra Mundial

Colocados geograficamente nos extremos do Mediterrâneo, a Turquia e Portugal foram estados que durante toda a Segunda Guerra Mundial estiveram em contacto directo com as forças Aliadas e que podiam contar com a sua assistência em caso de ataque por parte das forças do Eixo.¹⁷² Apesar de tudo, este factor não colocava nem Portugal, nem a Turquia em condições melhores do que a Suécia ou a Suíça para alterar os padrões de neutralidade económica que já haviam sido estabelecidos em 1939 e 1940.¹⁷³ As posições geograficamente «destacadas»¹⁷⁴ ocupadas por Portugal e a Turquia, colocavam ambas as nações numa posição bastante complicada do ponto de vista militar e ambas sabiam que a Alemanha poderia sentir-se tentada a levar a cabo uma invasão em busca dos seus recursos naturais, nomeadamente o Volfrâmio no caso de Portugal e o Crómio e o acesso aos campos de petróleo do Médio Oriente no caso da Turquia.¹⁷⁵ Portugal também era um aliado histórico da Grã-Bretanha e estava dependente desta em termos de importações.

Em 1934, Mustafa Kemal Atatürk pressentiu o desastre iminente para onde a Europa estava a caminhar a passos largos. Quando num encontro com o General Douglas Mac Arthur falou sobre «*as suas preocupações em relação a uma grande guerra que provavelmente deveria começar na Europa por volta do ano de 1940. Atatürk ía ainda mais longe e acreditava que nesta guerra a Alemanha iria conseguir*

¹⁷² Cfr. MEDLICOTT, W. N. – *The Economic Blockade*, vol. II, Her Majesty's Stationery Office, London, 1959. p. 236.

¹⁷³ Cfr. MEDLICOTT, W. N. – *The Economic Blockade*, vol. II, Her Majesty's Stationery Office, London, 1959. p. 236.

¹⁷⁴ Cfr. MEDLICOTT, W. N. – *The Economic Blockade*, vol. II, Her Majesty's Stationery Office, London, 1959. p. 236.

¹⁷⁵ Cfr. MEDLICOTT, W. N. – *The Economic Blockade*, vol. II, Her Majesty's Stationery Office, London, 1959. p. 236.

*ocupar toda a Europa com a exceção da Grã-Bretanha e da União Soviética. No fim, Atatürk acreditava que os “reais vencedores” seriam os soviéticos.»*¹⁷⁶

Os turcos e o seu Presidente, Ismet İnönü, tinham plena noção de todo o sofrimento que já havia sido infligido à Turquia em consequência da sua derrota desastrosa durante a Primeira Guerra Mundial. Por este motivo, em 1939 İnönü estava decidido a todo o custo a manter a Turquia fora de qualquer guerra europeia. A hipótese de o que fazer em caso de guerra na Europa já havia sido discutida entre İnönü e Atatürk inúmeras vezes e é muito provável que Atatürk tenha deixado instruções e conselhos a İnönü antes do seu falecimento no sentido de manter a Turquia afastada de qualquer guerra europeia a todo o custo. Assim sendo, a Turquia apenas poderia ser arrastada para a guerra se os seus interesses vitais na região fossem atacados colocando assim em risco a sua sobrevivência nacional ou se esta fosse invadida militarmente.¹⁷⁷

Não há dúvidas de que o Pacto de Não-Agressão celebrado entre Hitler e Estaline em Agosto de 1939, preocupou profundamente a cúpula política da Turquia, pois colocava esta numa posição extremamente vulnerável perante ambas as potências que tinham capacidade mais do que suficiente para subjugar militarmente a Turquia se assim o quisessem fazer. Por outro lado e para agravar ainda mais a situação, a diplomacia do Terceiro Reich estava a aproximar a Bulgária da órbita alemã, algo que potencialmente poderia colocar ainda mais próximo da fronteira turca o temido «*perigo alemão*».¹⁷⁸

A resposta preventiva da Turquia a esta situação não se fez esperar e logo em Outubro de 1939, a Turquia assinou um tratado de assistência mútua com a França e a Grã-Bretanha. Pontes estratégicas foram destruídas por ordem do governo turco, de forma a dificultar ao máximo a marcha de qualquer Exército invasor que tentasse invadir a Anatólia. Posteriormente, os sucessos iniciais dos nazis na guerra, levaram a

¹⁷⁶ Cfr. ÖNSOY, Murat – *The World War Two Allied Economic Warfare: The Case of Turkish Chrome Sales*. Aus der Türkei: Inaugural-Dissertation in der Philosophischen Fakultät und Fachbereich Theologie des Friedrich-Alexander-Universität Erlangen Nürnberg.

¹⁷⁷ Cfr. DENNISTON, Robin - *Churchill's Secret War: Diplomatic Decrypts, The Foreign Office and Turkey 1942-44*. Chancellor Press, 2000.

¹⁷⁸ Cfr. DENNISTON, Robin - *Churchill's Secret War: Diplomatic Decrypts, The Foreign Office and Turkey 1942-44*. Chancellor Press, 2000.

que o governo turco celebrasse um tratado de amizade com a Alemanha Nazi a 18 de Junho de 1941, apenas 4 dias antes do início da Operação Barbarossa.¹⁷⁹

Entretanto, para Portugal o momento mais perigoso da guerra surgiu aquando «da queda da França (Junho de 1940), quando a Alemanha prepara uma grande ofensiva para sul (Mediterrâneo e Norte de África), onde se incluía o ataque a Gibraltar (operação Félix), uma eventual investida contra Lisboa e a ocupação de Cabo Verde e da Madeira.»¹⁸⁰

Em Maio de 1941 a máquina de guerra do Terceiro Reich preparava-se para lançar em breve a operação militar que alteraria o rumo da guerra – a Operação Barbarossa. Precisamente um mês antes de ter início a invasão da União Soviética, em 22 de Maio de 1941, o Ministério dos Negócios Estrangeiros em Portugal expediu um telegrama para a legação portuguesa em Ankara onde afirmava que o seu Encarregado de Negócios em Berlim havia recebido informações da parte do Embaixador turco colocado na Alemanha no sentido de que esta não tinha requerido à Turquia o «*transito tropas e garante respeito neutralidade [sic]*».¹⁸¹ Estas preocupações advinham do facto de a Itália ter anexado em 1923 as Ilhas Egeias à Turquia pelo Tratado de Lausanne e o governo turco temia que as intenções imperialistas da Itália Fascista, em conjunto com as do Terceiro Reich, pudessem originar novas anexações de território prejudiciais à Turquia. O facto de a Itália e Alemanha terem celebrado o Pacto de Aço em 1939, onde era garantida a ambas as partes ajuda militar imediata em caso de guerra, apenas contribuía para aumentar os receios do governo turco, que apesar de estar resolutivo em defender-se¹⁸², mesmo assim se mostrava «*preocupado*»¹⁸³ com o desenrolar dos acontecimentos.

¹⁷⁹ Cfr. DENNISTON, Robin - *Churchill's Secret War: Diplomatic Decrypts, The Foreign Office and Turkey 1942-44*. Chancellor Press, 2000.

¹⁸⁰ Cfr. TELO, António José – *A Neutralidade Portuguesa na Segunda Guerra Mundial*. Janus Anuário, Observare, Observatório de Relações Exteriores, Universidade Autónoma de Lisboa. [Em Linha]. [Consulta: 01 de Maio de 2013]. Disponível em: http://janusonline.pt/1999_2000/1999_2000_1_36.html#dados.

¹⁸¹ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS - *Telegrama Expedido Para a Legação de Portugal em Ankara*. 22 de Maio de 1941.

¹⁸² Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS - *Telegrama Expedido Para a Legação de Portugal em Ankara*. 22 de Maio de 1941

¹⁸³ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS - *Telegrama Expedido Para a Legação de Portugal em Ankara*. 22 de Maio de 1941

O Presidente Turco, Ismet İnönü, sabia em Maio de 1941 que só havia agora duas opções possíveis para Hitler: Invadir a Turquia de forma a abrir um caminho fácil para os campos de petróleo do Médio Oriente onde a Alemanha poderia facilmente garantir o combustível necessário para posteriormente atacar a União Soviética através do sul ou então atacar a União Soviética de frente¹⁸⁴ à semelhança do que Napoleão já havia tentado no século XIX. Do ponto de vista da estratégia militar, provavelmente a opção mais inteligente para Hitler teria sido um ataque à Turquia, garantindo assim a conquista dos campos de petróleo do Irão e do Iraque e em seguida o ataque definitivo contra a União Soviética através do sul e em concerto com o Japão. No entanto, contra os conselhos dos seus próprios generais e contra toda a lógica militar, Hitler mesmo assim insistiu em levar a cabo um ataque frontal contra a União Soviética, sem apoio por parte das forças japonesas. Foi em larga medida esta «falta de visão» por parte de Hitler e a sua interferência em assuntos militares, que vieram posteriormente a determinar a ruína definitiva do Terceiro Reich.¹⁸⁵

Por fim, a 22 de Junho de 1941, Hitler ordenou a invasão da União Soviética. Um total de três milhões de homens, apoiados por 10.000 blindados e 3.000 aviões lançaram-se numa ofensiva devastadora sobre a «*pátria do Socialismo*».¹⁸⁶ Esta invasão, associada à inevitável pressão exercida por uma força militar tão intimidadora próximo da fronteira turca, levou a que o governo turco preventivamente tivesse assinado um tratado de amizade com a Alemanha a 18 de Junho de 1941.¹⁸⁷ Apesar de tudo parecer estar a correr mal para os aliados, os Estados Unidos, que ainda nem sequer tinham entrado na guerra, mostravam-se «*quanto possível satisfeitos com atitude Turquia [sic]*».¹⁸⁸ A posição de neutralidade turca era nesta altura a melhor atitude que a Turquia podia ter em termos diplomáticos para com os aliados, pois estes sabiam que o exército turco não tinha os meios militares necessários para resistir e/ou repelir uma invasão alemã, evitando assim a anexação da Turquia pelo Terceiro Reich e a consequente captura dos campos de petróleo do Médio Oriente e do canal do Suez.

¹⁸⁴ Cfr. HAKKI, Murat Metin – *Surviving The Pressure of The Superpowers: An Analysis of Turkish Neutrality During The Second World War*. Harvard University, Center for Middle Eastern Studies, 2007.

¹⁸⁵ Cfr. GILBERT, Martin – *A Segunda Guerra Mundial*. Dom Quixote, Lisboa, 1989.

¹⁸⁶ Cfr. DE LUNA, GIOVANNI – “A Segunda Guerra Mundial”. In SALVADORI L., Massimo – *História Universal*. Espanha: Planeta DeAgostini, 2005. p. 611.

¹⁸⁷ Cfr. HAKKI, Murat Metin – *Surviving The Pressure of The Superpowers: An Analysis of Turkish Neutrality During The Second World War*. Harvard University, Center for Middle Eastern Studies, 2007.

¹⁸⁸ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Expedido Para a Legação de Portugal em Ankara*. 2 de Agosto de 1941.

Segundo Murat Hakki, foi Omer İnönü, o filho de İsmet İnönü, o Presidente da Turquia, que correu a ir acordar o pai na manhã em que recebeu a notícia do ataque alemão contra a União Soviética. Ao receber a notícia, İsmet İnönü terá ficado imóvel durante alguns minutos a fixar a cara do filho tendo depois desatado a rir descontroladamente durante quase dez minutos.¹⁸⁹ Para İsmet İnönü, a notícia do ataque alemão contra a União Soviética ia perfeitamente ao encontro da diplomacia turca e dos interesses nacionais turcos por vários motivos. Por um lado, İsmet İnönü havia passado os últimos dois anos sobre enorme pressão com receio de um ataque alemão contra a Turquia, um ataque que à época muitos consideravam mesmo como sendo inevitável. Por outro lado, a Rússia, por motivos históricos, representava o arqui-inimigo do povo turco desde os tempos do Império Otomano e por isso só é possível concluir que o governo turco terá reagido positivamente¹⁹⁰ em relação ao ataque alemão contra a União Soviética, assim como também viu no mesmo uma forma de enfraquecer tanto os alemães que já estavam à sua porta nos Balcãs, como a União Soviética de Estaline que os mesmos temiam desde há muito que se pudesse tentar expandir de forma imperialista à custa do território turco.

A Rússia era considerada a principal ameaça contra a segurança da República Turca desde a sua fundação a 29 de Outubro de 1923. A continuada luta que o Império Otomano travou contra o Império Russo durante séculos deixou marcas profundas na sociedade e psicologia turcas. A Revolução Bolchevique em 1917 levou temporariamente a que a política expansionista praticada contra a Turquia pelo Império Russo fosse abandonada por motivos ideológicos. Porém, o profundo medo que os turcos tinham de uma agressão russa nunca deixou de estar presente.¹⁹¹ Apenas tendo em conta este facto, podemos imaginar o pânico que İsmet İnönü terá sentido em 1939 quando a Polónia foi brutalmente atacada e dividida entre Hitler e Estaline. Não restam dúvidas de que İsmet İnönü e o seu círculo político temiam seriamente que estes dois ditadores continuassem de mãos dadas e decidissem em seguida atacar e dividir a Turquia entre si, tal como já haviam feito anteriormente em relação à Polónia.

¹⁸⁹ Cfr. HAKKI, Murat Metin – *Surviving The Pressure of The Superpowers: An Analysis of Turkish Neutrality During The Second World War*. Harvard University, Center for Middle Eastern Studies, 2007.

¹⁹⁰ Cfr. HAKKI, Murat Metin – *Surviving The Pressure of The Superpowers: An Analysis of Turkish Neutrality During The Second World War*. Harvard University, Center for Middle Eastern Studies, 2007.

¹⁹¹ Cfr. ÖNSOY, Murat – *The World War Two Allied Economic Warfare: The Case of Turkish Chrome Sales*. Aus der Türkei: Inaugural-Dissertation in der Philosophischen Fakultät und Fachbereich Theologie des Friedrich-Alexander-Universität Erlangen Nürnberg.

É necessário ter-se em conta que o Império Russo e o Império Otomano tiveram ao todo treze guerras ao longo da história e estas definiram em larga medida toda a política externa praticada quer pelo Império Otomano, quer pelo seu sucessor, a República Turca fundada por Mustafa Kemal Atatürk em 1923.¹⁹² Precisamente por este motivo, é normal considerar-se que o Império Russo e o seu sucessor, a União Soviética, constituíam o arqui-inimigo dos turcos e esta era também indubitavelmente a potência estrangeira que estes mais temiam.¹⁹³

Num telegrama datado de 8 de Outubro de 1941, o Ministério dos Negócios Estrangeiros informou a Legação de Portugal em Ankara de que o Ministro residente da Turquia em Lisboa se mostrava «*optimista quanto possibilidade manter-se neutral seu país calculando 80 divisões necessárias alemãs para dominarem resistência e ocuparem país de modo continuarem campanha direcção Suez [sic].*»¹⁹⁴ O governo turco contava também com alguma insatisfação por parte da população alemã em relação ao arrastar contínuo da guerra e por isso esperava que o perigo de uma invasão alemã nesta altura já não fosse tão grande como havia sido em Maio e Junho do mesmo ano. Por outro lado, as relações entre a Turquia e a Grã-Bretanha também eram consideradas como sendo bastante amistosas e por isso mesmo o Ministro residente da Turquia em Lisboa considerava que esta não deveria de «*empurrar Turquia para guerra [sic].*»¹⁹⁵

Para Portugal a ameaça alemã nesta altura era mais do que real, pois a 12 de Outubro de 1941 o S.S. *Corte Real* foi afundado a apenas oito milhas de distância da costa portuguesa de forma a «*relembrar aos portugueses que era melhor ter também em conta os interesses alemães.*»¹⁹⁶ Em consequência deste afundamento o governo português decretou a proibição de navios portugueses mercantes transportarem

¹⁹² Cfr. ÖNSOY, Murat – *The World War Two Allied Economic Warfare: The Case of Turkish Chrome Sales*. Aus der Türkei: Inaugural-Dissertation in der Philosophischen Fakultät und Fachbereich Theologie des Friedrich-Alexander-Universität Erlangen Nürnberg.

¹⁹³ Cfr. ÖNSOY, Murat – *The World War Two Allied Economic Warfare: The Case of Turkish Chrome Sales*. Aus der Türkei: Inaugural-Dissertation in der Philosophischen Fakultät und Fachbereich Theologie des Friedrich-Alexander-Universität Erlangen Nürnberg.

¹⁹⁴ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Expedido Para a Legação de Portugal em Ankara*. 8 de Outubro de 1941.

¹⁹⁵ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Expedido Para a Legação de Portugal em Ankara*. 8 de Outubro de 1941.

¹⁹⁶ Cfr. MEDLICOTT, W. N. – *The Economic Blockade*, vol. II, Her Majesty's Stationery Office, London, 1959. p. 314.

quaisquer bens que estivessem directa ou indirectamente destinados aos beligerantes.¹⁹⁷ Apesar deste decreto, em Dezembro de 1941 o navio mercante *Cassequel* de 7,000 toneladas, um dos mais prestigiosos navios da marinha mercante portuguesa, foi torpedeado «*en route*¹⁹⁸» para Angola.¹⁹⁹

A 4 de Dezembro de 1941, o Ministério dos Negócios Estrangeiros informou a legação portuguesa em Ankara de que existiam «*notícias Washington de Turquia ser por Estados Unidos considerada como outras potências beligerantes para aplicação lei empréstimo aluguer dariam entender que America considera seguro esse paiz na politica pro-britanica e se resolve ajudar seu rearmamento para habilitar oposição pelas armas pressão alemã [sic].*»²⁰⁰ O motivo que levava os Estados Unidos a preocuparem-se com a questão do rearmamento da Turquia era não apenas o receio de que esta pudesse ser atacada pela Alemanha, mas também o receio de que esta pudesse aliar-se ao Terceiro Reich, caso a evolução da guerra contra a União Soviética se mostrasse favorável a este. Existia também uma ideia generalizada nos meios diplomáticos de que não estando a Turquia suficientemente armada para resistir a uma invasão alemã, esta simplesmente deixaria passar o exército alemão através do seu território se fosse suficientemente pressionada a tal pela Alemanha Nazi.²⁰¹ O ataque alemão em curso contra a União Soviética levou também a que se tivessem desfraldado um pouco por toda a Europa os estandartes da «*cruzada anti-bolchevique*». Em Portugal os efeitos políticos não se fizeram esperar e a facção mais germanófila do Estado Novo rejubilava com o ataque de Hitler contra a União Soviética, sendo mesmo alguns abertamente a favor da participação de Portugal na guerra ao lado da Alemanha Nazi. Uma das vozes que mais defendeu em Portugal esta «*cruzada contra o bolchevismo*» dirigida pelo Terceiro Reich foi Alfredo Pimenta.

O governo turco ao principiar o início de 1942, continuava confiante de que conseguiria manter a Turquia afastada da guerra. O Ministro da representação

¹⁹⁷ Cfr. MEDLICOTT, W. N. – *The Economic Blockade*, vol. II, Her Majesty's Stationery Office, London, 1959. p. 314.

¹⁹⁸ Cfr. MEDLICOTT, W. N. – *The Economic Blockade*, vol. II, Her Majesty's Stationery Office, London, 1959. p. 315.

¹⁹⁹ Cfr. MEDLICOTT, W. N. – *The Economic Blockade*, vol. II, Her Majesty's Stationery Office, London, 1959. pp. 314 – 315.

²⁰⁰ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS - *Telegrama Expedido Para a Legação de Portugal em Ankara*. 4 de Dezembro de 1941.

²⁰¹ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS - *Telegrama Expedido Para a Legação de Portugal em Ankara*. 4 de Dezembro de 1941.

diplomática turca em Lisboa estava até «*tranquilo com respeito seu paiz, não receando alegada presença tropas alemãs na Bulgária [sic].*»²⁰² Apesar de toda esta suposta «tranquilidade» por parte da diplomacia turca, continuava a existir nos círculos políticos turcos o perpétuo receio em relação à Rússia e ao Bolchevismo. A prova disto é o facto de os diplomatas turcos estarem convencidos ainda nesta altura de que o «*bolchevismo evoluiu e mais evoluirá.*»²⁰³ Por este mesmo motivo, o Ministro da legação turca em Lisboa fazia questão de deixar claro que o seu país iria manter a sua «*actual posição*»²⁰⁴ e que se iria defender caso fosse atacado. O facto de a Grã-Bretanha continuar a ter uma atitude considerada como sendo de «*perfeita correcção*»²⁰⁵ para com a Turquia, será possivelmente um dos factores que levou a que o governo e os diplomatas turcos nesta altura da guerra, estivessem mais tranquilos em relação ao futuro do seu país. Na realidade, a Alemanha Nazi não tinha intenções nenhuma de invadir e ocupar a Turquia, apesar dos desejos de Franz von Papen para que esta se juntasse ao eixo. Von Papen chegou mesmo a visitar Ankara na esperança de que a Turquia se juntasse às forças do eixo de forma a que a Alemanha pudesse ter o acesso facilitado aos preciosos campos de petróleo do Médio Oriente e da União Soviética situados em Baku.

Este profundo receio em relação ao Bolchevismo não era de forma alguma um exclusivo do governo turco, pois também em Portugal, o governo de Salazar mostrava-se profundamente receoso do «*movimento revolucionário*».²⁰⁶ Leia-se a propósito disto o telegrama expedido para a Legação de Portugal em Ankara em Novembro de 1942, que é por si só bastante revelador deste medo em relação ao Comunismo:

«[...] Segundo indagações feitas Vichy, Conselheiro da Embaixada Turquia em França Ors que parece professar ideias comunistas e não ser pessoa moralmente recomendável. Consta ser candidato Legação Turquia em Lisboa.

²⁰² Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS - *Telegrama Expedido Para a Legação de Portugal em Ankara*. 22 de Janeiro de 1942.

²⁰³ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS - *Telegrama Expedido Para a Legação de Portugal em Ankara*. 22 de Janeiro de 1942.

²⁰⁴ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS - *Telegrama Expedido Para a Legação de Portugal em Ankara*. 22 de Janeiro de 1942.

²⁰⁵ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS - *Telegrama Expedido Para a Legação de Portugal em Ankara*. 22 de Janeiro de 1942.

²⁰⁶ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS - *Telegrama Expedido Para a Legação de Portugal em Ankara*. 17 de Novembro de 1942.

a) *Ministro [sic]*»²⁰⁷

De um ponto de vista geral, podemos dizer que nesta fase da guerra, a neutralidade portuguesa ficou-se «*a dever ao facto de ser mais importante a defesa do “status quo” da Península do que o uso de bases nos Açores. A política externa portuguesa é orientada por uma preocupação de manter uma neutralidade estrita e por um afastamento momentâneo em relação aos Aliados nos momentos de crise - como quando da ocupação de Timor pelos australianos.*»²⁰⁸

Corriam rumores nos meios diplomáticos em Dezembro de 1942, de que a Turquia iria entrar na guerra ao lado da Grã-Bretanha, através de um entendimento prévio com a Roménia para que esta abandonasse a Alemanha e se juntasse aos Aliados.²⁰⁹ Esta ideia, apesar de ser considerada atractiva para alguns membros do governo turco, ía contra a política oficial de neutralidade seguida pela Turquia e legada pelo Kemalismo, por este mesmo motivo, estes rumores, bastante vulgares nos meios diplomáticos, eram desprovidos de grande valor e eram alvos de pouco importância por parte de ambas as partes em conflito.

A situação dos judeus na Europa ocupada começou a agravar-se especialmente a partir de finais de 1942 devido ao crescente insucesso das potências do eixo na guerra. O Ministério dos Negócios Estrangeiros avisou a legação de Portugal na Turquia de que «*impõe necessidade examinar situação indivíduos origem judaica que reclamam ascendência portuguesa e obtiveram quaisquer registos em consulados nossos.*»²¹⁰ Com efeito, Portugal foi um país «*por onde passaram alguns refugiados judeus e políticos, fugidos a Hitler e ao Holocausto*»²¹¹ durante a Segunda Guerra Mundial. Porém, segundo Irene Pimentel, «*a ausência de anti-semitismo na ideologia salazarista e na sociedade portuguesa, bem como as circunstâncias geográficas da neutralidade*

²⁰⁷ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS - *Telegrama Expedido Para a Legação de Portugal em Ankara*. 17 de Novembro de 1942.

²⁰⁸ Cfr. TELO, António José – *A Neutralidade Portuguesa na Segunda Guerra Mundial*. Janus Anuário, Observare, Observatório de Relações Exteriores, Universidade Autónoma de Lisboa. [Em Linha]. [Consulta: 01 de Maio de 2013]. Disponível em: http://janusonline.pt/1999_2000/1999_2000_1_36.html#dados.

²⁰⁹ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS - *Telegrama Expedido Para a Legação de Portugal em Ankara*. 19 de Dezembro de 1942.

²¹⁰ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS - *Telegrama Expedido Para a Legação de Portugal em Ankara*. 29 de Dezembro de 1942.

²¹¹ Cfr. PIMENTEL, Irene – *Portugal Durante a II Guerra Mundial e o Holocausto*. Irene Pimentel [Em Linha], 30 de Setembro de 2012. [Consulta: 12 de Julho de 2013]. Disponível em: <http://irenepimentel.blogspot.pt/2012/09/portugal-durante-ii-guerra-mundial-e-o.html>.

portuguesa no quadro da aliança com a Inglaterra, acabaram por possibilitar a salvação através de Portugal de perseguidos pelo nacional-socialismo.»²¹²

A 17 de Dezembro de 1942 foi publicamente difundida uma declaração conjunta assinada pelos governos aliados e pelo Comité Nacional da França Livre onde se afirmava que os judeus nos países ocupados pelo exército nazi, estavam a ser fisicamente exterminados. Esta mesma declaração já avisava os perpetradores do Holocausto de que estes não escapariam ao castigo pelos crimes cometidos contra os judeus uma vez terminada a guerra.²¹³ Podemos considerar que foi então a partir de 17 de Dezembro de 1942 que o governo português muito provavelmente passou a ter a certeza de que existia um plano concertado por parte da Alemanha Nazi para exterminar os judeus da Europa.²¹⁴ Até então, o governo português apenas tinha recebido informações oriundas das suas várias representações diplomáticas espalhadas pela Europa onde já se referiam a existência de massacres de civis que estavam a ser cometidos em larga escala. Nunca tinha havido uma confirmação tão explícita da existência de um plano concertado para exterminar os judeus da Europa.

Entre Setembro de 1941 e o final de 1942, o Ministério dos Negócios Estrangeiros recebeu «*diversas notícias sobre as perseguições aos judeus na Roménia, transmitidas pelo representante diplomático em Bucareste, Quartim, embora a grande maioria das informações sobre massacres tivessem chegado da Polónia ocupada. Em 22 Maio de 1942, deu entrada no MNE português um documento do responsável pelos Negócios Estrangeiros do governo polaco no exílio em Londres, a denunciar assassinatos em massa, onde eram referidos os campos de concentração de Oswiecim (Auschwitz), Sachsenhausen/Oranienburg, Mauthausen e Dachau. De novo, em 18 Junho, a Legação do governo polaco no exílio em Lisboa fez chegar ao MNE a notícia de que a Alemanha tinha o objectivo de «exterminar todos os judeus sem se preocupar com o resultado da*

²¹² Cfr. PIMENTEL, Irene – *Portugal Durante a II Guerra Mundial e o Holocausto*. Irene Pimentel [Em Linha], 30 de Setembro de 2012. [Consulta: 12 de Julho de 2013]. Disponível em: <http://irenepimentel.blogspot.pt/2012/09/portugal-durante-ii-guerra-mundial-e-o.html>.

²¹³ Cfr. PIMENTEL, Irene – *Portugal Durante a II Guerra Mundial e o Holocausto*. Irene Pimentel [Em Linha], 30 de Setembro de 2012. [Consulta: 12 de Julho de 2013]. Disponível em: <http://irenepimentel.blogspot.pt/2012/09/portugal-durante-ii-guerra-mundial-e-o.html>.

²¹⁴ Cfr. PIMENTEL, Irene – *Portugal Durante a II Guerra Mundial e o Holocausto*. Irene Pimentel [Em Linha], 30 de Setembro de 2012. [Consulta: 12 de Julho de 2013]. Disponível em: <http://irenepimentel.blogspot.pt/2012/09/portugal-durante-ii-guerra-mundial-e-o.html>.

guerra”.»²¹⁵ Ainda em 1942, «Salazar recebeu um relatório, enviado pela Igreja portuguesa, onde se denunciava a ocorrência de muitas mortes nos campos nazis, nomeadamente no de Oswiecim (Auschwitz) na Polónia, embora não se especificasse que se tratava de judeus. Mais importante foi uma carta, recebida por Salazar, dos Serviços de Censura, sobre uma notícia que o jornal católico “A Voz” pretendia publicar no primeiro dia de 1942, onde se dava conta «da exterminação das crianças» na desventurada Polónia.»²¹⁶

1943 representou um ano de viragem radical na guerra. O desastre alemão na frente oriental era agora bem evidente como se pode ler neste telegrama enviado para Lisboa pela legação portuguesa em Ankara a 24 de Fevereiro de 1943:

«Confidencial. Alemães altamente colocados pretendem todo desastre frente oriental foi motivado debandada divisões italianas e húngaras que teriam abandonado seu sector de 400 kilometros extensão sem oferecer qualquer resistêcia. Esperam ? conter ofensiva russa em breve espaço de tempo e contam com degelo para reagrupar forças. Quanto plano próxima primavera não parece haver ainda resolução isto é se estabilizarão frente oriental, se farão ofensiva ali ou outro ponto. Circunstancias decidirão. [sic]

a) *Calheiros»*²¹⁷

Para a estratégia dos aliados na Península Ibérica e para as suas relações com Salazar e Franco, o inverno de 1942/1943 marcou um ponto de viragem.²¹⁸ Devido principalmente às derrotas alemãs sofridas às mãos do Exército Soviético, a ameaça alemã a Gibraltar e consequentemente a toda a Península Ibérica evaporou de forma

²¹⁵ Cfr. PIMENTEL, Irene – *Portugal Durante a II Guerra Mundial e o Holocausto*. Irene Pimentel [Em Linha], 30 de Setembro de 2012. [Consulta: 12 de Julho de 2013]. Disponível em: <http://irenepimentel.blogspot.pt/2012/09/portugal-durante-ii-guerra-mundial-e-o.html>.

²¹⁶ Cfr. PIMENTEL, Irene – *Portugal Durante a II Guerra Mundial e o Holocausto*. Irene Pimentel [Em Linha], 30 de Setembro de 2012. [Consulta: 12 de Julho de 2013]. Disponível em: <http://irenepimentel.blogspot.pt/2012/09/portugal-durante-ii-guerra-mundial-e-o.html>.

²¹⁷ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS - *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 24 de Fevereiro de 1943.

²¹⁸ Cfr. ROSAS, Fernando – *Portuguese Neutrality in The Second World War*. European Neutrals and Non-Belligerents During The Second World War. Cambridge University Press. 2001. p.277.

gradual enquanto que simultaneamente as forças anglo-americanas estavam agora às portas da Europa com a sua ocupação e administração do Norte de África francês.²¹⁹

Nesta altura, os alemães contavam ainda poder vir a virar a sua sorte na guerra, contendo a ofensiva russa e com o degelo na primavera para poder voltar a «*reagrupar forças*»²²⁰, no entanto, o futuro iria demonstrar não só a impossibilidade desta ideia, como também a ingenuidade das altas patentes do Exército Alemão que continuavam a crer no inalcançável. Por outro lado, contribuíram para estes reveses do Eixo, a incapacidade de os alemães em conseguir fornecer tropas blindadas aos italianos no Norte de África. Este facto acentuou a tendência já existente de «*todos os beligerantes fazer sua própria guerra* [sic].»²²¹

No dia 18 de Março de 1943, o Presidente do Conselho da Turquia, Ismet İnönü, deu um discurso onde reafirmou «*na parte que diz respeito politica externa continuação mesmas directivas conforme a vontade e desejo todo o país* [sic].»²²² Esta foi a primeira vez desde o início da guerra que os dirigentes turcos manifestaram publicamente a sua «*solidariedade e amizade*»²²³ para com a Grã-Bretanha. Inclusive, em relação aos Estados Unidos, foram até feitas algumas declarações de admiração pela «*democracia americana*»²²⁴. Estas declarações de Ismet İnönü não foram uma mera coincidência, pois vieram no seguimento da Conferência de Adana, onde tinham já sido oferecidas várias contrapartidas materiais à Turquia como compensação pela sua progressiva aproximação aos Aliados.

Os dirigentes turcos estavam já nesta altura a chegar à conclusão de que a Alemanha não conseguiria obter uma «*vitória decisiva*»²²⁵ na frente oriental e começavam a preocupar-se seriamente com as possíveis ambições imperialistas que os soviéticos

²¹⁹ Cfr. ROSAS, Fernando – *Portuguese Neutrality in The Second World War*. European Neutrals and Non-Belligerents During The Second World War. Cambridge University Press. 2001. p.277.

²²⁰ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS - *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 24 de Fevereiro de 1943.

²²¹ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 15 de Março de 1943.

²²² Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 18 de Março de 1943.

²²³ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 18 de Março de 1943.

²²⁴ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 18 de Março de 1943.

²²⁵ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 20 de Março de 1943.

pudessem vir a mostrar em relação à Turquia se vencessem por completo os alemães na frente oriental. Por este motivo, é precisamente a partir desta altura que a Turquia se começa a aproximar mais da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos numa óbvia «jogada» estratégica para tentar encontrar nestas duas potências a protecção que julgavam necessária para os defender das ambições imperialistas de Estaline.

Em Abril de 1943 o adido militar da Itália em Ankara julgava como sendo impossível que os Aliados tentassem levar a cabo um desembarque nos Balcãs devido à escassez das forças anglo-americanas estacionadas no Próximo e Médio Oriente.²²⁶ Ao invés, este considerava que o desembarque seria realizado no Ocidente, contra a Itália ou a Península Ibérica.²²⁷ Por sua vez, o Embaixador alemão em Ankara, Franz von Papen estava convencido de que os aliados iriam procurar demorar ou até mesmo «evitar qualquer desembarque que receariam»²²⁸ preferindo, ao invés, desgastar o Eixo através de bombardeamentos maciços. Esta opinião era também partilhada pelo próprio Ministro dos Negócios Estrangeiros turco que confidenciou ao Ministro Francisco Calheiros da legação portuguesa estar convencido de que os «anglo-saxões ambicionariam obter desmoronamento eixo com bombardeamentos aéreos massiços mas sem tentar segunda frente Europa [sic].»²²⁹

É precisamente em meados de 1943 que a guerra começa verdadeiramente a mudar a favor dos Aliados quando estes «passam à ofensiva em todas as frentes e nomeadamente expulsam o Eixo do Norte de África. Na cimeira Trident, Churchill e Roosevelt já não estão amarrados pelas anteriores preocupações e decidem ocupar bases nos Açores a curto prazo, com ou sem autorização portuguesa. Portugal reconhece já que os aliados vão ganhar a guerra e internamente há grandes preocupações com o futuro dos regimes ibéricos, numa altura em que se sabe que o fascismo italiano está a pontos de cair.»²³⁰

²²⁶ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 10 de Abril de 1943.

²²⁷ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 10 de Abril de 1943.

²²⁸ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 10 de Abril de 1943.

²²⁹ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 10 de Abril de 1943.

²³⁰ Cfr. TELO, António José – *A Neutralidade Portuguesa na Segunda Guerra Mundial*. Janus Anuário, Observare, Observatório de Relações Exteriores, Universidade Autónoma de Lisboa. [Em Linha].

Foi neste contexto que o governo inglês solicitou ao governo português a 18 de Junho de 1943, a cedência dos Açores, de forma a que estas ilhas pudessem ser utilizados pelo esforço de guerra Aliado.²³¹ Salazar resistiu a este pedido inglês de uma forma que foi quase suicida para si e para o seu regime, mas por fim lá acabou por aceitar a exigências britânicas mediante várias garantias, nomeadamente o «*compromisso assumido pelo Governo Britânico de prestar ao Governo Português todo o apoio e auxílio militar no caso de ataque; compromisso da elaboração de um plano de cooperação britânica na defesa de Portugal, para o que uma delegação portuguesa seria imediatamente enviada para o Reino Unido e o fornecimento de material de guerra e de pessoal técnico, em condições fixadas em anexo. Por fim, garantisse toda a protecção aos navios mercantes portugueses e a revisão dos acordos comercial e fornecimentos-compras e facilidades de transportes, destinadas a resolver as dificuldades do nosso abastecimento público, designadamente de alimentação e combustível.*»²³² Em relação ao Império colonial, as forças ingleses, australianas e sul-africanas comprometeram-se a respeitar a manutenção da soberania portuguesa nos respectivos territórios.²³³

O Acordo Luso-Britânico sobre a Base Aérea das Lages (Açores) apenas foi rubricado a 17 de Agosto de 1943 e implicou uma violação explícita do estatuto de neutralidade adoptado por Portugal até então no conflito. A própria celebração do acordo só foi tornada pública a 8 de Outubro de 1943, aquando da activação no terreno do dispositivo militar Aliado.²³⁴ Sobre este acordo luso-britânico, a imprensa turca teceu comentários «*favoráveis e compreensivos[sic]*»²³⁵ e ressaltou que o facto de Portugal ter celebrado este acordo com a Grã-Bretanha era um claro sinal de que a Alemanha se encontrava numa situação «*situação precária*»²³⁶. Segundo João Paulo Avelãs Nunes:

[Consulta: 01 de Maio de 2013]. Disponível em:

http://janusonline.pt/1999_2000/1999_2000_1_36.html#dados.

²³¹ Cfr. Telo, António José – *Portugal Na Segunda Guerra Mundial (1941 – 1945)*. Vol. I., Lisboa, Assírio Bacelar, 1991.

²³² Cfr. Telo, António José – *Portugal Na Segunda Guerra Mundial (1941 – 1945)*. Vol. I., Lisboa, Assírio Bacelar, 1991.

²³³ Cfr. Telo, António José – *Portugal Na Segunda Guerra Mundial (1941 – 1945)*. Vol. I., Lisboa, Assírio Bacelar, 1991.

²³⁴ Cfr. NUNES, João Paulo Avelãs – *O Estado Novo e o Volfrâmio (1933 – 1947)*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010. p. 354.

²³⁵ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 18 de Outubro de 1943.

²³⁶ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 13 de Maio de 1943.

«Durante a etapa negocial e nos três a quatro meses que se seguiram à assinatura do Acordo das Lages, Lisboa, Londres e Washington, Berlim e Madrid terão partilhado a tese segundo a qual a aproximação político-militar aos Aliados obrigaria à aceitação de compensações ao Eixo no plano económico.»²³⁷ É de salientar que Portugal cede as bases nos Açores à Inglaterra e não aos Aliados, recusando sempre a presença permanente de unidades militares americanas, numa atitude reveladora sobre os seus receios em relação aos Estados Unidos da América.²³⁸

Em relação à Península Ibérica, os «meios turcos»²³⁹ consideravam que a abertura de uma segunda frente de guerra na Europa poderia fazer-se através de um ataque a Espanha pelos aliados e que portanto esta hipótese não deveria ser excluída dos cenários «a considerar».²⁴⁰ O ano de 1943 foi um ano muito decisivo não apenas para a vitória Aliada que se começou então a vislumbrar no horizonte, mas também para a própria postura do regime de Salazar em relação à guerra. Salazar deixou de temer uma invasão da Península Ibérica por parte da Alemanha Nazi e devido a isto os aliados começaram a pressionar Salazar cada vez mais no sentido de este deixar de vender volfrâmio ao Terceiro Reich.

A 15 de Maio de 1943, Numan Menemengolu, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Turquia, proferiu um discurso em Constantinopla por ocasião da inauguração do Instituto turco de direito internacional, que foi descrito pelo Ministro Calheiros da legação portuguesa em Ankara, como tendo sido um discurso que «*nada tem de particularmente interessante o discurso a não ser o facto de ser proferido por uma pessoa da categoria mental de Numan Bey e pela posição que ocupa este país em relação aos beligerantes. Não é mais do que a reafirmação do que tem sido dito pelo Presidente da Republica e pelo Presidente do Conselho, isto é, de que a Turquia continuará a manter a neutralidade sempre que os seus direitos e interesses sejam*

²³⁷ Cfr. NUNES, João Paulo Avelãs – *O Estado Novo e o Volfrâmio (1933 – 1947)*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010. p. 354.

²³⁸ Cfr. TELO, António José – *A Neutralidade Portuguesa na Segunda Guerra Mundial*. Janus Anuário, Observare, Observatório de Relações Exteriores, Universidade Autónoma de Lisboa. [Em Linha]. [Consulta: 01 de Maio de 2013]. Disponível em: http://janusonline.pt/1999_2000/1999_2000_1_36.html#dados.

²³⁹ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 13 de Maio de 1943.

²⁴⁰ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 13 de Maio de 1943.

respeitados e que deseja não ser envolvida no conflito [sic].»²⁴¹ Apesar de ter sido descrito pelo Ministro Calheiros como um discurso que «*nada tem de particularmente interessante*»²⁴², o facto é que o discurso se destacou por uma maior imparcialidade na sua exposição, algo que sem dúvida terá agradado ao Eixo. Outro ponto que convém salientar é que a linguagem utilizada pelos políticos turcos deixa claro que «*a Turquia alveja a independência total de todos os países grande e pequenos com os seus direitos, sem o predomínio ou direcção de quaesquer Nações* [sic].»²⁴³

Um telegrama expedido pelo Ministério dos Negócios para a Legação de Portugal em Ankara a 23 de Maio de 1943 referia a disputa que estava a ocorrer entre a Alemanha e a Inglaterra para «*garantirem minério*»²⁴⁴. Este minério a que se refere o telegrama é o crómio, minério este que a Turquia possuía em abundância e que era vital para o esforço de guerra de ambas as partes em conflito. A título de exemplo, em Fevereiro de 1944, um terço de todo o crómio consumido na Alemanha era usado para a produção de tanques, outro terço era utilizado para a produção de outro tipo de armas, munições e para a construção de peças para os aviões da *Luftwaffe*.²⁴⁵

No caso de Portugal, à semelhança da Turquia, também este tinha um dos minérios essenciais à guerra que era muito cobiçado pelos beligerantes: o Volfrâmio. Portugal foi de longe um dos países europeus que graças ao Volfrâmio mais lucraram com a Segunda Guerra Mundial, tendo passado os anos negros do conflito numa paz extremamente lucrativa para si, graças em larga medida às vendas do preciso minério. Durante a Segunda Guerra Mundial a Alemanha passou a estar quase totalmente dependente do Volfrâmio ibérico. Os alemães, devido à falta de reservas de Volfrâmio, precisavam de comprar o mesmo a Portugal e Espanha. Isto ía obviamente contra os interesses dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha que desejavam impedir ou pelo menos reduzir a quantidade de minério que o Terceiro Reich adquiria a Portugal. Esta situação levou a que se concluísse em Janeiro de 1942 um Acordo por Troca de Notas Sobre

²⁴¹ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Discurso Ministro N. E. Turquia*. Pr. 1, Nº22. Ankara 17 de Maio de 1943.

²⁴² Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Discurso Ministro N. E. Turquia*. Pr. 1, Nº22. Ankara 17 de Maio de 1943.

²⁴³ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Discurso Ministro N. E. Turquia*. Pr. 1, Nº22. Ankara 17 de Maio de 1943.

²⁴⁴ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Expedido Para a Legação de Portugal em Ankara*. 23 de Maio de 1943.

²⁴⁵ Cfr. HAKKI, Murat Metin – *Surviving The Pressure of The Superpowers: An Analysis of Turkish Neutrality During The Second World War*. Harvard University, Center for Middle Eastern Studies, 2007.

Volfrâmio entre Portugal e a Alemanha.²⁴⁶ Este acordo seria aplicado entre 1 de Março de 1942 e 28 de Fevereiro de 1943 e durante este período o Terceiro Reich poderia adquirir e importar «*pelo menos 2800 toneladas de concentrados de tungsténio a 65% WO₃.*»²⁴⁷ Cerca de 70% do valor do Volfrâmio importado de Portugal pela Alemanha seria pago em «*bens essenciais à vida nacional*»²⁴⁸ (indústria e transportes, agricultura e imprensa). Preemptivamente, os Aliados, por não necessitarem do Volfrâmio ibérico, compravam todo o minério que conseguiam encontrar no mercado e isto levou a que a relação entre a oferta e a procura tivesse ficado completamente desequilibrada, o que veio a provocar o aumento do preço da tonelada e o conseqüente aumento da importância das vendas de Volfrâmio na balança comercial portuguesa. Em Março de 1944, Salazar resistiu à exigência formal dos Aliados para impor um embargo sobre o Volfrâmio vendido à Alemanha e esta resistência não se ficou a dever às contrapartidas alemãs que escasseavam cada vez mais, mas sim à «*opção de apoiar uma guerra anti-bolchvique que fez considerar “muito bem empregado o nosso volfrâmio”*»²⁴⁹ Salazar resistiu «*obstinadamente ao embargo*»²⁵⁰ e não receou ou teve suficientemente em conta o risco de vir a «*enfrentar certas ameaças de retorsão económica ou correr riscos de um “putsch” promovido por agentes britânicos*».²⁵¹ Foi apenas depois de os Aliados ameaçarem Salazar com medidas repressivas que este aceitou proibir as exportações de Volfrâmio.²⁵² Os dados recolhidos por João Paulo Avelãs Nunes na obra *O Estado Novo e o Volfrâmio (1933 – 1947)*, permitem-nos concluir que o Estado Novo adoptou a legislação necessária para tornar possível a venda a Berlim de quantidades consideráveis de Volfrâmio entre meados de 1940 e o Verão de 1944.²⁵³ Estas vendas de Volfrâmio ao Terceiro Reich foram efectuadas de forma a garantir «*a continuidade*

²⁴⁶ Cfr. NUNES, João Paulo Avelãs – *O Estado Novo e o Volfrâmio (1933 - 1947)*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010. p. 347.

²⁴⁷ Cfr. NUNES, João Paulo Avelãs – *O Estado Novo e o Volfrâmio (1933 -1947)*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010. p. 347.

²⁴⁸ Cfr. NUNES, João Paulo Avelãs – *O Estado Novo e o Volfrâmio (1933 1947)*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010. p. 347.

²⁴⁹ Cfr. LOUÇÃ, António – *Hitler e Salazar: Comércio em Tempos de Guerra (1940 – 1944)*, Lisboa, Terramar, 2000. p. 75.

²⁵⁰ Cfr. LOUÇÃ, António – *Hitler e Salazar: Comércio em Tempos de Guerra (1940 – 1944)*, Lisboa, Terramar, 2000. p. 83.

²⁵¹ Cfr. LOUÇÃ, António – *Hitler e Salazar: Comércio em Tempos de Guerra (1940 – 1944)*, Lisboa, Terramar, 2000. p.83.

²⁵² Cfr. LOUÇÃ, António – *Hitler e Salazar: Comércio em Tempos de Guerra (1940 – 1944)*, Lisboa, Terramar, 2000. p.46.

²⁵³ Cfr. NUNES, João Paulo Avelãs – *O Estado Novo e o Volfrâmio (1933 -1947)*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010. p. 506.

da Aliança Luso-Britânica, evitando hostilizar os interesses de Londres e Washington, concedendo-lhes, mesmo, algumas vantagens parcelares.»²⁵⁴

Um documento «confidencial»²⁵⁵ enviado de Ankara para o Ministério dos Negócios Estrangeiros a 24 de Maio de 1943, refere que “*tudo quanto diz respeito à Rússia interessa essencialmente à Turquia.*”²⁵⁶ Isto porque em relação ao «*problema russo*»²⁵⁷ a Turquia se mostrava mais preocupada com as intenções imperialistas que os soviéticos pudessem vir a ter consigo após o fim da guerra. Por outro lado, a 15 de Maio de 1943 havia sido dissolvido o Komintern, algo que «*não deixou de causar o seu efeito*»²⁵⁸ no meio político turco e na percepção que este tinha da União Soviética. No fundo a dissolução do Komintern foi uma manobra política para dar satisfação preferentemente à opinião americana que se mostrava inquieta pelos Estados Unidos estarem a combater ao lado da União Soviética.²⁵⁹ Com a dissolução do Komintern procurou-se também cativar as potências neutras como a Turquia e facilitar o reatamento e/ou aprofundamento das relações diplomáticas entre estas e a União Soviética. Por outro lado, procurava-se também com a dissolução do Komintern levar a Espanha a retirar da frente oriental os voluntários que para lá tinham ido combater na Divisão Azul.²⁶⁰

Segundo o Ministro Calheiros, a dissolução do Komintern inseriu-se «*na necessidade de um entendimento mais íntimo das Nações Unidas com a Rússia, sem o qual não poderá haver vitória total para as democracias. Por isso aqui continua a pensar-se que a guerra se decidirá na frente oriental e do resultado dessa campanha*

²⁵⁴ NUNES, João Paulo Avelãs – *O Estado Novo e o Volfrâmio (1933 -1947)*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010. p. 506.

²⁵⁵ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Informações*. Confidencial, Nº23. Ankara 24 de Maio de 1943.

²⁵⁶ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Informações*. Confidencial, Nº23. Ankara 24 de Maio de 1943.

²⁵⁷ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Informações*. Confidencial, Nº23. Ankara 24 de Maio de 1943.

²⁵⁸ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Informações*. Confidencial, Nº23. Ankara 24 de Maio de 1943.

²⁵⁹ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Informações*. Confidencial, Nº23. Ankara 24 de Maio de 1943.

²⁶⁰ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Informações*. Confidencial, Nº23. Ankara 24 de Maio de 1943.

dependerà o desmoronamento da Alemanha ou uma paz de compromisso. Ninguém crê que sem a Rússia, os anglo-saxões possam vencer a Alemanha e o Japão [sic].»²⁶¹

Vale a pena relembrar que o fundador da República Turca, Mustafa Kemal Atatürk nunca havia tido simpatias pelo marxismo e durante o seu governo tomou sempre medidas no sentido de o esmagar e impedir o seu florescimento.²⁶² A tarfea de Atatürk foi facilitada ainda pelo facto de a Turquia ser uma sociedade muito fracamente industrializada e como tal não possuía um proletariado que pudesse ser capaz de se organizar de forma revolucionária. Por outro lado, Atatürk e Estaline nunca tiveram uma boa relação e esta ainda se deteriorou mais em função de algumas das políticas de Atatürk não terem ido ao encontro dos desejos de Estaline.²⁶³

A 16 de Junho de 1943, Sükrü Saracoglu, o Presidente do Conselho da Turquia, pronunciou um discurso no Congresso do Partido (Kurultay) sobre a política externa e interna da Turquia. Esse discurso não foi mais do que uma «*repetição das afirmações feitas por todos os dirigentes turcos relativamente à posição de neutralidade da Turquia e da sua situação em face dos beligerantes.*»²⁶⁴ Obviamente que Sükrü Saracoglu não refere, nem podia referir os receios turcos em relação ao «*problema russo apòz a guerra [sic].*»²⁶⁵ Este receio dos russos, ou melhor, do bolchevismo, era partilhado por muitos outros políticos europeus, nomeadamente o Ministro Plenipotenciario da Bélgica que confidenciou ao Ministro Calheiros que «*apesar de todos os esforços o problema russo se mantém com igual aspecto de desconfiança entre as Nações Unidas [sic].*»²⁶⁶ Por outro lado, não se sabia em caso de derrota alemã, quem poderia deter a infantaria russa e ter condições para conter as ambições moscovitas na Europa.²⁶⁷ O Ministro Calheiros confiava especialmente nestas informações trazidas

²⁶¹ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Informações*. Confidencial, Nº23. Ankara 24 de Maio de 1943.

²⁶² Cfr. HAKKI, Murat Metin – *Surviving The Pressure of The Superpowers: An Analysis of Turkish Neutrality During The Second World War*. Harvard University, Center for Middle Eastern Studies, 2007.

²⁶³ Cfr. HAKKI, Murat Metin – *Surviving The Pressure of The Superpowers: An Analysis of Turkish Neutrality During The Second World War*. Harvard University, Center for Middle Eastern Studies, 2007.

²⁶⁴ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Política Turca*. Nº27. Ankara, 16 de Junho de 1943.

²⁶⁵ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Política Turca*. Nº27. Ankara, 16 de Junho de 1943.

²⁶⁶ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Política Turca*. Nº27. Ankara, 16 de Junho de 1943.

²⁶⁷ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Política Turca*. Nº27. Ankara, 16 de Junho de 1943.

pelo Ministro da Bélgica devido ao facto de este estar «*em contacto diário com todos os aliados*». ²⁶⁸

No que dizia respeito à política interna da Turquia, o discurso de Saracoglü continha uma «*ameaça contra as minorias e os estrangeiros*» ²⁶⁹, que na opinião do Ministro Calheiros da legação portuguesa, era possível que se viesse mesmo a concretizar no próximo inverno com um imposto sobre as fortunas. De acordo com o Primeiro-Ministro Saracoglü, os turcos estavam a ser mais atingidos pelas dificuldades económicas do que as minorias ou os estrangeiros. No entanto, o Ministro Calheiros considerava que todas estas alegações não podiam ser acolhidas «*com seriedade*» ²⁷⁰, pois os preços fixados pelo governo para a compra dos géneros alimentícios aos agricultores lesavam, de facto, os interessados, mas de uma forma pouco sensível, visto que eram repartidos por quase toda a população, num total de 18 milhões de almas, enquanto que o novo imposto previsto pelo governo e a aplicar exclusivamente contra as minorias e os estrangeiros iria atingir um número de pessoas que não ultrapassará as 100 mil, tirando-lhes em consequência todos os haveres. ²⁷¹

A Turquia estava profundamente preocupada com as consequências da Segunda Guerra Mundial no plano regional. ²⁷² Segundo o Ministro Calheiros «*depois que a queda do Império e do Califato lhe tirou a preponderancia sobre os povos muçulmanos, este paiz, embora continuando a interessar-se pelos problemas do Proximo e Medio Oriente, julgou que para consolidar a sua posição na Europa lhe conviria realizar uma aproximação com os povos da Peninsula Balkanica onde graças à tradição e a uma forte força armada pudesse obter uma situação de destaque. Nasceu assim na mente de Atatürk a ideia do entendimento balkanico.*

Embora de início, como V. Ex. sabe, fosse elle dirigido contra as reivindicações bulgaras, a concepção era vasta. A guerra actual veio pôr um termo momentaneo a essa politica, mas a ideia em toda a sua amplitude subsistiu.

Enquanto a Allemanha fora victoriosa em toda a Europa a Turquia manteve-se na expectativa sem ousar manifestar qualquer tendencia naquelle sentido. A situação

²⁶⁸ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Política Turca*. Nº27. Ankara, 16 de Junho de 1943.

²⁶⁹ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Política Turca*. Nº27. Ankara, 16 de Junho de 1943.

²⁷⁰ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Política Turca*. Nº27. Ankara, 16 de Junho de 1943.

²⁷¹ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Política Turca*. Nº27. Ankara, 16 de Junho de 1943.

²⁷² Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Projecto Turco de Entendimento Balcânico Post-Guerra*. Proc.1, Nº28. Ankara 18 de Junho de 1943.

militar mudou, porém, e sabe-se que a política britânica é favorável aos acordos regionais. Começa assim a sentir-se uma actividade discreta por parte da diplomacia turca tendente à reconstituição, após a guerra, do entendimento referido, mas mais forte e amplo, porque desejaria englobar a Hungria, onde a Turquia tivesse um papel preponderante a até de direção.

Recentemente os jornais turcos publicaram uma série de artigos amigáveis relativos à Hungria, aos laços de sangue e de cultura que unem turcos e húngaros [sic].»²⁷³

A Turquia tinha assim um claro projecto político para os Balcãs que desejava colocar em prática e que já vinha do tempo do Presidente Atatürk. Com a Segunda Guerra Mundial, não é de descurar que o governo turco tenha considerado a hipótese de a guerra lhe abrir novas oportunidades no plano regional. Neste contexto, a Roménia foi alvo das maiores atenções e de vários artigos amigáveis por parte da imprensa turca. O próprio Ministro dos Negócios Estrangeiros da Turquia em Bucareste fez declarações aos jornais de Istanbul em meados de 1943, onde falava «*dos interesses comuns e das optimas relações mutuas*»²⁷⁴ entre a Roménia e a Turquia. Este tipo de declarações por uma figura destacada da diplomacia turca, demonstram que mais do que uma orientação, existia mesmo um propósito determinado por parte da política externa turca em afirmar-se como uma potência regional nos Balcãs, neste sentido, era assim essencial estreitar os laços com a Roménia de forma a preparar o terreno para o pós-guerra. Por outro lado, criar um projecto balcânico de entendimento para o pós-guerra seria um contrapeso ao já esperado expansionismo soviético. A este propósito, o Ministro Calheiros considerava já em meados de 1943 que «*o que é incontestável é preparar-se a Turquia para jogar um papel na futura organização balkanica e procurar pacificar de vez e unir na medida do possível essa atormentada região. O empreendimento não será fácil porque ali também terá que enfrentar os interesses russos [sic].*»²⁷⁵

²⁷³ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Projecto Turco de Entendimento Balcânico Post-Guerra*. Proc.1, Nº28. Ankara 18 de Junho de 1943.

²⁷⁴ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Projecto Turco de Entendimento Balcânico Post-Guerra*. Proc.1, Nº28. Ankara 18 de Junho de 1943.

²⁷⁵ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Projecto Turco de Entendimento Balcânico Post-Guerra*. Proc.1, Nº28. Ankara 18 de Junho de 1943.

Em Julho de 1943, alguns oficiais alemães na Turquia começaram a «mostrar indiferença»²⁷⁶ em relação à sorte da Itália na guerra.²⁷⁷ Já alguns dias antes, o Ministro Calheiros, após um almoço com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Turquia, tinha alertado para o facto de este se mostrar pessimista em relação à capacidade de resistência da Itália. O Ministro Calheiros refere também que recebeu de «*fonte segura origem italiana* [sic]»²⁷⁸ a informação de que a situação interna da Itália era bastante má, desejando esta apenas o fim da guerra e que os alemães que se encontravam na mesma eram «*odiados*».²⁷⁹

Um telegrama expedido para o Ministério dos Negócios Estrangeiros a 28 de Julho de 1943, pelo Ministro Calheiros após uma reunião com o Embaixador da Itália em Ankara é bem demonstrativo do desespero dos italianos nesta fase da guerra: «*Para Itália guerra teria deixado de ser de ideologia ou imperialista para se tornar nacional. Continuará colaboração Alemanha. No interêsse geral acrescentou conviria convencer anglo-saxões que só uma paz razoável garantiria futuro e tranquilidade europeias. Se anglo-americanos persistirem reduzir até ao fim Alemanha e Itália ao desespero e impotência, o que parece possível com o tempo, nenhum problema se resolverá e encontrar-se-ão na impossibilidade de liquidar os russos que é o fundamental. Minha impressão pessoal é que desejaria igualmente se modificasse regime Alemanha enquanto ela está forte chamando ao poder uma personalidade como por exemplo Von Papen a fim tentar negociar paz compromisso numa base anti-russa. Ao despedir-se acrescentou: preciso ajuda de todos para levar a bom termo a minha acção [sic].*»²⁸⁰

É bastante claro em meados de 1943 que os regimes nacionalistas na Europa estavam a ficar extremamente preocupados com a possibilidade de uma vitória soviética. Para a Turquia, por uma questão de segurança nacional e trauma histórico, estes receios eram mais do que reais. A criação de uma base «*anti-russa*»²⁸¹ era portanto

²⁷⁶ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara. 22 de Julho de 1943.*

²⁷⁷ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara. 22 de Julho de 1943.*

²⁷⁸ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS - *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara. 17 de Julho de 1943.*

²⁷⁹ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS - *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara. 17 de Julho de 1943.*

²⁸⁰ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS - *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara. 29 de Julho de 1943.*

²⁸¹ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS - *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara. 29 de Julho de 1943.*

um projecto que só poderia agradar ao governo turco, mesmo que este não o admitisse publicamente. A 3 de Agosto de 1943, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Turquia, Numan Menemencioglu, reuniu-se com o Ministro Calheiros, numa villa próxima de Istanbul, onde foram discutidas as atitudes a tomar em relação aos criminosos de guerra. Sobre esta reunião leia-se:

«[...]

Recebeu-me gentilmente, sem cerimonia, como quem está em férias gozando da estação. Disse-me logo saber a que vinha e que por seu lado encarregara o Ministro da Turquia em Lisboa de pôr-se em contacto com o Governo Português para conhecer o seu pensamento quanto às notas aliadas relativas ao direito de asilo a não conceder aos chamados criminosos de guerra. [...] É evidente que as notas e sobretudo a sua forma e tom lhe desagradaram profundamente, mas ante tudo realista procura resolver o assunto, sem quebra de prestígio naturalmente, pela forma que mais convenha aos interesses da Turquia. Não é fácil tomar atitudes indignadas quando se está cercado por todos os lados de poderosas forças militares.[...]

[...] Antes de mais nada vae procurar ganhar tempo, não só para mostrar que não tem pressa em responder a ameaças, mas sobretudo porque pensa que elle e as entrevistas que se propõe ter com os representantes das principaes potencias das Nações Unidas lhe permitirão suavisar as dificuldades ou mesmo quem sabe iliminalas. Quiz imediatamente por a questão no terreno político que lhe evitaria discussões intermináveis e inúteis que só poderiam envenenar sem vantagem. E é nelle que se afinal o Governo turco decidir a responder debaterá o problema. No fundo está convencido que a acção dos alliados é puramente de propaganda para dar satisfação às respectivas opiniões publicas trabalhadas de há muito naquelle sentido nas horas difíceis. Era preciso ser compreensível e ponderado, acrescentou.

[...] É ainda na mesma ordem de ideias que prefere não combinar com os outros paizes neutros qualquer resposta comum ou parecida, com receio de mal dispôr os alliados [sic].

[...]

[...]

A questão dos criminosos de guerra levantada no documento acima transcrito de forma parcial, traz à luz a questão do Holocausto e da postura turca em relação a este. A Turquia foi um país que ofereceu refúgio político a judeus desde que o Partido Nazi havia chegado ao poder na Alemanha em 1933.²⁸³ Professores, cientistas e académicos judeus encontraram na Turquia o refúgio perfeito, pois não só escapavam assim às perseguições antissemitas dos nazis, como tinham também emprego garantido.²⁸⁴ A Turquia, apostada num tremendo processo de modernização social, estava na década de 1930 a investir a fundo na construção de um sistema de ensino superior à moda ocidental e o *know how* dos cientistas e académicos judeus chegados á Turquia foi essencial a este projecto.²⁸⁵

O próprio Estado de Israel deve em parte a sua existência à política turca em relação aos judeus durante este período, pois o governo turco permitiu a passagem para a Palestina de milhares de judeus sionistas numa altura em tanto o governo britânico como o alemão tentavam impedir isso de acontecer.²⁸⁶ A Turquia também levou a cabo esforços durante a guerra para proteger os judeus turcos e salvar aqueles que se encontravam nos territórios ocupados pela Alemanha Nazi. De um total de 10.000 judeus turcos na França, foram assim salvos 3.000 e na Grécia também se conseguiram salvar várias centenas graças às acções da diplomacia turca.²⁸⁷ O governo turco permitiu que várias organizações turcas se estabelecessem em Istambul com o objectivo declarado de auxiliar e tentar salvar os judeus oriundos da Europa de Leste que tentavam fugir desesperados ao extermínio nazi. As autoridades turcas permitiram

²⁸² Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Direito de Asilo e as Notas Aliadas*. Proc. 1, Nº32. Istanbul, 4 de Agosto de 1943.

²⁸³ Cfr. SHAW, Stanford J - *Turkey and the Holocaust: Turkey's Role in Rescuing Turkish and European Jewry from Nazi Persecution, 1933-1945*. Palgrave Macmillan, 1993.

²⁸⁴ Cfr. SHAW, Stanford J - *Turkey and the Holocaust: Turkey's Role in Rescuing Turkish and European Jewry from Nazi Persecution, 1933-1945*. Palgrave Macmillan, 1993.

²⁸⁵ Cfr. SHAW, Stanford J - *Turkey and the Holocaust: Turkey's Role in Rescuing Turkish and European Jewry from Nazi Persecution, 1933-1945*. Palgrave Macmillan, 1993.

²⁸⁶ Cfr. SHAW, Stanford J - *Turkey and the Holocaust: Turkey's Role in Rescuing Turkish and European Jewry from Nazi Persecution, 1933-1945*. Palgrave Macmillan, 1993.

²⁸⁷ Cfr. SHAW, Stanford J - *Turkey and the Holocaust: Turkey's Role in Rescuing Turkish and European Jewry from Nazi Persecution, 1933-1945*. Palgrave Macmillan, 1993.

também que judeus sem passaporte e sem qualquer tipo de documentação entrassem na Turquia e que navios carregados de refugiados judeus navegassem nas suas águas costeiras.²⁸⁸

Durante o decurso da guerra, também não faltaram diplomatas turcos que fizeram esforços pessoais para salvar judeus. Alguns diplomatas turcos chegaram ao extremo de emitirem documentação falsa para judeus em territórios sob ocupação nazi. Uma das histórias que nos serve de exemplo desta situação é a de Selahattin Ulkumen, o cônsul turco na ilha grega de Rhodes. Este cônsul tinha chegado a Rhodes quase ao mesmo tempo que a força de ocupação nazi em 1941 e quando se apercebeu de que os nazis estavam a reunir os judeus da ilha, Ulkumen interveio alegando que alguns destes eram cidadãos turcos. Ao todo, Selahattin Ulkumen conseguiu salvar 32 judeus, mas ele próprio acabou por ser deportado pelos nazis para uma prisão nos Pirenéus onde passaria o resto da guerra e a sua esposa grávida acabou assassinada.²⁸⁹

O Arcebispo Roncalli, que se viria a tornar o Papa João XXIII e que exercia a função de Delegado Apostólico na Turquia, também fez esforços no sentido de salvar judeus húngaros das garras do Nazismo.²⁹⁰ Segundo Arnold Reisman, a Turquia fez muito mais para salvar judeus durante a Segunda Guerra Mundial do que aquilo que tem sido aceite pela maioria dos historiadores e académicos.²⁹¹ Reisman considera mesmo que a Turquia fez significativamente mais do que a Grã-Bretanha e os Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial para salvar judeus e que *«apesar das ameaças, a Turquia recusou vigorosamente a pressão nazi para deportar os seus próprios judeus para a Europa de Leste de forma a serem exterminados.»*²⁹²

Portugal, à semelhança da Turquia, também foi um país que teve um papel activo na salvação de muitos judeus durante a Segunda Guerra Mundial. A tomada de Paris e a invasão da Holanda foram os factores principais que despoletaram uma fuga de refugiados judeus para Portugal. Só até Agosto de 1940 terão dado entrada em Portugal cerca de 12.000 refugiados, um número que foi aumentando gradualmente até ao fim de

²⁸⁸ Cfr. SHAW, Stanford J - *Turkey and the Holocaust: Turkey's Role in Rescuing Turkish and European Jewry from Nazi Persecution, 1933-1945*. Palgrave Macmillan, 1993.

²⁸⁹ Cfr. SHAW, Stanford J - *Turkey and the Holocaust: Turkey's Role in Rescuing Turkish and European Jewry from Nazi Persecution, 1933-1945*. Palgrave Macmillan, 1993.

²⁹⁰ Cfr. SHAW, Stanford J - *Turkey and the Holocaust: Turkey's Role in Rescuing Turkish and European Jewry from Nazi Persecution, 1933-1945*. Palgrave Macmillan, 1993.

²⁹¹ Cfr. REISMAN, Arnold – *Shoah: Turkey, the US and the UK*. BookSurge Publishing, 2009.

²⁹² Cfr. REISMAN, Arnold – *Shoah: Turkey, the US and the UK*. BookSurge Publishing, 2009.

1940.²⁹³ Estima-se que apenas entre Junho de 1940 e Maio de 1941, tenham passado por Portugal cerca de 40.000 refugiados que fugiam das perseguições nazis.²⁹⁴ De todos os judeus que chegaram a Portugal, foram poucos os que acabaram por se fixar, pois o Estado Novo receava que a integração de judeus na sociedade portuguesa oriundos de países mais desenvolvidos da Europa, viesse perturbar os costumes, as mentalidades e o próprio mercado de trabalho nacional. A «nação rural» e dos «brandos costumes» propagandeada pelo Estado Novo não via assim com bons olhos as mudanças que os judeus inevitavelmente trariam à sociedade portuguesa se cá ficassem e por isso o regime pretendia que Portugal fosse apenas um ponto de passagem para os refugiados judeus.²⁹⁵ Mais controversa é a questão do «ouro dos judeus» que Salazar terá recebido de Hitler como pagamento pelo Volfrâmio e outros bens vendidos à Alemanha. Na Áustria, na Checoslováquia, na Holanda, em França e restantes países invadidos e ocupados pelo Terceiro Reich, os nazis «apoderaram-se das reservas dos bancos centrais.»²⁹⁶ e tiveram sempre a preocupação de «deitar a mão a ouro, divisas, ou objectos de valor que se encontrassem na posse de simples particulares.»²⁹⁷ Nos países ocupados, os nazis obrigavam também os cidadãos desse país a «declararem os seus haveres»²⁹⁸ e estes tinham depois de entregar os seus objectos de valor e em troca recebiam geralmente uma determinada quantidade de Reichsmarks.²⁹⁹ Era impossível que Salazar não soubesse que o ouro proveniente do Terceiro Reich, potencialmente seria ouro roubado aos bancos centrais dos países ocupados e aos judeus vítimas do holocausto, mesmo assim Salazar insistiu em continuar a fazer negócios com o Terceiro Reich quase até ao fim da guerra, tendo desistido dos mesmos apenas «depois de os Aliados ameaçarem com medidas repressivas».³⁰⁰

²⁹³ Cfr. PIMENTEL, Irene – *Judeus em Portugal Durante a II Guerra Mundial*, A Esfera dos Livros, 2008.

²⁹⁴ Cfr. PIMENTEL, Irene – *Judeus em Portugal Durante a II Guerra Mundial*, A Esfera dos Livros, 2008.

²⁹⁵ Cfr. PIMENTEL, Irene – *Judeus em Portugal Durante a II Guerra Mundial*, A Esfera dos Livros, 2008.

²⁹⁶ Cfr. LOUÇÃ, António – *Negócios Com os Nazis: Ouro e Outras Pilhagens (1933 – 1945)*, Fim de Século Edições LDA., Lisboa, 1997. p. 102.

²⁹⁷ Cfr. LOUÇÃ, António – *Negócios Com os Nazis: Ouro e Outras Pilhagens (1933 – 1945)*, Fim de Século Edições LDA., Lisboa, 1997. p. 102.

²⁹⁸ Cfr. LOUÇÃ, António – *Negócios Com os Nazis: Ouro e Outras Pilhagens (1933 – 1945)*, Fim de Século Edições LDA., Lisboa, 1997. p. 102.

²⁹⁹ Cfr. LOUÇÃ, António – *Negócios Com os Nazis: Ouro e Outras Pilhagens (1933 – 1945)*, Fim de Século Edições LDA., Lisboa, 1997. p. 102.

³⁰⁰ LOUÇÃ, António – *Hitler e Salazar: Comércio em Tempos de Guerra (1940 – 1944)*, Terramar, Lisboa, 1997. p. 46.

O *Journal d'Orient* publicou a 5 de setembro de 1943 um artigo sobre Portugal a propósito do «incidente ocorrido no porto de Macao»^{301 302} que é referido num documento diplomático pelo Ministro Calheiros. O nome do artigo publicado pelo jornal em questão não é referido no documento, porém, este refere que os portugueses tinham sido até então «relativamente poupados»³⁰³ a qualquer ataque por parte da imprensa judaica, algo que não acontecia com a Espanha franquista que, ao invés, era «quasi diariamente atacada [sic]».³⁰⁴ O *Journal d'Orient* era o jornal da comunidade judaica de Istanbul, algo destacado pelo Ministro Francisco Calheiros que refere a forma como todos os jornais do Médio Oriente de filiação judaica combaterem «sem descanso as ditaduras ou os regimes de autoridade, com exceção naturalmente do soviético.»³⁰⁵ O facto do Ministro Calheiros considerar que a imprensa judaica não combatia o regime soviético, é reminiscente da teoria da conspiração muito em voga nos regimes nacionalistas da época, que consideravam existir uma conspiração internacional judaico-maçónico-marxista que visava dominar o mundo. A imprensa judaica era portanto considerada por muitos nacionalistas da época como um órgão desta conspiração internacional judaico-maçónico-marxista. Pejorativamente denominada de «imprensa amarela», a imprensa judaica era frequentemente o alvo preferido dos regimes nazi-fascistas que viam no judeu um «inimigo supremo da raça ariana». Em relação ao *Journal d'Orient*, este era segundo o Ministro Calheiros, apenas «lido na comunidade israelita de Istanbul»³⁰⁶ e não exercia qualquer influência no meio político

³⁰¹ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *O Incidente de Macao e o “Journal d’Orient” de Istanbul*. Proc. 1, Nº38, Istanbul. 7 de Setembro de 1943.

³⁰² O Incidente no porto do Macau foi um assalto liderado pela quadrilha de Wong Kong Wit ao vapor S.S. *Sai On* a 19 de Agosto de 1943. Esta quadrilha era considerada como sendo a mais poderosa e perigosa de Macau e colaborava com o Exército Japonês a troco de um pagamento de cerca de 150 mil ienes militares por cabeça. O S.S. *Sai On* encontrava-se atracado no porto de Macau com a missão de acolher refugiados. O ataque feito pela quadrilha de Wong Kong Wit resultou na morte de um guarda indiano, um polícia e um soldado. Ficaram ainda feridos mais um soldado e um guarda. Do outro lado, há registo de oito chineses mortos ao serviço das forças japonesas. Este ataque foi um dos mais graves incidentes que ocorreu em Macau durante a Segunda Guerra Mundial e talvez até o mais provocatório levado a cabo pelas forças japonesas.

³⁰³ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *O Incidente de Macao e o “Journal d’Orient” de Istanbul*. Proc. 1, Nº38, Istanbul. 7 de Setembro de 1943.

³⁰⁴ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *O Incidente de Macao e o “Journal d’Orient” de Istanbul*. Proc. 1, Nº38, Istanbul. 7 de Setembro de 1943.

³⁰⁵ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *O Incidente de Macao e o “Journal d’Orient” de Istanbul*. Proc. 1, Nº38, Istanbul. 7 de Setembro de 1943.

³⁰⁶ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *O Incidente de Macao e o “Journal d’Orient” de Istanbul*. Proc. 1, Nº38, Istanbul. 7 de Setembro de 1943.

turco, sendo até «visto com desagrado pelas autoridades turcas»³⁰⁷ e não tendo também qualquer influência na própria sociedade civil, algo que não é de espantar num país de maioria muçulmana como a Turquia.

Em Setembro de 1943, a Turquia via com receio a possibilidade da guerra aproximar-se dos Balcãs e preocupava-a sobretudo «a situação e futura atitude da Bulgária [sic].»³⁰⁸ O Chefe do Estado Maior do Exército turco estava inquieto com toda esta situação e mais preocupado estava ainda com a possibilidade de desmoronamento da Itália. Ao governo turco interessava-lhe acima de tudo que em caso de desmoronamento italiano, existisse um compromisso com as Nações Unidas de forma a que estas pudessem instalar-se na outra costa do Adriático, nomeadamente na Albânia ou na Dalmácia.³⁰⁹ No caso da confirmação desta hipótese, o governo turco sabia que a Bulgária só teria duas hipóteses: «um entendimento com a Rússia [...] ou a continuação da política de colaboração com a Alemanha.»³¹⁰

No caso de a Bulgária levar a cabo um entendimento com a União Soviética, - algo que o Ministro Calheiros considerava como sendo possível, pois tinha recebido informações de que o representante diplomático da Bulgária em Moscovo estava a trabalhar «nesse sentido»³¹¹ - a «influência ou predomínio»³¹² que a Turquia desejava exercer nos Balcãs ficaria bastante diminuída e a região seria transformada numa base das forças soviéticas com «resultados imponderáveis»³¹³. Ao invés, se a Bulgária prosseguisse na sua política de colaboração com a Alemanha Nazi e tentasse utilizar as suas «20 ou 30 divisões búlgaras ainda intactas procurando deter a marcha das forças aliadas em direção ao centro da Europa através dos Balkans [sic]»³¹⁴, as consequências seriam uma imediata e forte pressão por parte da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos

³⁰⁷ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *O Incidente de Macao e o “Journal d’Orient” de Istanbul*. Proc. 1, Nº38, Istanbul. 7 de Setembro de 1943.

³⁰⁸ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *A Situação da Turquia no Caso de Guerra nos Balkans*. Proc. 1, Nº37, Istanbul. 7 de Setembro de 1943.

³⁰⁹ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *A Situação da Turquia no Caso de Guerra nos Balkans*. Proc. 1, Nº37, Istanbul. 7 de Setembro de 1943.

³¹⁰ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *A Situação da Turquia no Caso de Guerra nos Balkans*. Proc. 1, Nº37, Istanbul. 7 de Setembro de 1943.

³¹¹ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *A Situação da Turquia no Caso de Guerra nos Balkans*. Proc. 1, Nº37, Istanbul. 7 de Setembro de 1943.

³¹² Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *A Situação da Turquia no Caso de Guerra nos Balkans*. Proc. 1, Nº37, Istanbul. 7 de Setembro de 1943.

³¹³ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *A Situação da Turquia no Caso de Guerra nos Balkans*. Proc. 1, Nº37, Istanbul. 7 de Setembro de 1943.

³¹⁴ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *A Situação da Turquia no Caso de Guerra nos Balkans*. Proc. 1, Nº37, Istanbul. 7 de Setembro de 1943.

para que a Turquia entrasse na guerra ao lado dos Aliados, de forma a «*contrarestar aquella ação* [sic].»³¹⁵ O Estado Maior turco estava bastante preocupado com toda esta situação³¹⁶, pois sabia que bastaria muito pouco para arrastar toda a Turquia para uma guerra com consequências geopolíticas imprevisíveis para a mesma.

A capitulação da Itália no início de Setembro de 1943 foi mais um acontecimento que preocupou profundamente o governo turco, pois aproximava demasiado a guerra da fronteira da Turquia e criou o receio de que pudesse vir a haver um «*compromisso separado*»³¹⁷ com a Rússia, consequentemente fortalecendo a posição da mesma.³¹⁸ A pressão sobre o governo turco não parava de aumentar e o anúncio público do acordo luso-britânico sobre os Açores em Outubro de 1943 apenas veio aumentar esta pressão ainda mais, pois, como já se disse, o acordo sobre os Açores deixava patente a fraqueza alemã e serviu de pretexto para que a imprensa aliada começasse a procurar levar a Turquia a «*seguir o exemplo*»³¹⁹ de Portugal. Mesmo assim, apesar de todas as pressões sobre si exercidas, o Ministério dos Negócios Estrangeiros turco continuou a deixar clara a sua intenção de não alterar a política de neutralidade seguida até então.³²⁰ O receio que a Turquia tinha de um possível ataque alemão justifica-se devido às promessas de «*imediato ataque alemão*»³²¹ contra a Turquia, feitas pelo Embaixador Von Papen, caso esta cedesse bases aos aliados, mesmo que se tratassem apenas de cedências parciais.³²²

A impressão geral que existia nos meios diplomáticos em Novembro de 1943, era a de que se estava a viver um momento de transição a resvalar rapidamente para a

³¹⁵ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *A Situação da Turquia no Caso de Guerra nos Balkans*. Proc. 1, Nº37, Istanbul. 7 de Setembro de 1943.

³¹⁶ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *A Situação da Turquia no Caso de Guerra nos Balkans*. Proc. 1, Nº37, Istanbul. 7 de Setembro de 1943.

³¹⁷ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 13 de Setembro de 1943.

³¹⁸ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 13 de Setembro de 1943.

³¹⁹ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 18 de Outubro de 1943.

³²⁰ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 18 de Outubro de 1943.

³²¹ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Expedido Para a Legação de Portugal em Ankara*. 13 de Novembro de 1943.

³²² Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Expedido Para a Legação de Portugal em Ankara*. 13 de Novembro de 1943.

beligerância.³²³ A campanha da União Soviética contra a neutralidade turca nesta altura era tão forte «*que fazia recear o pior*»³²⁴. Existia uma certa rivalidade entre os soviéticos e anglo-americanos de forma a atrair os turcos para o seu respectivo lado. Os soviéticos, desejavam a adesão turca à sua causa, não apenas por motivos de âmbito geoestratégico, mas também devido a motivos ideológicos. Por sua vez, os anglo-americanos desejavam uma maior aproximação da Turquia à sua causa, em larga medida para «*terem mais soldados para se baterem por eles*» e assim conservar intacto um maior número dos seus próprios soldados³²⁵.

Apesar das insistências do governo turco em manter a sua política de neutralidade, o facto é que em meados de Novembro de 1943, este já admitia a possibilidade de rever a sua posição «*oportunamente conforme as circunstâncias.*»³²⁶ Do ponto de vista militar, as bases aéreas turcas revestiam-se de extrema importância para os Aliados, pois permitiriam que se desalojasse mais facilmente os alemães das ilhas gregas, permitindo assim auxiliar militarmente a União Soviética e abastece-la através dos «*estreitos e Mar Negro*»³²⁷. A vitória Aliada estava nesta altura cada vez mais próxima, porém, em relação ao aspecto geral da guerra, o Ministro Francisco Calheiros notava nos Aliados um «*certo nervosismo quanto às dificuldades ainda vencer tanto no domínio militar como no político* [sic].»³²⁸

A União Soviética desejava ter um motivo de queixa contra a Turquia após a guerra³²⁹, como forma de ter um pretexto para a poder invadir militarmente e assim cumprir o velho sonho russo de conquistar a Anatólia. Neste sentido, a não entrada da Turquia na guerra também servia os interesses soviéticos, pois dava-lhe a oportunidade para no plano internacional acusar os turcos de “colaboracionismo” com os alemães e assim justificar uma futura agressão. A não participação da Turquia na guerra, foi, como

³²³ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 15 de Novembro de 1943.

³²⁴ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 15 de Novembro de 1943.

³²⁵ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 15 de Novembro de 1943.

³²⁶ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 16 de Novembro de 1943.

³²⁷ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 16 de Novembro de 1943.

³²⁸ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 16 de Novembro de 1943.

³²⁹ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 27 de Novembro de 1943.

já se disse, principalmente por motivos militares e não políticos. A falta de armamento, transportes e o estado deplorável das comunicações³³⁰ eram motivos mais do que suficientes para que os turcos evitassem ao máximo entrar num conflito que seria à partida desastroso para si mesmos. O próprio Embaixador da Alemanha na Turquia, Von Papen, considerava no início de Dezembro de 1943, que não tinha havido o menor compromisso por parte da Turquia em entrar na guerra ao lado dos Aliados e que a tática deste país consistia apenas em «*ganhar tempo*»³³¹ devido à sua carência de armamento e preparação militar. Os alemães estimavam também que armar a Turquia exigiria que os aliados se dispusessem a oferecer equipamento moderno a um exército de mais de um milhão de homens, algo que «*exigiria grandes disponibilidades material de guerra* [sic]»³³² aos anglo-americanos e que estes não tinham meios para oferecer tal. Os alemães também estimavam que na hipótese de os aliados disporem do armamento moderno para reequipar o Exército turco, continuaria mesmo assim a faltar transportes em número suficiente para distribuir o armamento com a rapidez necessária, e o mau estado generalizado em que se encontravam as vias de comunicação também não facilitava em nada a tarefa.³³³ Mesmo assim, no caso dos turcos e aliados conseguirem ultrapassar estas dificuldades, os alemães estimavam ainda que o Exército turco continuaria a carecer da demorada preparação militar necessária para empregar «*armas modernas*»³³⁴ que lhes eram inteiramente desconhecidas e que tal levaria sempre «*muitos meses*»³³⁵ a ser efectuado. Von Papen considerava a este respeito que apenas uma «*derrocada frente leste*»³³⁶ poderia precipitar a Turquia no conflito, mas que nesse

³³⁰ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 27 de Novembro de 1943.

³³¹ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 11 de Dezembro de 1943.

³³² Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 11 de Dezembro de 1943.

³³³ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 11 de Dezembro de 1943.

³³⁴ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 11 de Dezembro de 1943.

³³⁵ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 11 de Dezembro de 1943.

³³⁶ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 11 de Dezembro de 1943.

caso a «*guerra estaria perdida*»³³⁷ de qualquer forma e por isso mesmo a participação turca já não teria qualquer significado e importância para a Alemanha.³³⁸

Os Aliados com certeza que também conheciam as deficiências militares turcas, mas mesmo assim não desistiam de pedir a entrada do país no conflito. Em meados de Dezembro de 1943, o Presidente Roosevelt e Churchill pediram novamente ao Presidente İnönü que este fizesse a Turquia entrar na guerra.³³⁹ O Presidente İnönü respondeu ao pedido «*reproduzindo argumentos já transmitidos mas acrescentando que nação não queria tomar parte conflictu [sic]*».³⁴⁰ A Grã-Bretanha já estava à espera desta resposta negativa por parte do Presidente İnönü, mas insistiu em continuar a fazer pressão sobre o mesmo como forma de dar satisfação aos soviéticos que continuavam a insistir na entrada da Turquia no conflito.³⁴¹ Os objectivos que a União Soviética pretendia atingir com a entrada da Turquia no conflito eram o «*enfraquecimento estrutura social turca, diminuição eficiência militar este país que pretenderiam ver reduzida antes de guerra findar [sic]*» A Grã-Bretanha, de forma a contrapor-se a estas intenções soviéticas, continuava a fornecer armamento aos turcos na medida do possível, de forma a que estes pudessem opor-se oportunamente às pretensões que a União Soviética tinha em relação aos Balcãs.³⁴²

No fundo, a Grã Bretanha tinha todos os motivos para estar agradecida pelo facto de a Turquia continuar a ser um país independente volvidos mais de três anos após o início do conflito e apesar do governo turco ter parecido estar a «*vergar-se perante a tempestade Teutónica*»³⁴³ no Verão de 1941, o facto é que até ao Verão de 1944 não aconteceu nada mais grave do que a celebração do Acordo de Amizade e Não-Agressão

³³⁷ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 11 de Dezembro de 1943.

³³⁸ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 11 de Dezembro de 1943.

³³⁹ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 17 de Dezembro de 1943.

³⁴⁰ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 17 de Dezembro de 1943.

³⁴¹ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 17 de Dezembro de 1943.

³⁴² Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 17 de Dezembro de 1943.

³⁴³ Cfr. MEDLICOTT, W. N. – *The Economic Blockade*, vol. II, Her Majesty's Stationery Office, London, 1959. p. 236.

Turco-Germânico a 18 de Junho de 1941³⁴⁴ seguido pela celebração do Acordo Clodius a 9 de Outubro de 1941, através do qual a Alemanha conseguiu melhorar as suas perspectivas económicas (especialmente em relação ao Crómio).³⁴⁵ Foi finalmente a partir de Junho de 1944 que os «*dirigentes turcos*»³⁴⁶ começaram a mostrar sinais de que estariam dispostos a finalmente colaborar com os aliados em todos os campos.³⁴⁷ A Grã-Bretanha duvidou da sinceridade destes sinais de maior aproximação dados pelos dirigentes turcos e os aliados em geral estavam mesmo dispostos a dispensar por completo a participação da Turquia na guerra devido ao facto de nesta altura já terem chegado à conclusão de que seriam perfeitamente capazes de vencer a guerra sem precisar da participação militar turca.³⁴⁸ Provavelmente, o motivo que mais concorreu para esta relutância dos aliados em ver a Turquia entrar na guerra nesta fase tardia, foi o facto de desejarem evitar mais um país vencedor à mesa das negociações fazendo exigências territoriais e/ou económicas.

Apesar das hesitações da Grã-Bretanha, os dirigentes turcos estavam agora mais satisfeitos com a evolução da política britânica em relação à Turquia e esta despertava um «*interesse cada vez maior*» em Londres.³⁴⁹ O principal motivo para esta súbita escalada de interesse era inegavelmente o desejo britânico de manter a Turquia livre das «garras» de Estaline que pretendia sujeitar a Europa Oriental ao Imperialismo Soviético. Por outro lado, a Turquia era geopoliticamente essencial para o bloco Ocidental no pós-guerra devido à sua proximidade em relação aos campos de petróleo do Médio Oriente e também devido à sua proximidade geográfica em relação à União Soviética. Os meios do eixo presentes na Turquia encontravam-se nesta altura já «*muito deprimidos*»³⁵⁰ em relação ao aspecto geral da guerra, pois começavam agora a compreender que a guerra estava perdida e que a situação na frente leste era insustentável devido à enorme

³⁴⁴ Cfr. MEDLICOTT, W. N. – *The Economic Blockade*, vol. II, Her Majesty's Stationery Office, London, 1959. p. 236.

³⁴⁵ Cfr. MEDLICOTT, W. N. – *The Economic Blockade*, vol. II, Her Majesty's Stationery Office, London, 1959. pp. 236 - 237.

³⁴⁶ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 25 de Junho de 1944.

³⁴⁷ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 25 de Junho de 1944.

³⁴⁸ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 25 de Junho de 1944.

³⁴⁹ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 2 de Julho de 1944.

³⁵⁰ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS - *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 2 de Julho de 1944.

«superioridade numérica e material»³⁵¹ dos soviéticos. Apesar de estar numa «*má posição militar*»³⁵² e do pessimismo demonstrado pelos representantes do eixo em Ankara³⁵³, o governo turco continuava convencido de que a Alemanha seria capaz de resistir durante mais um ano devido ao seu «*grande poder militar*»³⁵⁴ e devido também ao facto de não apresentar «*sintomas de desagregação interna*».³⁵⁵

A situação política na Turquia, tanto interna como externa, agravou-se também em meados de 1944.³⁵⁶ A nível externo, a causa do agravamento da situação foram as declarações do Secretário de Estado dos Estados Unidos, Cordell Hull, sobre a necessidade de estreitar as relações entre os Aliados e a Turquia.³⁵⁷ Por outro lado, a documentação indica-nos também que circulavam nesta altura informações nos meios diplomáticos que faziam crer que o governo turco seria obrigado a proceder à revisão da sua política externa, passando a oferecer uma colaboração «*mais efectiva*»³⁵⁸ com os Aliados.

A 14 de Julho de 1944, o Ministro Conselheiro da legação de Portugal em Ankara, Francisco Calheiros, «*conversou demoradamente*»³⁵⁹ com o Embaixador alemão em Ankara, Franz von Papen e este mostrara-se «*muito preocupado*»³⁶⁰ com a situação, admitindo mesmo uma eventual ruptura de relações diplomáticas da Turquia com o Eixo, em virtude das novas pressões exercidas pelos Aliados sobre o país. O governo soviético aproveitou-se o melhor que pôde desta situação e apesar de sempre se ter publicamente mostrado como estando desinteressado sobre a evolução da política

³⁵¹ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS - *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 2 de Julho de 1944.

³⁵² Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS - *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 10 de Julho de 1944.

³⁵³ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS - *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 10 de Julho de 1944.

³⁵⁴ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS - *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 10 de Julho de 1944.

³⁵⁵ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS - *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 10 de Julho de 1944.

³⁵⁶ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS - *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 17 de Julho de 1944.

³⁵⁷ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS - *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 17 de Julho de 1944.

³⁵⁸ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS - *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 17 de Julho de 1944.

³⁵⁹ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS - *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 17 de Julho de 1944.

³⁶⁰ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS - *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 17 de Julho de 1944.

turca, o facto é que a União Soviética passou activamente a partir de Julho de 1944 a fazer uma causa comum com os Aliados no sentido de arrastar a Turquia para a guerra.³⁶¹ Começou-se nesta altura a falar abertamente nos meios diplomáticos de um possível rompimento das relações turco-alemãs e os diplomatas portugueses colocados em Ankara referem a inquietação que se começou a notar nos meios turcos³⁶² nesta altura em virtude das pressões exercidas pelos Aliados sobre a Turquia.

Em meados de Julho de 1944, o primeiro secretário da legação de Portugal em Ankara, Luiz de Castro e Almeida Mendes Norton de Matos, manteve contactos com diplomatas britânicos e o Embaixador dos Estados Unidos da América em Ankara que lhe confirmaram o facto de estarem em curso negociações entre os aliados e o governo turco «*sobre questões políticas e comerciais[sic]*».³⁶³ Estas negociações urgiam para o governo turco, pois a situação era má em termos internos, verificando-se a falta de produtos básicos e o próprio Embaixador da Turquia no Japão afirmou numa conversa com o Secretário Norton que estava mais preocupado com a situação da Turquia a nível interno, do que a nível externo.³⁶⁴ Existia já nesta altura na população turca um grande descontentamento em relação ao governo «*pela orientação seguida questões económicas [sic]*»³⁶⁵ e este tinha razões para temer desordem civil a nível interno em virtude das carências de géneros.

A Bulgária continuava em meados de 1944 a constituir uma fonte de preocupação constante para o governo turco e a sua aproximação ao Eixo levou mesmo a que fosse discutida uma possível «*colaboração turco-russa*»³⁶⁶ contra a Bulgária no caso deste país «*entrar abertamente guerra ao lado da Alemanha [sic]*».³⁶⁷ A tensão entre a Turquia e a Alemanha Nazi fazia-se já sentir nesta altura nos próprios meios diplomáticos onde os representantes alemães em Ankara afirmavam mesmo que «*este o*

³⁶¹ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 17 de Julho de 1944.

³⁶² Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 17 de Julho de 1944.

³⁶³ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 18 de Julho de 1944.

³⁶⁴ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 18 de Julho de 1944.

³⁶⁵ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 18 de Julho de 1944.

³⁶⁶ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 18 de Julho de 1944.

³⁶⁷ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 18 de Julho de 1944.

*momento mais crítico que a Alemanha tem atravessado nas suas relações com a Turquia[sic].»*³⁶⁸ As pressões aliadas, associadas à crise de géneros interna e aos graves reveses militares da Alemanha nesta fase da guerra, desencadearam na imprensa turca toda uma série de notícias alarmantes, chegando o governo turco ao ponto de proibir alguns jornais de forma a tentar acalmar os ânimos.³⁶⁹ Por outro lado, circulavam também rumores nos meios diplomáticos nesta altura que falavam de uma cedência de bases turcas aos aliados «*na costa ocidental Anatólia [sic].»*³⁷⁰ Estes rumores apenas ajudaram a criar um clima de ainda maior mal-estar entre os diplomatas alemães e o governo turco. Apesar de à partida parecer que a Alemanha poderia em desespero atacar a Turquia, na realidade os alemães estavam já tão desgastados nesta fase da guerra que o próprio Conselheiro da Embaixada Alemã em Ankara confidenciou ao representante da diplomacia portuguesa que «*dadas condições difíceis em que se encontra Alemanha não declararia guerra Turquia mas não deixaria reagir contra qualquer acto que atingisse gravemente seus interesses neste país [sic].»*³⁷¹ A grande preocupação para os anglo-americanos era nesta altura a influência soviética que começava a tentar alargar a «*sua influência nesta zona»*³⁷² em prejuízo da posição dos aliados na mesma.³⁷³ Esta situação verdadeiramente preocupante para Churchill e Roosevelt, levou a que os mesmos aliviassem a pressão sobre a Turquia e lhe fizessem algumas concessões em termos comerciais a troco da mesma «*seguir política favorável aliados, sem que tal implique entrada Turquia na guerra [sic].»*³⁷⁴ Apesar desta aproximação aos aliados, a imprensa local em Ankara considerava em Julho de 1944 que as «*relações turco-soviéticas»*³⁷⁵ eram mais estreitas do que em 1940.³⁷⁶

³⁶⁸ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 18 de Julho de 1944.

³⁶⁹ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 21 de Julho de 1944.

³⁷⁰ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 21 de Julho de 1944.

³⁷¹ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 21 de Julho de 1944.

³⁷² Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 21 de Julho de 1944.

³⁷³ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 21 de Julho de 1944.

³⁷⁴ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 25 de Julho de 1944.

³⁷⁵ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 25 de Julho de 1944.

³⁷⁶ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 25 de Julho de 1944.

Foi apenas no final de Julho de 1944 que o governo turco decidiu definitivamente começar a «*apoiar por todos os meios causa aliados [sic]*»³⁷⁷, porém, este ressalva simultaneamente que o apoio será dado apenas «*à medida circunstâncias permitirem.*»³⁷⁸ A Turquia desejava assim aderir à causa dos Aliados, mas reservava as «*concessões supremas*»³⁷⁹ aos mesmos apenas para quando as operações militares nos Balcãs garantissem que seriam «*impossíveis ou fracas represálias Alemanha [sic].*»³⁸⁰ A Grã-Bretanha já não via vantagens nesta fase da guerra em arrastar a Turquia para a mesma ou em arriscar um possível ataque alemão contra a Anatólia que apesar de ser já muito improvável devido à grave situação em que se encontrava a Alemanha em termos militares, era ainda tecnicamente possível.³⁸¹

Um dos principais motivos que levava a Turquia a querer aproximar-se dos aliados cada vez mais nesta fase do conflito, era o seu desejo de poder «*tomar posição*»³⁸² na eventual conferência de paz do pós-guerra e poder obter também por parte dos aliados uma garantia de defesa «*contra futura expansão soviética [sic].*»³⁸³ Este permanente receio turco de uma eventual expansão soviética, associado ao desejo anglo-americano de manter os soviéticos afastados do Médio Oriente, foi o principal motivo por detrás do fracasso das «*negociações russo-turcas*»³⁸⁴. O governo turco estava convencido de que a União Soviética desejava controlar o Bósforo e o Estreito dos Dardanelos e posteriormente alterar o regime em Ankara.³⁸⁵ Estas pretensões íam obviamente contra os interesses da Grã-Bretanha no Mediterrâneo Oriental e por isso mesmo a partir desta altura começou a intensificar-se cada vez mais a aproximação entre a Grã-Bretanha, os Estados Unidos da América e a Turquia. O governo turco sabia

³⁷⁷ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 27 de Julho de 1944.

³⁷⁸ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 27 de Julho de 1944.

³⁷⁹ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 27 de Julho de 1944.

³⁸⁰ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 27 de Julho de 1944.

³⁸¹ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 27 de Julho de 1944.

³⁸² Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 27 de Julho de 1944.

³⁸³ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 27 de Julho de 1944.

³⁸⁴ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 27 de Julho de 1944.

³⁸⁵ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 27 de Julho de 1944.

já perfeitamente bem nesta altura que a guerra estava perdida para o Terceiro Reich e que a única forma de poder resistir ao Imperialismo Soviético no pós-guerra seria através de uma aliança político-militar com o Ocidente capitalista.

A 2 de Agosto de 1944, a Turquia cortou finalmente as suas relações «comerciais e diplomáticas»³⁸⁶ com a Alemanha. Na ocasião, o Presidente do Conselho Turco proferiu um discurso onde declarou «*que Inglaterra pediu Turquia, no quadro da aliança, romper relações económicas e diplomáticas com Alemanha e que Estados Unidos apoiaram pedido britânico; que Govêrno turco subordinara sua decisão à satisfação dos pedidos que fizera de auxílio económico, financeiro e de material de guerra tendo inglês dado resposta positiva [sic].*»³⁸⁷ Segundo o secretário Norton da legação portuguesa em Ankara, «*em nenhum lugar do seu longo discurso Presidente do Conselho se referiu preliminar em correlação rompimento. Ao Embaixador Von Papen teria êle dito que cedendo forte pressão anglo-americana Govêrno turco decidira opinião geral mas não cessão de bases, esperando assim Turquia manter-se numa atitude passiva que o mesmo Presidente classificou “entre não beligerância e estado de guerra”. Presidente da República Turquia teria também afirmado Embaixada da Alemanha que Govêrno turco resolvera aceder pedido anglo-americano julgando concorrer encurtamento guerra obrigando alemão retirar Balcans, mas que rutura de relações não implicava entrada dêste país beligerância a não ser fosse atacado. Von Papen teria respondido turcos ficariam assim á mercê ambições soviéticas contra as quais só Alemanha poderia opor-se. Parece confirmar-se russos não intervieram negociações que levaram rompimento limitando-se tratar com Govêrno turco problema Bulgária sobre o qual recebi agora informação segura que transmitirei a V. Exa. próximo X . Sôbre a situação países Eixo não abrangidos rutura Embaixador da Alemanha haveria dito não caber Govêrno alemão pedir-lhes se solidarizem com êle, pois tal iniciativa deveria partir referidos países. Ignora-se aqui que atitude tomarão estes, mas julga-se, pelo menos, países balcânicos prefeririam deixar-se levar nova corrente política e diplomática que obrigará alemães abandonar Balcans [sic].*»³⁸⁸

³⁸⁶ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 6 de Agosto de 1944.

³⁸⁷ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 6 de Agosto de 1944.

³⁸⁸ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 6 de Agosto de 1944.

Em reacção a esta ruptura de relações turco-alemãs, o jornal soviético *Pravda* publicou um artigo onde classificava a atitude turca de «*tardia*»³⁸⁹ e considerava que a mesma consistia numa acção que «*já não poderia influir resultado [sic]*»³⁹⁰ da guerra. Este artigo do jornal *Pravda* era um reflexo do pensamento soviético e não deixou de provocar uma «*certa inquietação*»³⁹¹ no meio político turco que se mostrava bastante apreensivo em relação às atitudes da União Soviética e receava possíveis retaliações contra si uma vez terminada a guerra. Algumas semanas depois foi a vez do governo turco cessar as «*suas relações diplomáticas com Vichy*»³⁹² e mandar regressar de volta à Turquia todos os «*representantes diplomáticos turcos*»³⁹³ em França. Simultaneamente, o governo turco «*deixou ipso facto de reconhecer existência [sic]*»³⁹⁴ da Embaixada de França em Ankara.³⁹⁵ A Turquia cessava assim por completo as suas relações diplomáticas com as forças do Eixo na Europa.

A 1 de Setembro de 1944, precisamente cinco anos após o início da Segunda Guerra Mundial, o Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa foi informado de que os «*adidos militares Aliados e Neutros*»³⁹⁶ em Ankara eram de «*parecer unânime*»³⁹⁷ de que a Alemanha não poderia resistir materialmente mais do que dois meses devido à «*inferioridade numérica*»³⁹⁸ dos seus exércitos, falta de aviação e de carburantes. Os Aliados calculavam também que os alemães haviam perdido em França «*para cima de 500.000 homens entre mortos feridos e prisioneiros [sic].*»³⁹⁹ Por outro lado, os técnicos militares Aliados estimavam também que a Alemanha não seria capaz

³⁸⁹ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação Portuguesa em Ankara*. 11 de Agosto de 1944.

³⁹⁰ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação Portuguesa em Ankara*. 11 de Agosto de 1944.

³⁹¹ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação Portuguesa em Ankara*. 11 de Agosto de 1944.

³⁹² Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação Portuguesa em Ankara*. 26 de Agosto de 1944.

³⁹³ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação Portuguesa em Ankara*. 26 de Agosto de 1944.

³⁹⁴ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação Portuguesa em Ankara*. 26 de Agosto de 1944.

³⁹⁵ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação Portuguesa em Ankara*. 26 de Agosto de 1944.

³⁹⁶ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação Portuguesa em Ankara*. 1 de Setembro de 1944.

³⁹⁷ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação Portuguesa em Ankara*. 1 de Setembro de 1944.

³⁹⁸ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação Portuguesa em Ankara*. 1 de Setembro de 1944.

³⁹⁹ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação Portuguesa em Ankara*. 1 de Setembro de 1944.

de «*alinhar mais de 50 divisões para opôr-se ataque a ocidente onde Aliados já teriam desembarcado cêrca de 80 divisões [sic].*»⁴⁰⁰ Como resposta a esta gigantesca ofensiva Aliada, o Terceiro Reich respondeu com «*medidas excepcionais de mobilização geral [sic]*»⁴⁰¹, porém, estas tropas recém recrutadas pela Alemanha não estavam de forma alguma «*suficientemente preparadas para conter invasão inimiga monstruosa diversas frentes [sic]*»,⁴⁰² pois eram constituídas na sua maioria por crianças recrutadas a partir dos quadros da Juventude Hitleriana, antigos combatentes da Primeira Guerra Mundial e idosos. Estas acções desesperadas por parte do Terceiro Reich que estava já a viver os seus dias finais, fizeram com que os «*técnicos*»⁴⁰³ Aliados estimassem que por esta «*ordem de ideias*»⁴⁰⁴, a Alemanha fosse capitular dentro de algumas semanas. Vários generais Aliados julgavam mesmo como sendo possível que se pudesse provocar a rendição da do Terceiro Reich até ao Natal de 1944.⁴⁰⁵

Apesar de todos os esforços da Turquia nesta fase da guerra para se mostrar amiga da causa dos aliados, as suas relações com a União Soviética continuavam miseráveis como se pode depreender deste telegrama recebido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros a 4 de Outubro de 1944:

«Relações entre U.R.S.S. e Turquia parece não serem as melhores; só aparentemente traduzem amizade e entendimento. Imprensa soviética continua referir-se este país em termos agressivos injuriosos. Há poucos dias Pravda acusou Govêrno turco prosseguir política equilibrismo interesseiro sem qualquer utilidade para aliados e afirmou Turquia apenas em palavras mudára rumo. Mesmo jornal acrescentava: ruptura relações com Alemanha tinha sido simples “ruptura cordial”; enquanto Espanha seguia política oportunista de “neutralidade objectiva” Turquia copiou método Argentina base imperialismo germânico na América do Norte. Nunca Turquia deixou de ajudar Alemanha fazendo um jôgo que “não é honroso nem inteligente”. Artigo Pravda terminava por estas palavras ameaçadoras: «Tomaremos em

⁴⁰⁰ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação Portuguesa em Ankara*. 1 de Setembro de 1944.

⁴⁰¹ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação Portuguesa em Ankara*. 1 de Setembro de 1944.

⁴⁰² Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação Portuguesa em Ankara*. 1 de Setembro de 1944.

⁴⁰³ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação Portuguesa em Ankara*. 1 de Setembro de 1944.

⁴⁰⁴ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação Portuguesa em Ankara*. 1 de Setembro de 1944.

⁴⁰⁵ Cfr. GILBERT, Martin – *A Segunda Guerra Mundial*. Dom Quixote, Lisboa, 1989.

consideração atitude Turquia; é tempo pôr termo esta baixa manobra equilíbrio de tipo Argentina». Tôdas estas apreciações desprimorosas têm sido repetidas a jornais russos e emissões rádio Moscou aumentando inquietação neste país. Acresce facto alastramento influência sovietes Balcans que toma para Turquia proporções alarmantes como prova decisão comando russo ocupação dos territórios Trácia e Macedónia. Novo Embaixador da Turquia em Moscou esperou mais de um mês resposta Governo soviético pedido de “agrément”.

a) Norton [sic]»⁴⁰⁶

Existia no fim de 1944 um nervosismo generalizado nos meios diplomáticos dos países com regimes nacionalistas e/ou de inspiração fascista como era o caso da Turquia e Portugal. A causa deste nervosismo era o eminente colapso da Alemanha Nazi que se temia que provocasse desordem civil generalizada nos estados onde existissem «quintas colunas» anarquistas e marxistas. Este nervosismo ficou patente no telegrama enviado para o Ministério dos Negócios Estrangeiros pelo secretário Norton da legação portuguesa em Ankara a 6 de Dezembro de 1944:

«Recentes crises políticas e movimentos anarquia registados simultaneamente com idênticas características na Bélgica Itália Jugoslávia e Grécia têm sido muito comentados meios turcos que receiam desordem social se propague outros estados. É convicção geral tais perturbações são resultado acção sistemática e coordenada organização comunistas espalhados pelo mundo as quais julgariam ocasião oportuna para se manifestar desvirtuando em nome liberdade democracia revoluções nacionalistas lançando massas populares contra governos e criando estado de anarquia. Singular parece ser facto agitações referidas terem surgido no mesmo momento no lugar onde influência inglesa se apresentava preponderante e se verificava apoio britânico às causas reinantes daqueles países. Ao mesmo tempo Governo soviético proclamou necessidade estados eslavos se unirem formando um bloco intimamente ligado U.R.S.S. segundo plano segurança exposto já poucos dias por Estaline. Todos estes factos são aqui estudados com viva atenção.

⁴⁰⁶ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 4 de Outubro de 1944.

A documentação disponível, deixa claro que a Turquia, no final do ano de 1944 se sentia cada vez mais ameaçada pela «*expansão soviética*»⁴⁰⁸ e o facto de a Bulgária ter começado a fazer então abertamente uma «causa comum» com a União Soviética levou a um agravar ainda maior deste sentimento. Em meados de Dezembro de 1944, o próprio secretário-geral do partido búlgaro *Zveno* anunciou publicamente que a «*política externa Bulgária estava definitivamente ligada Moscou por força imperativo histórico-geográfico que prenderia para sempre povo búlgaro à União Soviética [sic].*»⁴⁰⁹

A Turquia declarou guerra à Alemanha Nazi e ao Japão a 23 de Fevereiro de 1945. No fundo, esta declaração de guerra foi apenas um acto simbólico da parte dos turcos para que estes pudessem participar no concerto das nações de forma legítima uma vez findada a guerra. Era vital para os turcos participarem na Conferência de São Francisco em 1945 e conseguir um lugar nas Nações Unidas. Por este motivo a declaração de guerra à Alemanha e ao Japão foi um passo essencial para se poder atingir estes objectivos. Para trás ficaram quase seis anos de longas e duras «jogadas» diplomáticas de forma a evitar a entrada na guerra e a consequente ruína do povo turco.

A Alemanha por sua vez lutou até ao fim tal como Hitler havia prometido e fazendo *jus* da sua promessa de que «*um povo “demasiado fraco”, que não tinha sido capaz de cumprir o seu destino histórico, de ganhar aquela guerra reputada como vital e inscrita como um destino e uma necessidade no fio da História, “não merecia viver”.* Na Alemanha, até ao dia da derrota, poucos foram capazes de contrariá-lo e de resistir à política de terra queimada, a essa “ordem de Nero”, decretada pelo Führer em Março de 1945, que deveria ter efeitos apocalípticos deixando ao inimigo uma “terra germânica” deserta e em cinzas. Até ao momento em que a derrota foi formalizada, os

⁴⁰⁷ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 6 de Dezembro de 1944.

⁴⁰⁸ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 20 de Dezembro de 1944.

⁴⁰⁹ Cfr. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – *Telegrama Recebido da Legação de Portugal em Ankara*. 20 de Dezembro de 1944.

*alemães que tentaram impedir a vertigem de destruição pretendida pelo ditador, pagaram-no quase sempre com a vida.»*⁴¹⁰

Quando a guerra terminou, cerca de \$44 milhões de dólares tinham sido confiscados ao Terceiro Reich pela Turquia aquando da declaração de guerra desta.⁴¹¹ Mais \$5 milhões de dólares em ouro pilhado pelos nazis foram também encontrados na Turquia e apesar de todos os esforços dos aliados para que os turcos devolvessem este dinheiro e ouro, o facto é que a Turquia acabou por nunca entregar nada aos aliados e estes por sua vez, já a entrar em clima de Guerra Fria, desistiram de forçar a posição turca, tendo-se contentado os anglo-americanos simplesmente com o facto de esta passar a ser um fiel aliado da Nato que via agora como uma salvaguarda contra o temido imperialismo soviético.⁴¹²

Deve ser tido em conta que apesar das promessas de resistência militar contra qualquer agressão, feitas pela diplomacia turca. Na realidade, as Forças Armadas da Turquia à época não passavam de um autêntico «tigre de papel». Os turcos, historicamente especialistas na dissimulação, tentaram também durante a Segunda Guerra Mundial passar para o exterior a imagem de possuírem umas Forças Armadas muito poderosas e capazes de defenderem o seu território contra qualquer invasor. Aliás, esta imagem que o governo turco se preocupou em projectar para o exterior, foi indubitavelmente um dos motivos que contribuiu para que Hitler e Estaline tivessem hesitado em avançar sobre a Turquia.

Por outro lado, a fraqueza das Forças Armadas Turcas foi um factor impeditivo de estas poderem participar ao lado de qualquer uma das partes em conflito durante a Segunda Guerra Mundial.⁴¹³ É possível até que a Turquia tivesse entrado na guerra ao lado do Terceiro Reich se esta tivesse umas Forças Armadas à altura de tal tarefa, porém, a Turquia já havia sido aliada da Alemanha durante a Primeira Guerra Mundial e tinha sido severamente punida pela França e Grã-Bretanha após a sua derrota nessa

⁴¹⁰ BEBIANO, Rui – *Alemanha'45. Coreografia da Queda*. A Terceira Noite [Em Linha]. 30 de Outubro de 2012. [Consulta: 12 de Julho de 2013]. Disponível em: <http://aterceiranoite.org/2012/10/30/alemanha45-coreografia-da-queda/>.

⁴¹¹ Cfr. DENNISTON, Robin - *Churchill's Secret War: Diplomatic Decrypts, The Foreign Office and Turkey 1942-44*. Chancellor Press, 2000.

⁴¹² Cfr. DENNISTON, Robin - *Churchill's Secret War: Diplomatic Decrypts, The Foreign Office and Turkey 1942-44*. Chancellor Press, 2000.

⁴¹³ Cfr. ÖNSOY, Murat – *The World War Two Allied Economic Warfare: The Case of Turkish Chrome Sales*. Aus der Türkei: Inaugural-Dissertation in der Philosophischen Fakultät und Fachbereich Theologie des Friedrich-Alexander-Universität Erlangen Nürnberg.

mesma guerra, este facto sem dúvida que terá contribuído para que o governo turco tivesse pensado duas vezes antes de embarcar novamente em qualquer «aventura» militar do género. Não podemos deixar de ter em conta que a tentação de embarcar na guerra ao lado de Hitler terá sido considerada pelo governo turco, especialmente entre 1940 e 1941 quando a Alemanha Nazi obteve as suas maiores vitórias bélicas ao derrotar a França e colocar de joelhos a União Soviética. Para o governo turco, a possibilidade de poderem participar numa guerra ao lado da Alemanha contra a União Soviética significava a possibilidade de pela primeira vez na história poderem esmagar por completo o seu archi-inimigo russo e simultaneamente expandirem-se territorialmente para dentro da União Soviética. Por todos estes motivos, é legítimo concluir que uma participação da Turquia na guerra ao lado do Eixo teria sido provável se as Forças Armadas turcas estivessem à altura de tal tarefa.

A Turquia possuía até um exército bastante numeroso, porém, este carecia em larga medida de tecnologia moderna. Em termos defensivos, as Forças Armadas Turcas estavam relativamente à altura da tarefa e já tinham demonstrado a sua capacidade durante a Guerra da Independência Turca. Porém, em termos agressivos, os turcos não tinham forças militares capazes de enfrentar os modernos exércitos europeus equipados com a tecnologia de ponta da época. Em termos geográficos, o próprio território turco também não era propício a um potencial invasor e as más vias de comunicação e transporte impediam um avanço rápido de qualquer exército que pretendesse invadir a Anatólia. As tácticas da *Blitzkrieg*, tão famosamente colocadas em prática durante a invasão da França e nas etapas iniciais da invasão da União Soviética, dificilmente poderiam ser repetidas no território turco.⁴¹⁴

O governo turco desde a declaração da independência do país em 1923, tinha sempre dado prioridade ao desenvolvimento económico e não à modernização das forças armadas. Apenas à medida que as tensões internacionais subiram na Europa durante a década de 1930 é que os políticos turcos começaram, de facto, a preocupar-se seriamente com o estado obsoleto em que se encontrava o exército turco. Isto levou a que fossem encetados esforços para modernizar a defesa nacional turca, mas esta modernização foi feita de forma demasiado lenta e a mecanização era quase inexistente.

⁴¹⁴ Cfr. ÖNSOY, Murat – *The World War Two Allied Economic Warfare: The Case of Turkish Chrome Sales*. Aus der Türkei: Inaugural-Dissertation in der Philosophischen Fakultät und Fachbereich Theologie des Friedrich-Alexander-Universität Erlangen Nürnberg.

A título de exemplo, para se conseguir mover algumas divisões militares dentro do próprio território turco, eram necessários meses, algo que só por si representa bem a pobreza em termos de mecanização que afectava as forças armadas turcas.⁴¹⁵

Ismet İnönü tinha colocado como uma das prioridades da sua política, a construção de estradas e caminhos de ferro, porém, à data da Segunda Guerra Mundial continuava a existir apenas uma única linha de caminho de ferro a atravessar toda a Anatólia.⁴¹⁶

As grandes potências europeias da época como a Grã-Bretanha e a Alemanha, tinham conhecimento da obsolência das Forças Armadas Turcas. Von Papen, o embaixador alemão em Ankara, chegou mesmo a louvar a «*coragem e tenacidade*»⁴¹⁷ do soldado turco, mas simultaneamente ele sabia perfeitamente bem que as Forças Armadas Turcas careciam de tanques, artilharia moderna e de uma Força Aérea minimamente à altura de defender um território da dimensão da Anatólia. Também não possuíam praticamente qualquer tipo de artilharia anti-aérea nem artilharia anti-tank. O radar era para os militares turcos uma tecnologia desconhecida e a tecnologia de comunicações militares era bastante rudimentar e primitiva. Para além de não possuírem quase nenhuma destas armas imprescindíveis para combater uma guerra contra potências europeias na época em questão, as Forças Armadas Turcas também não possuíam nem o *know how*, nem a indústria necessária para produzir as mesmas, o que significava que esta estava totalmente dependente do exterior em termos de armamento.⁴¹⁸ No fim, acabou mesmo por ser esta carência em termos de preparação militar que ditou a política de neutralidade seguida a todo o custo pelo governo turco até aos últimos dias do conflito, altura em que por mero simbolismo oportunista a Turquia decidiu entrar na guerra e sentar-se assim ao lado dos vencedores da mesma.

⁴¹⁵ Cfr. ÖNSOY, Murat – *The World War Two Allied Economic Warfare: The Case of Turkish Chrome Sales*. Aus der Türkei: Inaugural-Dissertation in der Philosophischen Fakultät und Fachbereich Theologie des Friedrich-Alexander-Universität Erlangen Nürnberg.

⁴¹⁶ Cfr. ÖNSOY, Murat – *The World War Two Allied Economic Warfare: The Case of Turkish Chrome Sales*. Aus der Türkei: Inaugural-Dissertation in der Philosophischen Fakultät und Fachbereich Theologie des Friedrich-Alexander-Universität Erlangen Nürnberg.

⁴¹⁷ Cfr. ÖNSOY, Murat – *The World War Two Allied Economic Warfare: The Case of Turkish Chrome Sales*. Aus der Türkei: Inaugural-Dissertation in der Philosophischen Fakultät und Fachbereich Theologie des Friedrich-Alexander-Universität Erlangen Nürnberg.

⁴¹⁸ Cfr. ÖNSOY, Murat – *The World War Two Allied Economic Warfare: The Case of Turkish Chrome Sales*. Aus der Türkei: Inaugural-Dissertation in der Philosophischen Fakultät und Fachbereich Theologie des Friedrich-Alexander-Universität Erlangen Nürnberg.

Considerações Finais

A neutralidade turca durante a Segunda Guerra Mundial é algo que tem sido bastante relegado para segundo plano na esmagadora maioria das obras historiográficas de carácter geral, porém, esta posição de neutralidade adoptada pelo governo turco foi algo que teve uma influência bastante maior do que seria de esperar no desfecho final do conflito. A maior fraqueza alemã durante a guerra era a sua falta de carburantes e minérios essenciais como o volfrâmio e o cromo. A Turquia tinha o cromo, mas não era, nem nunca foi uma grande produtora de petróleo, porém, a sua estratégica localização geográfica colocavam-na próximo de vários campos petrolíferos importantes como os do Iraque e os do Cáucaso Soviético. Indubitavelmente, se a Turquia tivesse celebrado uma aliança com o Terceiro Reich durante a Segunda Guerra Mundial, esta aliança teria representado uma grave ameaça para os campos de petróleo que a União Soviética possuía no Cáucaso. Por outro lado, a captura dos campos de petróleo do Iraque teria permitido ao Terceiro Reich cortar os abastecimentos de combustível à *Royal Navy* que estava localizada no Mediterrâneo e às forças britânicas colocadas no Egipto.

Hitler passou uma grande parte da guerra desejoso de arrastar a Turquia para a mesma e como a Turquia e a Alemanha já haviam sido aliadas durante a Primeira Guerra Mundial e sofreram ambas as amarguras da derrota, os laços entre os dois países eram mais do que óbvios. Foi a Franz von Papen, o Embaixador alemão em Ankara, que couberam os maiores esforços diplomáticos para arrastar a Turquia para o lado do Terceiro Reich e foi nessa linha que se celebrou o Tratado de Amizade entre a Turquia e a Alemanha a 18 de Junho de 1941, apenas quatro dias antes do início da Operação Barbarossa. Os objectivos de Franz von Papen na Turquia foram essencialmente de ordem militar e económica. O objectivo militar, como já se disse, era o de conseguir convencer o governo turco a participar na guerra ao lado do Terceiro Reich. Por sua vez o objectivo económico consistia em aumentar ao máximo a cooperação económica da

Alemanha com a Turquia, mais especificamente, garantir o fornecimento dos bens e matérias-primas essenciais para o esforço de guerra do Terceiro Reich.

A política de neutralidade seguida pelo governo turco, vista à distância que só o tempo permite, foi a política mais correcta que o governo turco poderia ter seguido dadas as trágicas circunstâncias, pois não só permitiu poupar a Turquia aos horrores da guerra, como permitiu-lhe também sentar-se ao lado dos vencedores da mesma uma vez terminado o conflito. O Terceiro Reich não ficou especialmente afectado pela não participação turca na guerra, pois o mesmo sabia que o Exército Turco estava extremamente impreparado para combater numa guerra europeia, quer por inexperiência, quer por carência de armamento e treino. Aos alemães interessava-lhes acima de tudo o minério turco, nomeadamente o precioso crómio que era vital para produzir aço utilizado na construção de variado armamento. A Turquia foi durante toda a guerra a principal fonte de crómio para a Alemanha, da mesma forma que Portugal ocupou durante a guerra um lugar cimeiro no fornecimento de Volfrâmio para o Terceiro Reich. Até 1942 – 1943, o Terceiro Reich exerceu uma política de pressão sobre a Turquia, mas esta para além das exportações de crómio, continuou a cumprir zelosamente o seu papel de potência neutral. Neste contexto, navios, aviões ou tropas pertencentes às forças do Eixo não estavam permitidas a entrar ou a atravessar a Anatólia e o governo turco sabia que isto tinha de ser escrupulosamente colocado em prática de forma a evitar represálias por parte dos Aliados.

Também os Aliados tiveram interesse na fase inicial do conflito em ter a Turquia do seu lado, porém, assim que se aperceberam da real fraqueza militar das Forças Armadas Turcas, este limitaram-se a contentar-se com a política de neutralidade seguida pelo governo turco que só por si já bastava para travar o acesso do Terceiro Reich aos campos de petróleo da região. A política de neutralidade seguida pelo governo turco durante a Segunda Guerra Mundial, foi, como já se disse, a opção que mais balançava a favor dos melhores interesses do povo turco. Mas é necessário ter também em conta que esta não foi de forma alguma uma política unânime no seio do governo e do Exército turco. Havia oficiais turcos que desejavam entrar na guerra lado a lado com o Eixo, acreditando que assim estariam a efectuar uma «vingança» contra a Grã-Bretanha e a França que tentaram destruir a Turquia nos anos posteriores à Primeira Grande Guerra. Por outro lado, entrar no conflito ao lado do Eixo era também para muito oficiais turcos uma forma de tentarem realizar o velho sonho otomano de destruir o a Rússia e, neste

caso, também o Bolchevismo visto negativamente pelo governo kemalista. Os rápidos e espectaculares sucessos militares obtidos na fase inicial da guerra pelas forças do Eixo, através de uma correcta execução das táticas da *Blitzkrieg*, contribuíram também para esta atitude pró-Eixo por parte de algumas patentes do Exército turco. Ao invés, o President Ismet İnönü nunca acreditou na possibilidade de uma vitória do Eixo na guerra e a sua política demonstrou durante todo o conflito uma extrema preocupação em relação a Estaline e ao que poderia vir a suceder no pós-guerra com a União Soviética.

A política externa portuguesa seguida por Salazar, ficou muito a dever ao próprio contexto conturbado da época. É necessário ter em conta que Salazar havia formado o seu pensamento político no rescaldo da Primeira Grande Guerra e este era largamente influenciado pelo Catolicismo anti-bolchevista muito em voga nos círculos nacionalistas da época. Salazar sabia que a Segunda Guerra Mundial poderia ter efeitos extremamente nefastos a nível económico, financeiro e político, podendo mesmo colocar o próprio regime em causa. Por este motivo, a política externa portuguesa seguida durante o conflito pautou-se por uma atitude de automarginalização de Portugal em relação à política europeia continental. A pedra angular da política estratégica nacional seguida durante este período foi a «Velha Aliança» Luso-Britânica. Esta aliança era baseada acima de tudo numa realidade estrutural à qual o regime não podia escapar mesmo que quisesse e que o condicionava quer a nível interno, como externo.

A política de neutralidade seguida por Portugal no conflito foi também sempre do interesse britânico, pois permitia evitar uma nova frente de guerra na Ibéria. Segundo João Paulo Avelãs Nunes, «*tal como na generalidade dos países neutrais – Suíça e Suécia, Espanha, Turquia e Argentina -, procurou-se, entre nós, evitar o envolvimento directo no conflito; limitar os danos e ampliar as vantagens económico-financeiras decorrentes da guerra; responder a necessidades e exigências de alguns dos grupos socioprofissionais mais influentes ou activos. Obtiveram-se da “Grande Alemanha” armamento, bens industriais e outras mercadorias que os Aliados não podiam fornecer ou cuja entrega fariam depender da adopção por Lisboa de um estatuto de “pré-beligerância”*».⁴¹⁹

⁴¹⁹ Cfr. NUNES, João Paulo Avelãs – *O Estado Novo e o Volfrâmio (1933 – 1947)*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010. p. 508.

Como resultado da habilidade diplomática do Presidente İsmet İnönü, a Turquia e o povo turco conseguiram escapar de um desastre sangrento que levou à morte de dezenas de milhões de pessoas em apenas cerca de meia década. Apesar deste aparente e nítido sucesso em termos político-diplomáticos, a Turquia sentia-se internacionalmente isolada no fim da Segunda Guerra Mundial e Portugal não ficou atrás neste aspecto. A neutralidade portuguesa, tal como a neutralidade turca, foi um produto das circunstâncias que se ficou a dever ao facto de o regime, ao contrário do que aconteceu em 1914/1918, não precisar de forçar a beligerância para a sua manutenção. Apesar de geograficamente estarem posicionados nos extremos do Mediterrâneo e terem culturalmente pouco a ver entre si, o facto é que tanto Portugal como a Turquia partilharam várias características em comum durante o conflito. Foram ambas nações exportadoras de minério essencial para o esforço de guerra, nomeadamente o volfrâmio no caso português e o crómio no caso turco. Estes minérios foram alvo da cobiça do Terceiro Reich que via nos mesmos uma fonte essencial para abastecer a sua indústria militar.

Os Aliados pressionaram fortemente tanto o regime turco, como o português para deixar de vender minério à Alemanha Nazi, no entanto, estas vendas foram efectuadas até uma fase tardia do conflito, altura em que pararam, pois a derrota alemã era mais do que evidente. Tanto Portugal como a Turquia forneceram minério à Alemanha, não apenas por motivos económicos, mas também por motivos estratégicos e ideológicos. No caso turco, o motivo terá sido principalmente estratégico, pois agradava ao regime kemalista o facto de o crómio por si fornecido à Alemanha estar a ser usado em combate contra o seu arqui-inimigo histórico – a Rússia. Quanto a Portugal, o motivo para a continuada venda de Volfrâmio à Alemanha era não apenas económico, como também ideológico. A luta contra o bolchevismo só poderia ser vista com bons olhos pelo regime salazarista, que considerava até como sendo «repugnante» a aliança celebrada entre a União Soviética e a Grã-Bretanha. Ambas as nações partilharam também em comum o facto de terem evitado ao máximo a entrada na guerra e conseguiram-no de forma eficaz. O facto de a Turquia ter formalmente declarado guerra à Alemanha nos dias finais do conflito não chega para lhe retirar o estatuto de potência neutra. Em termos de governo, tanto Portugal como a Turquia eram governados por regimes autoritários. O Estado Novo, ideologicamente nacionalista, corporativista e católico pode ser descrito como um regime seguidor de um «Fascismo Clerical» devido

à larga influência católica do regime que pretendia preservar o «Portugal rural» e dos «brandos costumes». Apesar de também ter sido em certa medida um regime conservador, o Kemalismo seguido pelo regime turco distinguia-se do Salazarismo devido à sua ânsia laicista e modernizadora que o próprio António Ferro testemunhou e relatou na obra *Viagem à Volta das Ditaduras*. Portugal partilhava também com a Turquia o facto de serem ambas nações bastante atrasadas do ponto de vista industrial, algo que em larga medida condicionou e determinou a sua neutralidade no conflito, pois não possuíam a estrutura industrial, civil ou militar, para empreenderem um esforço de guerra moderno ao nível tecnológico da década de 1940.

A dependência económica de Portugal e da Turquia em relação à Grã-Bretanha para garantir os seus abastecimentos essenciais, era mais uma característica que ambas as nações partilhavam e que também limitava a sua capacidade militar. Em relação ao Holocausto, ambas as nações tiveram um papel activo na recolha de refugiados de guerra e judeus, porém, o tratamento oferecido aos mesmos diferiu bastante. Na Turquia o governo turco acolheu os judeus como uma oportunidade de conseguir mais capital humano, bem preparado e educado para auxiliar no processo de modernização do país. Ao invés, em Portugal, o regime temia que os judeus oriundos do centro da Europa viessem a alterar os hábitos e costumes sociais e que quebrassem a «harmonia» da sociedade. Por este motivo, de todos os refugiados judeus que Portugal acolheu durante o conflito, foram muito poucos os que acabaram por ficar, tendo a maioria regressado aos seus países de origem, ou a outros países que criaram as condições adequadas e necessárias para o seu acolhimento.

Anexos

Anexo I – Comunicado Diplomático do Governo Turco Sobre a Declaração de Guerra à Alemanha e ao Japão a 23 de Fevereiro de 1945

Ankara, le 23 Février 1945

Monsieur le Chargé d'Affaires,

J'ai l'honneur de porter à votre connaissance que la Grande Assemblée Nacional de Turquie a voté, ao cours de sa séance du 23 Février 1945, une motion de déclaration de guerre à l'Allemagne et au Japon, avec entrée en vigueur immédiate .

Je vous prie de bien vouloir communiquer à votre Gouvernement ce qui précède et je saisis cette occasion pour vous réitérer les assurances de ma parfaite considération [sic].

[Assinatura ilegível]

Anexo II – O Direito de Asilo e as Notas Aliadas

Istanbul, 4 de Agosto de 1943.

Ao Ministerio

Proc, L

N.32

“Direito de asilo e as notas aliadas”.

O Snr. Numan Menemencioglu, Ministro dos Negocios Estrangeiros da Turquia, passa geralmente os dois meses mais quentes do ano ano numa pequena propriedade situada na pequena bahia de Moda, na costa asiatica em frente de Istanbul, onde começa, à saída do Bosphoro o Mar de Marmara. Tinha chegado de Ankara havia poucas horas quando recebeu hontem no Club da Villa. Fôra à capital depois da saída do Senhor Mussolini ali recebera o Embaixador de Inglaterra. Diz-se que no plano da politica seguida pelos anglo-saxões a partir de Adana a pressão das Nações sobre a Turquia no sentido de obterem certas facilidades estrategicas para as operações sobre os Balkans segue o curso que de há muito previ e tive a honra de expôr a V.Ex. em tempo oportuno, logo apoz aquella conferencia.

Recebeu-me gentilmente, sem cerimonia, como quem està em férias gozando da estação. Disse-me logo saber a que vinha e que por seu lado encarregara o Ministro da Turquia em Lisboa de pôr-se em contacto com o Governo Português para conhecer o seu pensamento quanto às notas aliadas relativas ao direito de asilo a não conceder aos chamados criminosos de guerra. Já expuz em linhas geraes a V. Ex, o resultado da entrevista e a reação que notei por parte do Snr. Menemencioglu. É evidente que as notas e sobretudo a sua forma e tom lhe desagradaram profundamente, mas ante tudo realista procura resolver o assunto, sem quebra de prestígio naturalmente, pela forma

que mais convenha aos interesses da Turquia. Não é fácil tomar atitudes indignadas quando se está cercado por todos os lados de poderosas forças militares. Foi este o aspecto que sem m'o dizer naturalmente dominou toda a entrevista.

3. Antes de mais nada vae procurar ganhar tempo, não só para mostrar que não tem pressa em responder a ameaças, mas sobretudo porque pensa que elle e as entrevistas que se propõe ter com os representantes das principaes potencias das Nações Unidas lhe permitirão suavisar as dificuldades ou mesmo quem sabe ilimina-las. Quiz imediatamente por a questão no terreno político que lhe evitaria discussões intermináveis e inúteis que só poderiam envenenar sem vantagem. E é nelle que se afinal o Governo turco decidir a responder debaterá o problema. No fundo está convencido que a acção dos aliados é puramente de propaganda para dar satisfação às respectivas opiniões publicas trabalhadas de há muito naquelle sentido nas horas difíceis. Era preciso ser compreensível e ponderado, acrescentou.

4. É ainda na mesma ordem de ideias que prefere não combinar com os outros paizes neutros qualquer resposta comum ou parecida, com receio de mal dispôr os aliados.

5 Se não fosse o perigo de estabelecer precedente e expôr-se a novas pressões mais desagradaveis ainda, è minha impressão que preferiria não responder, mas dados estes motivos é possível que o faça. Serà provavelmente uma resposta anadina, com natural delicadeza de forma, salvaguardando o principio.

A Bem da Nação.

F. de Calheiros [sic]

Anexo III – Projecto Turco de Entendimento Balkanico Post-Guerra

Ankara 18 de Junho de 1943

Ao Ministerio

Pr. I

N.28

Projecto turco de entendimento balkanico post-guerra.

A Turquia, como todas as nações, preocupa-se das consequencias para ella desta guerra.

2. Depois que a queda do Império e do Califato lhe tirou a preponderancia sobre os povos muçulmanos, este paiz, embora continuando a interessar-se pelos problemas do Proximo e Medio Oriente, julgou que para consolidar a sua posição na Europa lhe conviria realizar uma aproximação com os povos da Peninsula Balkanica onde graças à tradição e a uma forte força armada pudesse obter uma situação de destaque. Nasceu assim na mente de Atatürk a ideia do entendimento balkanico. Embora de início, como V. Ex, sabe, fosse elle dirigido contra as reivindicações bulgaras, a concepção era vasta. A guerra actual veiu pôr um termo momentaneo a essa politica, mas a ideia em toda a sua amplitude subsistiu.

3. Enquanto a Allemanha fora victoriosa em toda a Europa a Turquia manteve-se na expectativa sem ousar manifestar qualquer tendencia naquelle sentido. A situação militar mudou, porém, e sabe-se que a política britânica é favorável aos acordos regionaes. Começa assim a sentir-se uma actividade discreta por parte da diplomacia turca tendente à reconstituição, apoz a guerra, do entendimento referido, mas mais forte

e amplo, porque desejaria englobar a Hungria, onde a Turquia tivesse um papel preponderante a até de direção.

4.Recentemente os jornaes turcos publicaram uma série de artigos amigáveis relativos à Hungria, aos laços de sangue e de cultura que unem turcos e hungaro. A Roumania tem sido alvo das maiores atenções e dos mesmos artigos amigaveis.As recentes declarações feitas pelo Ministro da Turquia em Bucareste aos jornaes de Istanbul e publicadas em relevo por estes, onde se falla dos interesses comuns e das optimas relações mutuas, veem mostrar mais que uma orientação, um proposito determinado.

5 Mas ha mais.A Embaixada de Italia em Ankara recebeu há alguns meses informações do Ministro de Italia em Bucareste, Snr. Bova Scopa, segunda as quaes alguma diligencia ou sugestão teria sido feita pelo Governo turco naquella capital para conhecer o pensamento do Governo rumaiico quanto ao assunto.Omesmo teria acontecido em Budapeste. Dizem os italianos que as diligencias não teriam surtido efeito e as missões em Ankara dos respectivos paizes mencionados pretendem nada saber, nem acreditar em tal.

.6 O Ministro da Belgica vae mais loge, porem.Afirma que não sò as diligencias foram efectuadas mas que obtiveram resultado favoravel.

7 Seja como fôr o que é incontestavel é preparar-se a Turquia para jogar um papel na furtura organização balkanica e procurar pacificar de vez e unir na medida do possivel essa atormentada região.O empreendimento não serà facil porque ali tambem terà que enfrentar os interesses russos.

A Bem da Nação

F. de Calheiros [sic]

Anexo IV – Políticos Turcos

Ankara 16 de Junho de 1943

Ao Ministerio

Proc1

N.27

Politica turca

A titulo de informação, tenho a honra de enviar a V. Ex. a inclusa introdução do discurso pronunciado pelo Presidente do Conselho, Senhor Sükrü Saracoglu, no Kurultay (Congresso do Partido) sobre politica externa e interna da Turquia.

2. Como V. Ex, se dingarà vêr, não é mais do que a repetição das afirmações feitas por todos os dirigentes turcos relativamente à posição de neutralidade da Turquia e da sua situação em face dos beligerantes. O que não diz nem podia dizer é ambiente mesmo receio acerca do problema russo apòz a guerra com a mesma acuidade não maior ainda. Hontem dizia-me o Ministro da Belgica qie apesar de todos os esforços o problema russo se mantem em igual aspecto de desconfiança entre as Nações Unidas. Elle que està em contacto diario com todos os aliados assegurou-se que o sentia nitidamente. Não se sabe se a Allemnaha for batida quem poderà deter a infantaria russa e conter as ambições moscovitas na Europa.

3.Chegou aqui há dias um artigo publicado pelo Journal de Geneve no dia 30 de Maio, intitudo Chine, Russie et Japon

que causou certa impressão nos meios turcos.O Proprio Ministro dos Negocios Estrangeiros falou delle.K que com o Snr.Staline tudo pode acontecer.às surpresas são sempre de reccar.

4. Na parte interna o discurso do Snr. Saracoglu contem uma ameaça contra as minorias e os estrangeiros que não me extranharia se viesse a realizar depois do que vimos este inverno acontecer com o imposto sobre a fortuna. A argumentação do Primeiro Ministro tendente a provar que os turcos são mais atingidos do que as minorias ou os estrangeiros não pode ser acolhida com seriedade. Basta lembrar que os preços fixados pelo Governo para compra dos generos alimenticios aos agricultores lezam talvez os interessados mas de uma maneira pouco sensível visto que são repartidos por quasi toda a população turca, num total de 18 milhões, enquanto que o imposto atigge apenas um numero que não ultrapassará cem mil e lhes tira todos os seus haveres.

A Bem da Nação.

F de Calheiros [sic]

Anexo V – Discurso Ministro N. E. Turquia

Ankara 17 de Maio de 1943.

Ao Ministerio

Pr. 1

n.22

“Discurso Ministro N.E. Turquia”

Como oportunamente anunciei tenho a honra de enviar a V.Ex, a inclusa tradução francesa do discurso pronunciado pelo Senhor Numan Menemengoglu, Ministro do Negocios Estrangeiros, em Constantinopla, no dia 15 do corrente, por ocasião da inauguração do Instituto turco de direito internacional.

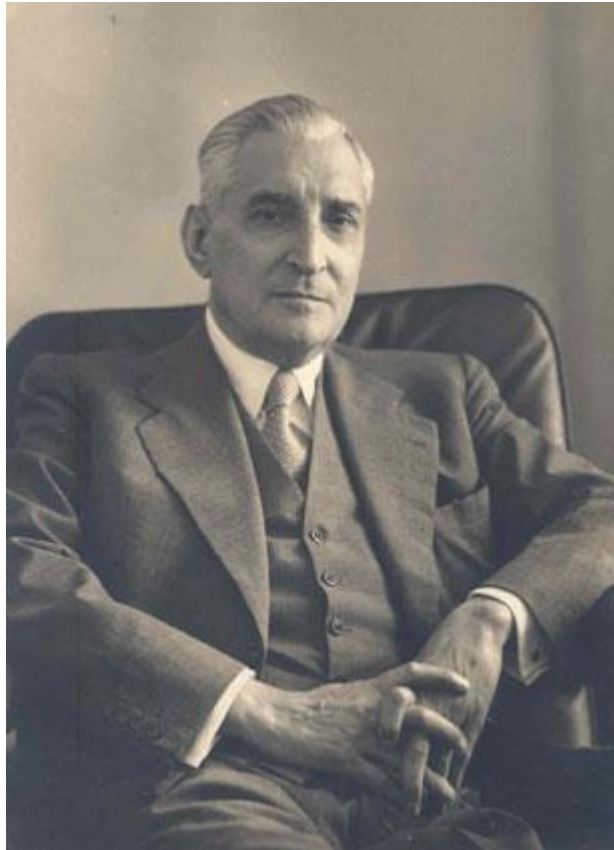
2. Nada tem de particularmente interessante o discurso a não ser e o de serproferido por uma pessoa da cathegoria mental de Numan Bey e pela posição que ocupa este paiz em relação aos beligerantes. Não é mais do que a reafirmação do que tem sido dito pelo Presidente da Republica e pelo Presidente do Conselho, isto é, de que a Turquia continuará a manter a neutralidade sempre que os seus direitos e interesses sejam respeitados e que deseje não ser envolvida no conflicto.

3. Noto, porem, uma maior imparcialidade na exposição o que foi sem duvida de muito agrado para o eixo. Outro pono que convem salientar, afigura-se-me, é a asserção, aliaz já igualmente feita, de que a Turquia alveja a independencia total de todos os paizes grande e pequenos com os seus direitos, sem o predominio ou direção de quaesquer Nações.

A Bem da Nação

F. de Calheiros [sic]

Anexo VI – António de Oliveira Salazar



*António de Oliveira Salazar (1889 – 1970), Presidente do Conselho de 1932 a 1968 e
Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1936 e 1944.*

Retirado de: www.arqnet.pt

Anexo VII – Ismet İnönü



İsmet İnönü (1884 – 1973), o 2º Presidente da Turquia, cargo que ocupou entre 1938 e 1950.

Retirado de: www.haberturk.com

Anexo VIII – António Ferro



António Joaquim Tavares Ferro (1896 – 1956) jornalista, colaborador de várias revistas e posteriormente o Director do Secretariado de Propaganda Nacional entre 1945 e 1950.

Retirado de: <http://digitalq.dgarq.gov.pt>

Anexo IX – Mustafa Kemal Atatürk



Mustafa Kemal Atatürk (1881 – 1938), fundador da República Turca e Presidente da mesma entre 1923 e 1938.

Retirado de: <http://www.softpedia.com>

Documentação

1. Documentação de Arquivo

Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros: *Telegramas Expedidos Para a Legação de Portugal em Ankara e Recebidos da Legação de Portugal em Ankara (1941 – 1945)* – Instituto Diplomático.

Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros: *Documentos da Legação de Portugal em Ankara (1943 – 1948)* – Instituto Diplomático.

2. Publicações Periódicas

McClure's Magazine, 12 de Fevereiro de 1899.

3. Documentação Impressa

FERRO, *Viagem á Volta das Ditaduras*, Diário de Notícias, Lisboa, 1927.

LUCAS, F.L., *The Delights of Dictatorship*, W. Heffer & Sons Ltd., Cambridge, 1938.

Referências Bibliográficas

AKÇAM, Taner – *A Shameful Act: The Armenian Genocide and The Question of Turkish Responsibility*, Metropolitan Books, 2006.

BETHANCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti - *História da Expansão Portuguesa*, Volume 4, Círculo de Leitores, Setembro de 1998, Espanha.

BOZARSLAN, Hamit, *A República Kemalista Na Turquia: 1923-1938*, *Ler História*, Nº59, 2010.

COLLOTTI, Enzo – *Fascismo, Fascismos*, Editorial Caminho, 1992.

DE LUNA, GIOVANNI – “A Segunda Guerra Mundial”. In SALVADORI L., Massimo – *História Universal*. Espanha: Planeta DeAgostini, 2005.

DENNISTON, Robin - *Churchill's Secret War: Diplomatic Decrypts, The Foreign Office and Turkey 1942-44*. Chancellor Press, 2000.

GILBERT, Martin – *A Segunda Guerra Mundial*. Dom Quixote, Lisboa, 1989.

HAKKI, Murat Metin – *Surviving The Pressure of The Superpowers: An Analysis of Turkish Neutrality During The Second World War*. Center For Middle Eastern Studies, Harvard University, 2007.

HOBSBAWM, Eric – *A Era dos Extremos: História Breve do Século XX - 1914-1991*, Editorial Presença, Lisboa, 1994.

LOUÇÃ, António – *Hitler e Salazar: Comércio em Tempos de Guerra (1940 – 1944)*, Lisboa, Terramar, 2000.

LOUÇÃ, António – *Negócios Com os Nazis: Ouro e Outras Pilhagens (1933 – 1945)*, Fim de Século Edições LDA., Lisboa, 1997

MCCARTHY, Justin, *The Ottoman Turks: An Introductory History To 1923*, Longman, United States of America, New York, 1997.

MEDLICOTT, W. N. – *The Economic Blockade*, vol. II, Her Majesty's Stationery Office, London, 1959.

MICHEL, Henri – *Os Fascismos*, Dom Quixote, Lisboa, 1977.

MOIX, Candide, *O Pensamento de Emmanuel Mounier*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1968.

NAVARRO, Francesc, *História Universal*, Editorial Salvat, Espanha, 2005.

NINHOS, Cláudia – *Em Torno da Revista “Junges Europa”: A Propaganda, A Cultura e a Ideologia ao Serviço das Relações Luso-Alemãs (1933 – 1945)*. Dissertação de Mestrado em História, área de especialização em História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, Junho de 2010.

NUNES, João Paulo Avelãs – *O Estado Novo e o Volfrâmio (1933 – 1947)*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010.

ÖNSOY, Murat – *The World War Two Allied Economic Warfare: The Case of Turkish Chrome Sales*. Aus der Türkei: Inaugural-Dissertation in der Philosophischen Fakultät und Fachbereich Theologie des Friedrich-Alexander-Universität Erlangen Nürnberg.

PIMENTEL, Irene – *Judeus em Portugal Durante a II Guerra Mundial*, A Esfera dos Livros, 2008.

PINTO, António Costa, *Ruling Elites and Decision-Making in Fascist-Era Dictatorships*, Columbia University Press, New York, 2009.

QUATAERT, Donald - *O Império Otomano: Das Origens ao Século XX*. Edições 70, 2000.

REISMAN, Arnold – *Shoah: Turkey, the US and the UK*. BookSurge Publishing, 2009.

RIEMEN, Rob - *O Eterno Retorno do Fascismo*, Bizâncio, 2012.

ROSAS, Fernando – *Portuguese Neutrality in The Second World War*. European Neutrals and Non-Belligerents During The Second World War. Cambridge University Press. 2001.

SHAW, Stanford J. - *Turkey and the Holocaust: Turkey's Role in Rescuing Turkish and European Jewry from Nazi Persecution, 1933-1945*. Palgrave Macmillan, 1993.

TELO, António José – *Portugal Na Segunda Guerra Mundial (1941 – 1945)*, Lisboa, Assírio Bacelar, 1991.

Webgrafia

BEBIANO, Rui – *Alemanha'45. Coreografia da Queda*. A Terceira Noite. 30 de Outubro de 2012. Link: <http://aterceiranoite.org/2012/10/30/alemanha45-coreografia-da-queda/>

BELLAIGUE, Christopher de – *Turkey's Hidden Past*, The New York Review of Books, 8 de Março de 2001. Link: <http://www.nybooks.com/articles/archives/2001/mar/08/turkeys-hidden-past/#fnr1>.

INSTITUTO DIPLOMÁTICO - *Turquia*, Ministério dos Negócios Estrangeiros. [Em Linha] Disponível em: <http://idi.mne.pt/pt/relacoesdiplomaticas/348-turquia.html>.

PIMENTEL, Irene – *Portugal Durante a II Guerra Mundial e o Holocausto*. Irene Pimentel, 30 de Setembro de 2012. Link: <http://irenepimentel.blogspot.pt/2012/09/portugal-durante-ii-guerra-mundial-e-o.html>.

TELO, António José – *A Neutralidade Portuguesa na Segunda Guerra Mundial*. Janus Anuário, Observare, Observatório de Relações Exteriores, Universidade Autónoma de Lisboa. Link: http://janusonline.pt/1999_2000/1999_2000_1_36.html#dados.

Índice dos Anexos

Anexo I - Comunicado Diplomático do Governo Turco Sobre a Declaração de Guerra à Alemanha e ao Japão a 23 de Fevereiro de 1945.....	108
Anexo II - O Direito de Asilo e as Notas Aliadas.....	109
Anexo III – Projecto Turco de Entendimento Balkanico Post-Guerra.....	111
Anexo IV – Políticos Turcos.....	113
Anexo V – Discurso Ministro N. E. Turquia.....	115
Anexo VI – António de Oliveira Salazar.....	116
Anexo VII – Ismet İnönü.....	117
Anexo – VIII - António Ferro.....	118
Anexo – IX – Mustafa Kemal Atatürk.....	119

